

25  
de Abril

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

N.º 32/NOV - DEZ /1978

IV GOVERNO  
CONSTITUCIONAL

VISITA PRESIDENCIAL  
AO PARLAMENTO EUROPEU  
E GRÁ-BRETANHA

ELEIÇÕES EM ÉVORA  
SUPLEMENTO: MACAU



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

314.743(05)  
/VIN

MUSEU-N.º 1874

# EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais  
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
<b>Venezuela</b> (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	<b>Angola</b> (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
<b>Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)</b>	01.00-03.00	11 935	25	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
		6 025	49		18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	14.30-18.00	21 700	13		
<b>Europa</b> (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025	49	<b>Moçambique</b> (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
		6 185	48		20.00-20.30	15 340 17 880	19 16	
	(Domingos e sábados)	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
		08.00-18.00	6 025 11 800 9 740	49 25 30		19.30-20.15	15 340 17 880	19 16
18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	14.30-18.00	21 700	13			
<b>Macau, Timor e Austrália</b> (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700	13	<b>Guiné e Cabo Verde</b> (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495	13	
		21 735	13		20.30-21.00	15 125	19	
(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13	
<b>S. Tomé e Príncipe</b> (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700	13	20.15-21.00	15 125	19		
		17 880	16	14.30-18.00	21 700	13		
	(Domingos)	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	<b>Índia</b> (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16
		11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	<b>Brasil</b> (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25
		18.00-18.45	17 880 15 340	16 19		(Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125
14.30-18.00	21 700	13	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25			



**PUBLICAÇÃO MENSAL  
DA SECRETARIA DE ESTADO  
DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS  
E DA EMIGRAÇÃO**

**Direcção**

Manuel Árias  
Director do Serviço  
de Informação  
e Apoio Cultural  
da S. E. N. E. E.

**Edição**

Serviço de Informação  
e Apoio Cultural  
da S. E. N. E. E.

**Sede**

Ministério  
dos Negócios Estrangeiros  
Palácio das Necessidades  
1.º Piso  
Largo do Rilvas  
Lisboa  
Portugal  
Telefs. 67 67 00/1/2

**Composição  
e impressão**

Mirandela & C.ª  
Travessa Condessa do Rio, 7-9  
Lisboa  
Portugal

**Colaboração  
fotográfica**

ANOP  
Direcção-Geral do Turismo  
Direcção-Geral da Divulgação  
«Diário de Notícias»  
«A Capital»  
Instituto Português de Cinema  
Gabinete de Macau

**NA CAPA:**

“Descanso na fuga para o Egipto”, desenho de Francisco Vieira de Matos, “Lusitano” (1699-1783); este trabalho, executado a traço de tinta castanha e sanguínea sobre papel branco, constituiu o estudo preparatório para uma pintura do mesmo autor, datada de 1770, actualmente exposta no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Agradecemos ao M.N.A.A. — em especial ao seu Gabinete de Estampas, onde se encontra o referido desenho — toda a colaboração prestada e a autorização para a reprodução daquela obra.

*A visita oficial que o Presidente Eanes efectuou ao Reino Unido e ao Parlamento Europeu é um dos temas em destaque neste número. Na imagem que publicamos na capa, o Presidente da República, ladeado pela rainha Isabel II De Inglaterra, durante o cortejo em carruagem aberta que marcou a chegada de Ramalho Eanes à capital britânica (telefoto UPI/ANOP-R. Letkey).*

**Portugal Hoje**

- 2 IV Governo Constitucional
- 4 Assembleia da República
- 5 Recenseamento Eleitoral
- 6 Novos Chefes Militares
- 7 1.º de Dezembro de 1640
- 13 Eleições Municipais em Évora

**Portugal e o Mundo**

- 18 Visita Presidencial ao Parlamento Europeu e ao Reino Unido
- 31 Eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU
- 34 Intervenção de Portugal na Conferência Geral da UNESCO
- 35 Conferência Regional da FAO
- 36 Portugal e o Conselho da Europa
- 37 Relações Luso-Senegalesas
- 38 Cooperação Técnica entre Portugal e a Guiné-Bissau

**44 Comunidades Portuguesas**

**47 Tome Nota**

**51 Os Leitores Escrevem**

**52 Circuito de Cinema da SNEE**

**21 Suplemento/Macau**

**NOTA DA REDACÇÃO**

Por motivos de ordem técnica foi necessário agrupar neste número da Revista o material referente aos meses de *Novembro e Dezembro*. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores, aproveitando para recordar que as assinaturas anuais da Revista garantem o envio de *12 números*, pelo que os assinantes não ficarão prejudicados com esta medida. Com o próximo número de *Janeiro* retomamos o habitual contacto mensal com os leitores.



**PORTUGAL  
HOJE**

# IV GOVERNO CONSTITUCIONAL

O IV Governo Constitucional, chefiado pelo prof. Mota Pinto, foi empossado pelo Presidente da República, em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda. A entrada em funções do novo Executivo — que integra 15 ministros — vem encerrar uma longa crise política que, como já foi salientado em números anteriores, se iniciou em Julho passado, altura em que os ministros do CDS abandonaram o II Governo Constitucional, provocando a sua queda, e se prolongou com a rejeição parlamentar do Programa do III Governo.

O debate parlamentar sobre o Programa do IV Governo Constitucional será um dos temas em destaque no nosso próximo número.

Na sequência da sua comunicação ao País, em fins de Setembro, e uma vez que os principais partidos políticos não conseguiram estabelecer um acordo nas bases enunciadas nessa alocução, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, tomou a iniciativa de indigitar o prof. Mota Pinto para Primeiro-ministro, encarregando-o de formar «um Governo com apoio parlamentar estável».

O prof. Carlos Mota Pinto, de 42 anos de idade, é catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Natural de Pombal, Mota Pinto desvinculou-se em Dezembro de 1975 — durante o Congresso de Aveiro — do PSD, partido em que estava inscrito, depois de ter chefiado o grupo parlamentar social-democrata na Assembleia Constituinte.

## O novo Executivo

Preparado durante um mês de contactos, consultas e diligências, sobre as quais o Primeiro-ministro indigitado manteve uma certa discrição, dado que, segundo afirmou, era vantajoso «combinar o dever de informar o País com a sobriedade postulada pela seriedade das questões a resolver», o IV Governo Constitucional — o décimo após o 25 de Abril — foi finalmente empossado pelo Presidente da República.

O novo Gabinete a que preside Mota Pinto — e que, segundo palavras suas, é constituído por «cidadãos não vinculados a partidos políticos» — tem 15 ministros, a saber: Jacinto Nunes (Vice-Primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e, cumulativamente, ministro das Finanças e do Plano); tenente-coronel Loureiro dos Santos (Defesa); Álvaro Monjardino (Adjunto do Primeiro-ministro); coronel Gonçalves Ribeiro (Administração Interna); Eduardo Correia (Justiça); embaixador Freitas Cruz (Negócios Estrangeiros); Vaz Portugal (Agricultura e Pescas); Álvaro Barreto (Indústria e Tecnologia); Repolho Correia



O Presidente Ramalho Eanes discursando no acto de posse do IV Governo

(Comércio e Turismo); Marques de Carvalho (Trabalho); Valente de Oliveira (Educação e Investigação Científica); Pereira Magro (Assuntos Sociais); Marques da Costa (Transportes e Comunicações); Almeida Pina (Habitação e Obras Públicas); e Proença de Carvalho (Comunicação Social).

O IV Governo Constitucional apresenta várias alterações importantes na sua orgânica, em relação aos Gabinetes anteriores. Assim, é de assinalar a criação do cargo de Vice-Primeiro-ministro para os Assuntos Económicos, pasta que, ligada à das Finanças e do Plano, foi entregue ao prof. Jacinto Nunes, que anteriormente dirigia a Caixa

Geral de Depósitos e dispõe de larga experiência e prestígio nos domínios da economia e finanças. O cargo agora criado indica que o Governo pretende enfrentar com determinação os problemas económicos e, simultaneamente, preparar o futuro ingresso do nosso país na Comunidade Económica Europeia.

Outras pastas foram também remodeladas e entregues a personalidades que entram no Executivo pela primeira vez: estão neste caso a pasta dos Negócios Estrangeiros, confiada a um diplomata de carreira, o embaixador Freitas Cruz, e a do sector da Comunicação Social — departamento que, devido «à qualidade e quantidade dos pro-

blemas» que enfrenta, se transforma novamente em ministério —, que foi entregue ao dr. Proença de Carvalho.

Além das três personalidades citadas, entram também pela primeira vez no Governo: Loureiro dos Santos — que foi durante algum tempo vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas — substituiu Firmino Miguel no Ministério da Defesa; Álvaro Monjardino, até agora presidente da Assembleia Regional dos Açores; e Álvaro Barreto, que anteriormente exercia funções no conselho de administração da Lisnave. Para os Ministérios do Trabalho, da Educação e Investigação Científica, e dos Transportes e Comunicações, foram chamados, respectivamente, Marques de Carvalho (membro do conselho de gerência da Sociedade Central de Cervejas),



Nobre da Costa, Primeiro-Ministro cessante, e Mota Pinto, chefe do novo Executivo, trocam impressões durante a cerimónia realizada no Palácio da Ajuda.

Valente de Oliveira (da Comissão de Planeamento da Região Norte) e Marques da Costa (que presidia ao conselho de administração da Siderurgia).

Por outro lado, três ministros transitaram do anterior Executivo: Gonçalves Ribeiro (Administração Interna), Vaz Portugal (Agricultura e Pescas) e Pereira Magro (Assuntos Sociais).

Na mesma altura foram também empossados pelo Presidente da República os secretários de Estado da Presidência do Conselho e da Administração Interna, respectivamente Xavier de Basto e Figueiredo Lopes, tendo a posse dos restantes secretários de Estado decorrido em data posterior.

# ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na Assembleia da República foi finalmente aprovada a Lei das Finanças Locais, contributo importante para a consolidação da democracia em Portugal.

Iniciou-se, entretanto, a III Sessão Legislativa da primeira legislatura com a eleição do deputado socialista Teófilo Carvalho dos Santos para a presidência da Assembleia da República. O novo presidente do Parlamento — o segundo cargo mais importante na hierarquia do Estado Português — sucede a Vasco da Gama Fernandes, que em dois anos de mandato naquela Assembleia, conquistou grande simpatia e popularidade.

## A Lei das Finanças Locais

É conhecida a importância atribuída à aprovação da Lei das Finanças Locais, em ordem à consolidação da democracia em Portugal, aprovação que os partidos consideraram ter sido um decisivo passo em frente na descentralização democrática do País. Isso mesmo transparece, aliás, do consenso verificado no Parlamento e na subcomissão encarregada de redigir o texto base para votação final. De facto, votando a favor da lei em quase todos os seus artigos (excepto o 13.º, referente à possibilidade de «os municípios poderem contrair empréstimos a curto, médio e longo prazo, em entidades públicas de crédito»), os deputados manifestaram o desejo de garantir o ensaio da autonomia financeira que a lei consigna e atribuir às autarquias locais as verbas indispensáveis para sanar os seus orçamentos.

Uma das inovações fundamentais do diploma diz respeito ao montante atribuído às autarquias, até aqui «não mais de sete por cento» das receitas da Administração Pública (e em 1978, apenas 6,2 por cento), valor que agora sobe para 14 por cento e vem responder em grande parte às carências das Câmaras Municipais.

Na prática, segundo disse o deputado Eduardo Pereira (PS), prevê-se que «os Municípios vão passar a dispor do dobro das verbas com que até agora contavam para investimentos», deixando, por outro lado, «de haver participações do Estado em obras a emprender pelos Municípios.»

## As declarações de voto

A Assembleia, através das declarações de voto dos vários partidos, regozijou-se com a aprovação da lei e mesmo o deputado

Acácio Barreiros (UDP), pondo muito embora algumas reservas, afirmou: «A situação em que vive a maioria das autarquias é insustentável, pelo que se impõe a rápida aprovação de uma lei das autarquias e finanças locais que assente nos órgãos populares e tenha um efectivo poder na resolução dos problemas do povo.»

Os restantes partidos demonstraram claramente o seu regozijo. Assim, Abreu Lima (CDS) considerou o novo diploma como «uma das leis mais desejadas para a satisfação das necessidades essenciais da vida do País e que irá reforçar e revigorar a estabilidade democrática.»

Para Veiga de Oliveira (PCP), esta lei apresenta-se como «uma importante con-

Segundo Eduardo Pereira (PS) o diploma contribuirá «para a progressiva anulação das diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano, entre o interior e o litoral e para consolidar a democratização do País».

Saliente-se, finalmente, que foi aprovado por unanimidade, um artigo proposto pelo CDS que fixa o limite de 15 de Julho de 1981 para a revisão obrigatória do diploma agora aprovado.

## O novo presidente da Assembleia da República

Proposto pelo grupo parlamentar do seu partido, o deputado socialista Teófilo Carvalho dos Santos foi eleito, em segunda votação, para o cargo de presidente da Assembleia da República, por 134 votos, ou seja mais do que a maioria necessária (116).

Vasco da Gama Fernandes, após ter declarado eleito o novo presidente da Assembleia da República, felicitou, nas breves palavras de despedida que então proferiu, «o camarada de sempre, Teófilo Carvalho dos Santos» e, a propósito dos dois anos em que dirigiu aquela Assembleia, afirmou:



Teófilo Carvalho dos Santos, actual presidente da Assembleia da República

tribuição para a consolidação e defesa do sistema democrático-constitucional e da democracia», enquanto que para Magalhães Mota (PSD) ela aparece como «um passo em frente na construção da democracia em Portugal e um importante meio de consolidar o poder local.»

«Saio com a mesma linha de rumo que sempre segui: defender a democracia e prestigiar as actividades parlamentares nas quais estou inserido». Saudou, por fim, todos os seus colegas deputados, sem excepção, os quais o aplaudiram demoradamente, de pé. ■

# RECENSEAMENTO ELEITORAL



*Estão a decorrer a bom ritmo as inscrições nos cadernos eleitorais; os primeiros dias de recenseamento foram marcados por uma considerável afluência de cidadãos aos locais onde o mesmo decorre.*

Iniciaram-se em todo o País e no estrangeiro, nos primeiros dias do mês de Dezembro e prolongar-se-ão até ao dia 10 de Janeiro de 1979, as inscrições nos cadernos eleitorais, acto que é obrigatório para todos os cidadãos portugueses com mais de 18 anos e residentes no Continente e Ilhas, e abrange, por força da nova lei recentemente publicada, mesmo aqueles cidadãos que se encontravam inscritos no recenseamento de 1975.

Dado que com esta operação fica completo o processo legislativo necessário para a realização de eleições gerais (recorda-se que foram já aprovadas as leis do Sistema Eleitoral, do Recenseamento Eleitoral e da Comissão Nacional de Eleições), em qualquer momento julgado conveniente pelo Presidente da República, poderão ser marcadas eleições para a Assembleia da República, as quais, normalmente, terão lugar em 1980.

Promulgada que foi pelo Presidente da República a Lei do Recenseamento Eleitoral, já aprovada pela Assembleia da República, puderam finalmente iniciar-se, neste mês de Dezembro, as várias operações do recenseamento eleitoral. Destinam-se estas a inscrever em novos cadernos eleitorais todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos de idade, mesmo aqueles que tenham o seu nome inscrito no recenseamento eleitoral de 1975.

## O recenseamento na Constituição

O Ministério da Administração Interna distribuiu recentemente um comunicado em que, além de afirmar que se ia proceder a «um acto normal na vida de um Estado», lembrava que «este recenseamento será, em princípio, definitivo».

Segundo a Constituição da República Portuguesa (artigo 116.º, n.º 2), «o recenseamento é oficioso, obrigatório e único

para todas as eleições por sufrágio directo e universal». Além disso, no artigo 48.º, n.º 2, da nossa Lei Fundamental, estabelece-se que «o sufrágio é universal, igual e secreto e reconhecido a todos os cidadãos maiores de 18 anos, ressalvadas as incapacidades da lei geral». Entretanto, e embora a lei estabeleça o direito e o dever de todos os cidadãos se recensearem, o carácter de obrigatoriedade não foi aplicado aos emigrantes, em razão das dificuldades com que estes deparam para se inscreverem nos consulados ou postos respectivos.

Esclarece-se que o recenseamento eleitoral é uma exigência lógica que deriva da própria Constituição de todo o regime político baseado no sufrágio universal, estabelecendo um conjunto de procedimentos que se destinam a elaborar um registo fiel dos cidadãos possuidores dos requisitos considerados necessários para o exercício do direito de voto.

## A actividade do S.T.A.P.E.

Para o bom andamento das várias operações deste recenseamento e a elaboração dos respectivos cadernos eleitorais, o Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) orientou nos diversos meios de Comunicação Social uma campanha de sensibilização da opinião pública. Durante esta campanha de esclarecimento, fez-se a distribuição de milhões de cartazes explicativos, de 37 milhões de caixas de fósforos e de guias de recenseamento. Este material foi distribuído pelas 4035 freguesias portuguesas e afixado nas estações da Rodoviária Nacional, da CP, dos CTT e do Metro, em autocarros da Carris, nas Casas do Povo, em Sindicatos, etc.

Depois disso, foram distribuídos 10 milhões de verbetes e 10 milhões de cartões eleitorais por todo o continente e regiões autónomas e ainda em todos os núcleos de emigrantes no estrangeiro, com o auxílio das Forças Armadas e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A completar este processo, constituíram-se comissões recenseadoras em que participaram delegados dos partidos políticos representados na Assembleia da República.

Após estes preparativos, os cidadãos eleitores dirigiram-se, a partir do dia 4 de Dezembro, às suas Juntas de Freguesia, para se inscreverem nos cadernos eleitorais. Mais tarde, será enviado a cada um dos inscritos o seu cartão de eleitor, com o qual comprovará a sua capacidade eleitoral.

Segundo as estimativas do STAPE, deverá aumentar de modo significativo o número de cidadãos eleitores, em razão da grande quantidade de novos recenseados que regressaram das antigas colónias e dos emigrantes que se fixaram em definitivo no País, depois de 1975, data do último recenseamento que registou seis milhões e meio de inscritos. Recordar-se que antes do 25 de Abril o número de recenseados nunca ultrapassou um milhão e 800 mil. ■



O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, cumprimenta o almirante Souto Cruz, que tomou posse do cargo de Vice-Chefe do EMGFA

## NOVOS CHEFES MILITARES

Verificaram-se, recentemente, algumas mudanças e substituições em altos cargos do sector militar. Encontram-se neste caso, o novo chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), vice-almirante Sousa Leitão e o novo vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), almirante Souto Cruz, de cujas tomadas de posse apresentamos a seguir um breve resumo.

Perante membros do Conselho da Revolução e elevado número de oficiais, o general Ramalho Eanes, na sua qualidade de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, deu posse ao novo chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Sousa Leitão, que até aqui desempenhava as funções de oficial-general adjunto do comandante do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).

No início da cerimónia usou da palavra o vice-almirante Sousa Leitão, afirmando que «o País e as instituições democráticas que o regem, exigem uma Marinha eficiente», o que só é possível, segundo salientou, «se os elementos que a formam — pessoal, material e estruturas — contribuírem em alto grau de forma harmónica para os objectivos a atingir». Em seguida, o novo CEMA referiu a necessidade de dotar a Marinha de novos meios navais, mais adequados às tarefas prioritárias que lhe foram atribuídas ultimamente, especialmente as que derivam da nossa extensa área oceânica denominada «zona económica exclusiva», que constitui «um património a explorar e a defender contra os depredadores e em proveito da necessária melhoria de nível de vida do povo português.»

### «Correcta inserção da força militar no corpo nacional»

O Presidente da República, na sua alocução, debruçou-se sobre «as relações da instituição militar com a sociedade civil,

e sobre o esforço de normalização empreendido e os seus objectivos finais», afirmando, a dado passo, que «em Portugal haverá em breve condições históricas para a correcta inserção da força militar no corpo nacional (...) quando depender directamente e sem equívocos do poder civil».

Prosseguindo, o general Ramalho Eanes apresentou os objectivos políticos fundamentais das Forças Armadas, no actual período de transição: «1. Garantir a Independência Nacional, a unidade do Estado e a integridade do território; 2. Salvaguardar a democracia pluralista, contra todos os que ameacem subvertê-la ou destruí-la; 3. Exigir que a legitimidade democrática se funde no consenso democraticamente expresso em eleições livres; 4. Criar condições que permitam a recondução das Forças Armadas à independência institucional do Governo legítimo, afastando-se definitivamente da situação, ou da sua instrumentalização, como interlocutor, adulado ou caluniado, mas sempre determinante, do diálogo político nacional».

Por fim, o Presidente da República dirigiu-se ao empossado nestes termos: «A escolha de V. Ex.<sup>a</sup> para chefe do Estado-Maior da Armada é um acto pessoal do Comandante Supremo das Forças Armadas. Para essa decisão contribuiu o conhecimento da personalidade de V. Ex.<sup>a</sup> e a apreciação crítica do seu ajustamento à missão politico-militar de chefe do Estado-Maior da Armada».

Por inerência do seu novo cargo, o vice-

-almirante Sousa Leitão é, a partir de agora, membro do Conselho da Revolução.

### Posse do novo vice-CEMGFA

Alguns dias depois, teve lugar a cerimónia de posse do almirante Souto Cruz no cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (vice-CEMGFA).

Na presença dos altos comandos militares, do Primeiro-ministro e diversos membros do Governo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça e de outras individualidades, o Presidente da República, ao empossar o almirante Souto Cruz, referiu-se à vasta actividade de reorganização em curso nas Forças Armadas.

Tendo em perspectiva os anos 80, altura em que, segundo referiu, «os exércitos devem pôr termo à relação equívoca que foram forçados a manter com o poder político», o general Ramalho Eanes afirmou o seguinte: «A missão de preparar as Forças Armadas para a década de oitenta — em cuja definição e coordenação V. Ex.<sup>a</sup> vai participar por força das funções em que foi investido, constitui um desafio nacional posto às Forças Armadas e ao poder político».

Mais adiante, e a propósito das relações entre o poder político e nas Forças Armadas, o Presidente da República acentuou: «Importa assim, antes de mais, preservar e consolidar a democracia. Com esse propósito se acordou com os dirigentes partidários o actual período de transição, constitucionalmente consagrado. Por seu intermédio se pretendeu evitar erros semelhantes aos que arrastaram a I República para o 28 de Maio. Erros então cometidos pelos detentores do poder e pela oposição, ao procurarem nos exércitos a força que democraticamente não possuíam e a autoridade que não sabiam conquistar pelos seus programas e prática política».

Preservada a democracia, podem e devem as Forças Armadas, em 1980, «ocupar no corpo da Nação o lugar ao mesmo tempo essencial (num mundo ainda indersamado) e natural (numa nação civil)», acrescentou o Presidente.

O general Ramalho Eanes destacou ainda os requisitos imprescindíveis para que as Forças Armadas ocupem o seu lugar no corpo da Nação. O Presidente Eanes anunciou, a este propósito, os pontos mais importantes, que passamos a citar: «Concessão às Forças Armadas dos meios financeiros necessários à execução das missões internas e externas que lhes atribuíam ou venham a atribuir; reconhecimento, na actual ou na próxima legislatura, de que a supremacia indiscutível do poder politico-civil, essencial em democracia, pressupõe que a Nação estabeleça, com oportunidade e realismo como deseja, que as Forças Armadas se enquadrem no conjunto nacional, definindo as bases da defesa nacional, do serviço militar, dos padrões que devem regular a vida dos cidadãos que, temporária ou permanentemente, detêm as armas».

# 1.º DE DEZEMBRO DE 1640



## A Restauração

Segundo regista a nossa moderna historiografia, com ciência e lógica provadas em documentos coevos, duas ideias atravessam o movimento restaurador de 1640. A primeira consiste no facto de a coroa portuguesa ter sido usurpada em 1580 à casa a que pertencia «de juro e herdade» — o ducado de Bragança — por Filipe II de Espanha, e seus sucessores, Filipe III e Filipe IV, retendo-a estes ilegalmente, portanto. Na realidade, de acordo com a tradição, o povo de Lisboa poderia cantar após a morte do Cardeal-Rei D. Henrique («O Casto»):

*«Viva El-Rei D. Henrique  
No Inferno muitos anos,  
Pois deixou em testamento  
Portugal aos Castelhanos!».*

A retenção da coroa de Portugal nos domínios de Espanha não criava com o tempo, por prescrição, qualquer direito, sendo, como era, um mero acto de força. A legitimidade do duque de Bragança ao fundar nova dinastia régia, constituía, pois, fundamentalmente, uma restituição do «seu a seu dono», como soe dizer-se. De acordo com a segunda ideia, a união dinástica fizera-se pela força, mas jurando os monarcas castelhanos respeitar as leis, foros



D. João IV, segundo uma gravura alemã da época

Na sequência de várias conjuras que marcaram o domínio dos Filipes de Espanha em Portugal, a «conjuracão de 1640» — resultado de um equilíbrio momentâneo entre a nobreza nacional — logrou efectivar a separação política definitiva entre Portugal e Espanha, conforme era ditado pelo supremo interesse nacional, já que a anexação do nosso País não passara de um acto de força, ainda que com o beneplácito de uma parte substancial da nobreza portuguesa, ligada por laços familiares e interesses económicos aos dois países da Península Ibérica. A distância de três séculos não fez perder significado a esta luta.



e costumes do Reino de Portugal, cuja coroa ficaria unida na mesma cabeça às coroas castelhanas e aragonesa, mas cujo senhorio permaneceria independente. Ora, aconteceu que já o próprio Filipe II começara a faltar aos compromissos jurados, coisa em que os seus sucessores caíram sem rebuços, situando-se a mudança radical, que tendia a apagar os privilégios de Portugal, por alturas de 1620.

Os conjurados de 1640 visavam, por conseguinte, o regresso à forma legítima, isto é, tradicional, anterior a 1580, pondo termo a essa tirania. Encabeçada por parte da nobreza portuguesa, pouco ou nada ligada por laços de família ou económicos (os quais se completavam, nalguns casos dos seus opositores) com a nobreza de Espanha, a «conjuracão» apresentava-se de cariz diferente daquela briosa nobreza dos campos de Aljubarrota, que culminou epicamente uma gesta iniciada pelo povo «miúdo» de Lisboa no ano da graça de 1383. Daí que se encontrem entre os conjurados coisas singulares que passaremos a resumir.

A revolta popular não era pequena. Grande motor da Restauração foram as «alterações» de Évora e do Algarve, no fundo «revoltas da fome», contra o aumento do preço do trigo im-



posto por Castela. Entre os que participaram na repressão ao movimento popular dessa altura e, mais tarde, se tornaram «conjurados» de 1640 contra o domínio castelhano, contam-se o caso de Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado de 1642 a 1662, e do duque de Medina Sidónia.

Ao certo, o que se pode dizer da Restauração é que ela procurou acabar a tempo com a revolta popular que grassava por diversos sítios, causada sobretudo pela ganância do governo de Filipe IV de Espanha e não apenas por ingénuos e abnegados princípios patrióticos, como se poderá atestar pela biografia de alguns dos homens de 1640, quase todos colaboradores com o ocupante numa ou noutra data, antes da conjura.

De facto, as massas camponesas movimentavam-se em vários locais da Península. Como exemplos podemos citar a revolta da Biscaia, dos «pobres contra os ricos» em 1631, que foi completamente esmagada, e a 7 de Junho de 1640 a revolta dos camponeses que entram em Barcelona.

A estes movimentos populares devemos juntar um motim no Porto em 1628 ou 1629. A Restauração é, pois, uma realização nobiliárquica, sem dúvida com plena legitimidade, por direito próprio, a que Portugal governasse os seus destinos através de um rei próprio; mas só a partir de determinada fase do processo histórico, depois da repressão dos motins populares e para evitar que novas formas de amotinações degenerassem numa revolução muito mais radical.

No fundo, a desconfiança dos dirigentes pelas massas populares e uma unanimidade tenaz entre os primeiros quanto à rejeição da guerra sempre que esta lhe parece escusada ou demasiado longa; por outro lado, surdos anseios populares, manifestando-se logo em «alterações» e «motins», mas raro atingindo expressão política madura e, portanto, duradoura, sem que tenha de passar pelo «crivo» das classes dirigentes que evitam sempre, a todo o custo, tais intervenções populares. Era este o meio ambiente da Restauração e desse recuado Portugal de onde sairia o 1.º de Dezembro de 1640. ■

# TROFÉU INTERNACIONAL PARA TAPETES DE ARRAIOLOS



Os Tapetes de Arraiolos constituem um dos exemplos mais internacionalizados do artesanato português. De inspiração persa, a fixação da manufatura dos referidos tapetes nesta vila do Alentejo advém, presume-se, da fixação nesta região de famílias islâmicas expulsas do Bairro da Mouraria em Lisboa, durante o reinado de D. Manuel I.

Manufacturados em lâ pura, executados em ponto cruzado e utilizando corantes naturais, os tapetes formam predominantemente composições florais, figuras zoomórficas e outros motivos de inspiração mais ou menos fantasiosa.

A confirmar o que acima afirmamos sobre a sua internacionalização, foi recentemente atribuído «O Troféu Internacional de Turismo y Hosteleria 78» à fábrica «Tapetes de Arraiolos/Trevo». Trata-se de uma pequena unidade industrial que emprega cerca de cento e trinta pessoas e que está quase exclusivamente orientada para a exportação.

Sublinhe-se que os países que mais nos importam estas obras são os Estados Unidos e a República Federal Alemã.

## MONUMENTOS NACIONAIS

A Baixa Pombalina de Lisboa, edificada em finais do século XVIII, após o terramoto de 1755, por iniciativa do então ministro

de D. José, Sebastião de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), foi classificada como conjunto de interesse público pela Secretaria de Estado da Cultura.

Um decreto daquele departamento do Ministério da Educação, publicado no boletim oficial, atribui a referida classificação à zona delimitada a norte pela Travessa de S. Domingos, Largo do mesmo nome e Largo de Dom João da Câmara, a sul pelas Ruas da Alfândega e do Arsenal (até à Praça do Município), a oeste pelas Ruas Nova do Almada, do Carmo e Primeiro de Dezembro, e a leste pela Rua da Madalena e pelo Poço de Borratém.

O diploma integra na lista de imóveis de interesse público outros imóveis do distrito de Lisboa: Capela de Nossa Senhora da Nazaré (Cascais), Forte de Crismina (Praia da Água Doce), restos do Forte de Santa Marta (Cascais), Casa do Ferreira das Tabuletas (Chiado-Lisboa), Igreja de S. José dos Carpinteiros e anexos, Palacete do n.º 97 da Rua de Pedrouços, Palácio do Monteiro-Mor, prédio n.º 74-B da Avenida Almirante Reis, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego (Intendente), Forte de S. Bruno (Caxias), Aqueduto Gangantada (Carenque) e Palácio de Monserrate (Sintra).

O decreto n.º 95/78 atribui, por outro lado, a classificação de monumentos nacionais aos seguintes imóveis: Castelo de Marialva (Meda), distrito da Guarda, Residência Senhorial dos Castelo Melhor (Ansião), Loba (Amarante), distrito do Porto, e Capela do Anjo da Guarda (Ponte de Lima), Viana do Castelo.

No referido diploma inclui-se ainda uma extensa lista de imóveis agora classificados de interesse público, e de valores concelhios praticamente distribuídos por todo o País.

## «OS MAIS ANTIGOS CINEMAS DE LISBOA»

O Instituto Português de Cinema (IPC) publicou uma interessante obra documental, o livro «Os Mais Antigos Cinemas de Lisboa — 1896/1939», da autoria do dr. M. Félix Ribeiro.

Félix Ribeiro, que é historiador e director da Cinemateca Nacional, presta homenagem, com esta obra, a alguns dos pioneiros do cinema português, abordando igualmente temas que no início deste século eram de grande importância para os primeiros passos da 7.ª Arte em Portugal, tais como a música no cinema, a segurança das salas, legendagem, etc. Contudo, para os saudosos do cinema, assim como para os apaixonados cinéfilos, a



Bilheteira em funcionamento num cinema lisboeta que teve vida efêmera: o "Salão Cosmopolita", inaugurado em 1914 na rua da Mouraria.

curiosidade maior deste trabalho reside na numerosa reprodução, gráfica e fotográfica, de cartazes e de inúmeras salas hoje definitivamente desaparecidas. No conjunto, a obra, que é de leitura acessível, é ilustrada por uma série de narrativas de peripécias, anedotas e retratos sobre aquilo que foi o mundo dos «movies» em Portugal.

## LANÇAMENTO DE LIVRO SOBRE O PASTOREIO E O QUEIJO DA SERRA

Com a presença do autor, Alberto Trindade Martinho, foi lançado no Sabugueiro (Serra da Estrela) o livro «O Pastoreio e o Queijo da Serra».

O livro, que resulta de um estudo sociológico das aldeias abrangidas pelo parque natural da Serra da Estrela, foca o papel do pastor na economia da região.

Alberto Trindade Martinho, natural do Sabugueiro, é sociólogo e membro da comissão directiva do Parque Natural da

Serra da Estrela. Além do livro agora publicado, o autor é responsável por outras obras, como «As voltas que o fio dá» e «Sabugueiro, uma aldeia da Serra da Estrela».

## OPERAÇÃO DE «CORACÃO ABERTO» INEDITA EM PORTUGAL

Pela primeira vez em Portugal, efectuou-se nos Hospitais da Universidade de Coimbra, uma operação de «coração aberto», com pulmão artificial, pelo processo chamado de «membrana oxigenadora». A intervenção cirúrgica, a que foi submetido um jovem de 14 anos que sofria de anomalia congénita (válvula pulmonar muito apertada), durou cerca de 7 horas e 30 minutos. A equipa clínica era chefiada pelo prof. Marcial de Oliveira e dela faziam parte os cirurgiões Cunha Leal, Canaveira Manso, Ferrão de Oliveira, Luis Eugénio e Castro Fernando.

Assim, pela primeira vez no nosso País, foi utilizado o «pulmão artificial», ou membrana oxigenadora, que tem por objectivo substituir os pulmões durante a intervenção cirúrgica. Este processo, mais sofisticado que os utilizados anteriormente, consiste em fazer passar o sangue por camadas muito finas, em número de alguns milhares, conforme a superfície corporal doente. Essa passagem faz-se de uma maneira muito suave, o que se traduz numa melhor captação fisiológica do oxigénio. Anteriormente o oxigénio era recebido aos borbulhões.

«O coração é um órgão que a ciência, hoje, domina por completo», afirmou, a propósito, o prof. Marcial de Oliveira, após a operação.

O paciente, António Araújo Dias, de 14 anos, a residir na Pedrulha, encontra-se pronto a retomar, gradualmente, uma vida normal. A doença que o retinha na cama (sentia grandes dificuldades em andar, cansando-se facilmente) denomina-se «Este-nose Pulmonar», ou seja um aperto na válvula pulmonar que impedia o sangue de seguir normalmente aos pulmões, dificultando a purificação do líquido vital e, por conseguinte, ponto o jovem em perigo quase constante.

PORTUGAL HOJE



Lisboa teve oportunidade de ver numa das suas «salas de visitas», o Pavilhão dos Desportos, algumas das melhores «maravilhas» da patinagem artística sobre rodas, durante o XXIII Campeonato do Mundo, organizado pela Federação Portuguesa da modalidade.

Esta brilhante iniciativa trouxe ao nosso País cerca de 300 praticantes de diversas nacionalidades, entre os quais se encontravam alguns campeões. Para o acontecimento contribuiu a Câmara Municipal de Lisboa que efectuou a expensas suas a decoração do velho recinto do Parque Eduardo VII. Houve, no entanto, como não podia deixar de ser, algumas coisas que nenhuma boa vontade pôde alterar: referimo-nos, concretamente, à acanhada pista de patinagem com os seus 40 x 20 metros, o que é bem significativo do muito empenho que os dirigentes internacionais do Campeonato puseram para que esta sua edição se realizasse em Portugal.

A organização foi considerada, pela imprensa e pelos participantes, impecável. Americanos e alemães, as grandes vedetas da modalidade, não se recusaram a reconhecer a eficácia dos organizadores, facto que é de salientar se tivermos em atenção que é a primeira vez que se realiza em Portugal o Campeonato do Mundo.

#### Um 3.º lugar para Fátima Baptista

No final foi realizado a «Taça do Mundo/

## XXIII CAMPEONATO DO MUNDO DE PATINAGEM ARTÍSTICA

Três títulos mundiais conquistados por patinadores da RFA e dos Estados Unidos, um terceiro lugar de Fátima Baptista na Taça do Mundo e um extraordinário nível técnico exibido pelos melhores patinadores, este o balanço do Campeonato do Mundo de Patinagem sobre rodas que decorreu no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, organizado pela Federação Portuguesa de Patinagem.

/Lisboa-78», prova destinada aos patinadores que não conseguiram um lugar na final. E, aqui, na prova de senhoras, a portuguesa Fátima Baptista, ao conseguir o

terceiro lugar, levou a única medalha conquistada pelo nosso País, arrancando estrondosa ovação aos espectadores presentes.

De resto, a assistência mereceu, inclusive, a simpatia de muitos patinadores, pelo entusiasmo que levou e pelo apoio moral que regularmente veio a prestar a alguns praticantes, vítimas de quedas. Quedas atribuídas, nalguns casos, aliás, pelos técnicos e executantes, à pequena dimensão da pista.

Como resultado mais espectacular salienta-se aquele alcançado pelo par norte-americano, Fleurette Arsenault/Dan Littel, que pela segunda vez consecutiva, renovaram o título de campeões do mundo, obtendo a mais alta pontuação. Nesta final de pares, os portugueses ocuparam os dois últimos lugares.

Finalmente, a saldar esta realização inédita no nosso País, realizou-se um autêntico «show» no qual actuaram os três primeiros classificados, despertando no público a exigência de bisarem as suas actuações.

Norte-americanos e alemães, como muitos já anteviam, dominaram. Dos restantes países, e eram 13 os representados, apenas a Itália conseguiu obter uma medalha.

Eis como ficaram distribuídas as medalhas: Estados Unidos, 3 de ouro, 2 de prata e 1 de bronze; Alemanha Ocidental, 1 de ouro, 2 de prata e 1 de bronze; Itália, 1 de bronze.

No total: Estados Unidos, 6 medalhas; Alemanha Ocidental, 4 medalhas e Itália, 1 medalha.

# NOVO CAMPEÃO NACIONAL DE XADREZ



Luis Santos é o novo campeão nacional individual de xadrez, classificação que alcançou na competição que decorreu em S. João da Madeira. O novo titular, que empatou na última partida, beneficiou contudo do empate também registado num outro encontro entre Joaquim Durão e António Fernandes, facto que desde logo lhe assegurou a conquista do Campeonato e do título.

# OS 59 ANOS DE «OS BELENENSES»

«Os Belenenses» comemoraram os seus 59 anos de nascimento, havendo, pois, razões de júbilo para quantos dedicam especial atenção ao clube de Belém. Fundado há 59 anos e tendo por emblema a cruz de Cristo, a turma regista no seu «curriculum» momentos altos do desporto nacional, particularmente no futebol, como não poderia deixar de ser. Assim, registese o título de campeão nacional da modalidade, no ano de 1946. Clube formado nos tempos «heróicos» do futebol português que culminariam com a sua fundação em 1919. Equipa «azul e branco» que revelou alguns nomes famosos do futebol português, como já aqui recordámos, entre eles o célebre Matateu. Para este clube, onde o desportivismo vertical e são continua a ser pedra de toque, as nossas felicitações.

# 23.º CAMPEONATO MUNDIAL DE HOQUEI EM PATINS



Esta edição do «Mundial» registou duas linhas de força, se assim se pode dizer. Uma delas referiu-se à Espanha, desejosa de renovar o seu título de campeã, conquistado anteriormente em Oviedo (recorda-se que o nosso País foi onze vezes campeão do mundo e a Espanha oito); a outra, pertenceu à selecção da Argentina, apresentada como grande favorita. Este Campeonato do Mundo, disputado no «Parque de Maio» da cidade argentina de San Juan, teve na assistência, desde o primeiro jogo, uma multidão entusiasta que reservou às equipas concorrentes calorosas manifestações e aplausos.

Portugal foi derrotado, pela primeira vez nesta jornada, pelo Brasil (2-3), facto que comprometeu, desde o início, a firmeza da equipa para a tabela final. As provas sucederam-se e a selecção nacional, portando-se bem, desiludiu, não obstante, as previsões dos que cá esperavam algo de substancial, pois a verdade é que, para quem já foi tantas vezes campeão, um modesto 3.º lugar é algo «tristonho». Na verdade, a equipa da Argentina foi a campeã deste tor-



A selecção que representou Portugal no Campeonato do Mundo e, em destaque, Cristiano, um «marcador» imbatível.

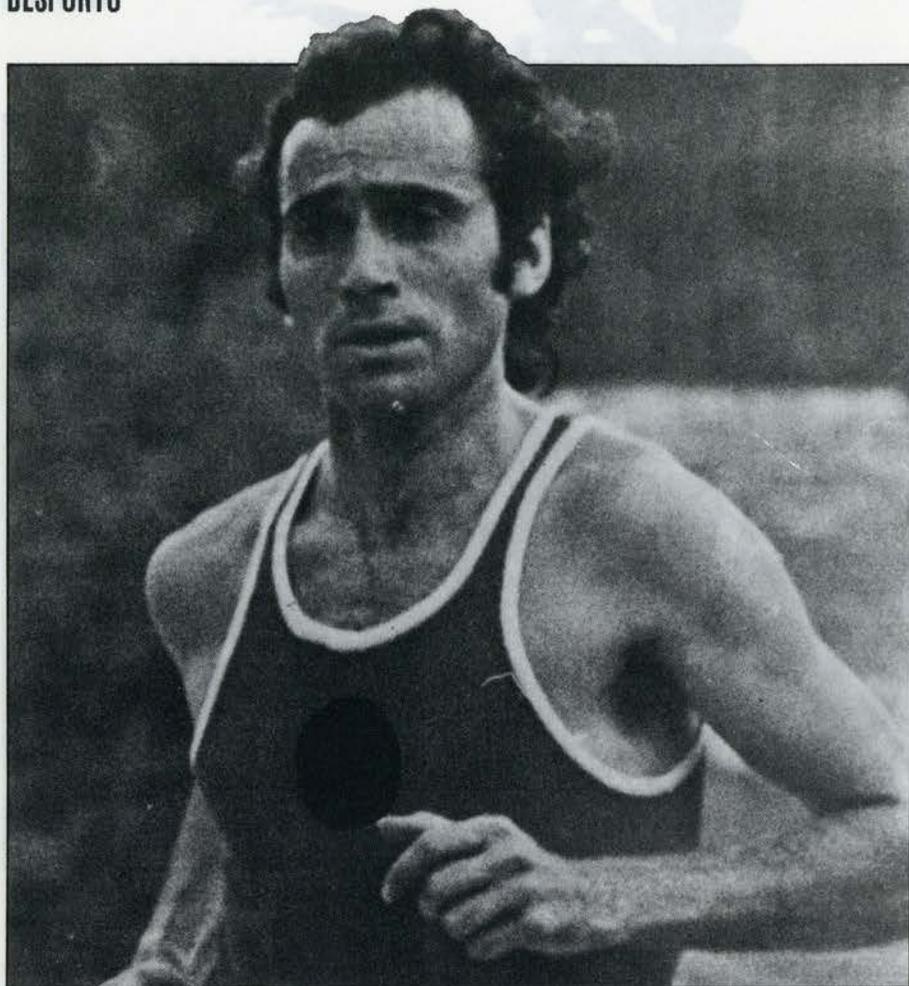
ao hóquei nacional é a de escolher entre o seu estilo próprio, mais técnico e, talvez, espectacular, ou alinhar no rumo escolhido por quase todas as outras equipas, onde impera a força e cujo objectivo realista é obter golos de qualquer maneira, embora dentro dos regulamentos estipulados. De qualquer modo, o nosso hóquei ficou em terceiro lugar.

### Cristiano: o melhor marcador

O avançado português Cristiano sagrou-se como o melhor marcador deste Campeonato (39 golos), com uma vantagem de 8 golos sobre o segundo classificado, o espanhol Giralt. A classificação final das Equipas ficou assim ordenadas:

- 1.º — Argentina ... 21 pontos
- 2.º — Espanha ... 20 pontos
- 3.º — Portugal ... 17 pontos
- 4.º — Alemanha ... 13 pontos
- 5.º — Chile ... 12 pontos
- 6.º — EUA ... 12 pontos
- 7.º — Itália ... 11 pontos
- 8.º — Brasil ... 11 pontos
- 9.º — Bélgica ... 8 pontos
- 10.º — Austrália ... 5 pontos
- 11.º — Moçamb. ... 2 pontos
- 12.º — Japão ... 0 pontos

neio mundial, seguida da Espanha que quase repetiu a proeza. No entanto, a nosso ver, talvez o hóquei português seja o mais conforme àquilo para que inicialmente foi destinado, isto é, praticar desporto de modo «limpo», sem, contudo, menosprezar as oportunidades de golo. Dizemos isto, porque para muitos, a questão que se põe



## ATLETISMO: IV MEIA MARATONA DA NAZARÉ

No percurso Nazaré-Famalição-Nazaré foi disputada a Meia-Maratona, prova internacional, de 20 095 metros, que contou com a presença de 2020 atletas das 2360 inicialmente inscritos em representação de 12 países. A prova, que foi dividida pelas categorias de federados, populares, senhoras, júniores e veteranos, apresentou no final o «récord» de 1 h. 5 m. e 14 segundos, marca que ficou a pertencer ao atleta português Anacleto Pinto.

Anacleto Pinto, atleta olímpico, do Académico de Viseu, ao sair novamente vencedor desta prova, com três triunfos em quatro edições, confirmou aquilo que já se considera proeza assinalável nos anais do nosso atletismo. A prova foi disputada em bom andamento pelos cinco favoritos e primeiros classificados, registando-se, no entanto, aos

15 quilómetros, a desistência de outro «olímpico», Aniceto Simões, que até aí se mantivera no quarto lugar.

Milhares de pessoas desta vila piscatória assistiram, ao longo do percurso, a uma das maiores manifestações desportivas do País e, também, uma das maiores do mundo na sua modalidade e que, ao longo das suas quatro edições, teve quase sempre, para regozijo de todos, um português como vencedor em cada uma das categorias. Eis a ordem de chegada:

### Federados:

- 1.º — A. Pinto (Ac. Viseu)
- 2.º — Manuel Paiva (CAP)
- 3.º — Gerald Taylor (GB)
- 4.º — Blase Shuel (Suíça)
- 5.º — José Sena (FCP)
- 6.º — Tavares da Silva (Bf)
- 7.º — L. Horta (F. Medic.)

- 8.º — Cidálio Caetano (Bf)
- 9.º — A. Riscado B.V. Cascais
- 10.º — Vasco Pereira (Bf)

### 1.º popular:

António Riscado (B. V. Cascais)

### 1.º júnior:

Elísio Rios (C. P. Arouca)

### 1.ª mulher:

Dany Justine (Bélgica)

### 1.º veterano:

Avelino Ferreira

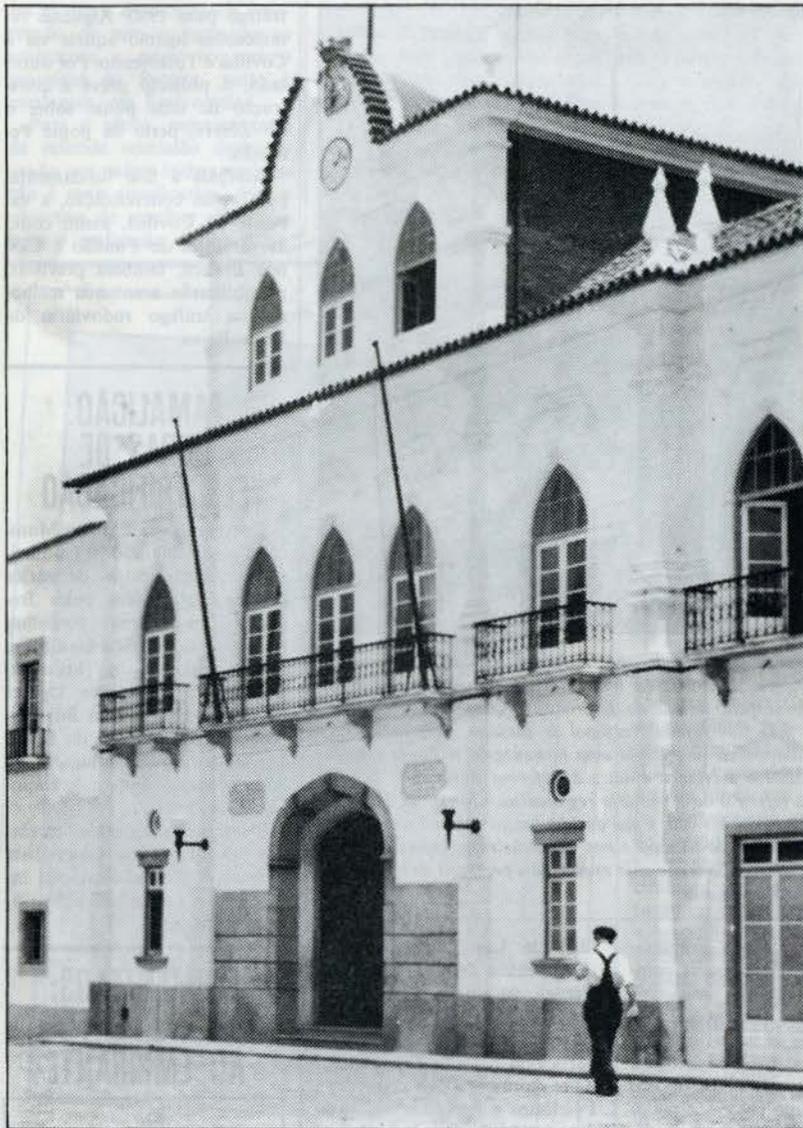
No sector feminino, registou-se a supremacia inesperada da atleta belga Dany Justine, apesar da excelente presença de Rita Borralho, que revelou progressos ao conquistar o 3.º lugar na sua categoria. Surpresa também no triunfo de Elísio Rio, um «ilustre desconhecido» que veio da Casa do Povo de Arouca, na categoria de júniores.



## BOLSA DE ESTUDOS PARA NORA ARAÚJO

A desportista benfiquista Nora Araújo vai partir para os Estados Unidos, graças à concessão de uma bolsa de estudos pela Universidade de Auburn, no estado de Alabama. A data da partida ainda não está fixada, porém tudo leva a crer que será ainda este ano, provavelmente em Dezembro.

Nora Araújo, que os portugueses conhecem como «estrela cadente» do nosso jovem atletismo feminino, frequentará um curso de Matemática de quatro anos, com especialização em computadores.



# ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM ÉVORA

A Aliança Povo Unido (APU) alcançou a maioria absoluta nas eleições municipais realizadas em Évora, conseguindo, assim, aumentar de três para quatro o número dos seus vereadores no executivo da Câmara eborense. Saliente-se que, para um total de 36 985 eleitores inscritos, se registou uma elevada percentagem de abstencionismo (13 170), apesar da intensa campanha eleitoral que durante algum tempo se desenvolveu naquela cidade alentejana.

Os resultados finais registados nas catorze freguesias de Évora deram, por outro lado, como consumada a subida de número de eleitores do PSD, que obteve 5115 votos (2976 em 1976) e uma nítida descida da votação no PS que desceu para 4101 votos (8991 em 1976), assim como do CDS, com 1268 (1767 em 1976). Por seu turno a UDP registou 534 votos e o MRPP/PCTP, 202.

De acordo com os últimos números oficiais, a APU obteve a maioria absoluta com 12 645 votos. Recorde-se que esta formação política, cuja designação em 1976 era FEPU, havia obtido então 11 258 votos.

O concelho de Évora, cuja população ronda os 54 mil habitantes, foi distribuído, para efeitos eleitorais, por 75 mesas de voto, correspondentes às freguesias urbanas e a dez freguesias rurais. Apesar da propaganda político-partidária característica de tais períodos, a acalmia e o civismo foram a nota predominante na capital do Alto Alentejo que, durante algum tempo, esteve no centro das atenções do País, como «barómetro» político.

Estas eleições antecipadas haviam sido convocadas a 5 de Setembro passado, na sequência das demissões dos três vereadores do PS às quais se seguiu a do único vereador do PSD; como os substitutos dos vereadores demissionários se recusaram a tomar posse, havia-se chegado a uma situação de falta de «quorum», pelo que se tornou absolutamente imprescindível a realização destas eleições municipais. Em síntese, eis os números finais:

Eleitores inscritos ... ..	36 985
APU ... ..	12 645 votos
PSD ... ..	5 115 votos
PS ... ..	4 101 votos
CDS... ..	1 268 votos
UDP ... ..	534 votos
PCTP/MRPP ... ..	202 votos
Abstenções ... ..	13 170

**Vereadores eleitos:**

APU ... ..	4
PSD ... ..	2
PS ... ..	1



Sob o lema «Resistência, Trabalho e Luta» realizaram-se as festas anuais da cidade do Barreiro, as quais, no dizer da respectiva comissão promotora, constituíram uma jornada cultural memorável, destacando-se, entre outras iniciativas, os concertos pela Banda do Exército, Orquestra Sinfonia do Teatro de S. Carlos e interpretações executadas pela Companhia Nacional de Bailado, para além das sessões dedicadas às comemorações do «5 de Outubro». Houve ainda uma homenagem a Lopes Graça e ao Teatro de Amadores, assim como um dia dedicado à criança e outro à Reforma Agrária.

Entre outras iniciativas a destacar, poderemos referir a do semanário regionalista «Jornal da Terra», que se publica pelo segundo ano consecutivo nesta progressiva vila, e que decidiu lançar uma edição diária durante o período das festas. Finalmente, nas instalações do «Luso» e nos «Penicheiros», colectividades locais, estiveram patentes exposições sobre arte e cultura, não tendo sido esquecida a presença da imprensa regional, cuja história e evolução foi largamente documentada.

### III ENCONTRO DA IMPRENSA ALGARVIA

Encontra-se em fase de organização o «III Encontro da Imprensa Algarvia», que desta vez terá como entidade organizadora o quinzenário «O Sporting Olanense». Por seu turno, o jornal «O Barlavento» está a elaborar um projecto de Estatutos da Associação de Jornais e Jornalistas Amadores do Algarve, para aprovação no referido Encontro.

### CABECEIRAS DE BASTO: AGRO/BASTO-78

Mais de 10 mil pessoas visitaram a «Agro/Basto-78» que se realizou em Cabeceiras de Basto, segundo informou o semanário regionalista «O Cávado» que se publica em Braga. O cer-

tame, que se realizou conjuntamente com as festas anuais, compreendeu colóquios, conferências e diversas realizações.

Entre todas as iniciativas é de referir o concurso pecuário, no qual participaram cerca de 200 cabeças de gado bovino, a maioria de raça barrosa.

Um técnico agrícola, o veterinário Marcelino Sobral, abordou na altura as características dessa espécie bovina de cor amarela, salientando as suas grandes qualidades para o trabalho e o seu trato dócil. Na opinião do referido técnico, esta raça, que é proveniente da região do Barroso onde foi conseguida, deve ser necessariamente compreendida no respectivo registo genealógico, enquanto espécie pura, nascida no concelho de Montalegre, já denominado como o «solar da raça».

### SEMANA DA COSTA VERDE

Realizou-se em Espanha, nas

ilhas de Las Torres (Galiza), uma semana dedicada à «Costa Verde», na qual se inclui Portugal.

A cidade de Viana do Castelo participou nessa semana, fazendo-se representar pelo seu Grupo Folclórico e por uma exposição de artesanato, em que figuraram os mais belos trajes regionais do Alto Minho.

### A VARIANTE DA COVILHÃ

A variante da Covilhã foi adjudicada à firma Tecnopul-AFPICO, de Lisboa, por 420 mil contos, segundo revelou o presidente da Câmara Municipal desta cidade. Ainda de acordo com a mesma fonte, a obra poderá ter início brevemente.

A variante da Covilhã, que abrange uma zona compreendida entre a Ponte Pedrinha e a Sr.ª do Carmo (Teixoso), tem programada a sua abertura ao

tráfego para 1980. Algumas ramificações ligarão aquela via à Covilhã e Tortosendo. Por outro lado, o projecto prevê a construção de uma ponte sobre o rio Zêzere, perto da ponte Pedrinha.

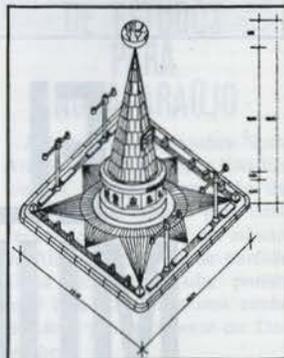
Atingida a fase fundamental para a sua concretização, a variante da Covilhã, assim como as variantes do Fundão e Castelo Branco, também previstas, possibilitarão acentuada melhoria no tráfego rodoviário da Beira Baixa.

### FAMALICÃO: OBRAS DE ELECTRIFICAÇÃO

Em reunião da Câmara Municipal de Famalicão foi autorizada a electrificação de vários lugares distribuídos pelas freguesias do referido concelho. Assim, serão beneficiadas a breve trecho: Requião, no lugar do Sobrado; Avidos, nos lugares de Penedo Rachado a Silveiro; Esmeriz, no caminho do Souto a Cerqueira; e nos lugares de Aldeia Nova a Souto e de Esquiñeira a Frelão.

Estes melhoramentos, revelados pelo semanário regionalista «Jornal de Famalicão», são inteiramente custeados pela Câmara Municipal.

### FERMENTELOS: MONUMENTO AO EMIGRANTE



O matutino português «Jornal de Notícias» publicou a informação de que uma comissão composta por naturais de Fermentelos (região de Águeda), com o apoio da Comissão Municipal de Turismo de Águeda, promoveu diversas iniciativas en-

tre as quais destacamos a construção de um monumento ao emigrante, a erigir no recinto marginal da Pateira, junto à estalagem, em Fermentelos.

Para o efeito, representantes da referida comissão deslocar-se-ão aos países onde a emigração é mais significativa, com o objectivo de recolher elementos para a realização de um filme,

intitulado «O Emigrante Português», de modo a registar para a posteridade algumas das obras mais notáveis das comunidades portuguesas no estrangeiro. Este filme será, em princípio, uma das iniciativas que culminarão com a inauguração do monumento citado.

Quanto a este último, apresentará a forma de pirâmide,

terá a altura de 10 metros e a sua base (um pentágono) terá 2,10 metros de lado. No cimo será colocada uma esfera de bronze, com o diâmetro exterior de metro e meio. Na sua concepção estética, ele retratará a vida e obra do emigrante português nas várias áreas culturais onde se fixou e simbolizará a sua influência nas cinco partidas do mundo.

## GUARDA: PROBLEMAS DO CONCELHO

O concelho da Guarda possui 70 aglomerados populacionais por electrificar, segundo revelou o presidente da Câmara Municipal da Guarda, Abílio Curto, em recente sessão camarária.

Das 15 freguesias que deveriam ser electrificadas no corrente ano, somente três foram contempladas com aquele melhoramento. O facto deve-se, segundo afirmou Abílio Curto, à falta de assistência por parte da empresa Electricidade de Portugal (EDP). O presidente da Câmara revelou ainda que este concelho foi contemplado pelo Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego com a quantia de 16 680 contos, a qual se destina à realização de vários melhoramentos, sobretudo nos meios rurais. Esta verba foi conseguida através de pedidos directos feitos pelas Juntas de Freguesia.

O presidente da edilidade disse, por outro lado, que o Município tem um prejuízo de mais de 4000 contos, devido ao atraso de obras por parte de diversos empreiteiros. Abílio Curto informou também a Câmara que participará, com o presidente da Comissão Municipal de Turismo, Artur Pina, na «II Conferência Europeia das Cidades Históricas», a realizar, em Novembro próximo, em Munique e Laudshut, na Alemanha Federal.

## SANGALHOS: RESTAURO DE UM TEMPLO HISTÓRICO

A Igreja de S. Vicente, em Sangalhos, edificação que data do século XVIII, encontra-se em péssimo estado de conservação. Saliente-se que este monu-

mento é bastante venerado em toda a região.

Para obviar a esta circunstância, formou-se recentemente em Sangalhos uma comissão constituída por 84 elementos, a qual se propõe levar por diante as obras de beneficiação do templo avaliadas, para já, em mais de três mil contos.

Para a execução dos trabalhos, em parte já em curso, foram montados andaimes que importaram em cerca de 200 contos.

## S. MARTINHO DE MACELOS: CENTRO SOCIAL E CULTURAL

Segundo o jornal regionalista «Riba Tâmega-Vila Meã», está em fase bastante adiantada a construção daquilo que será o orgulho da Banda de Mancelos e região de Vila Meã: o seu Centro Social e Cultural!

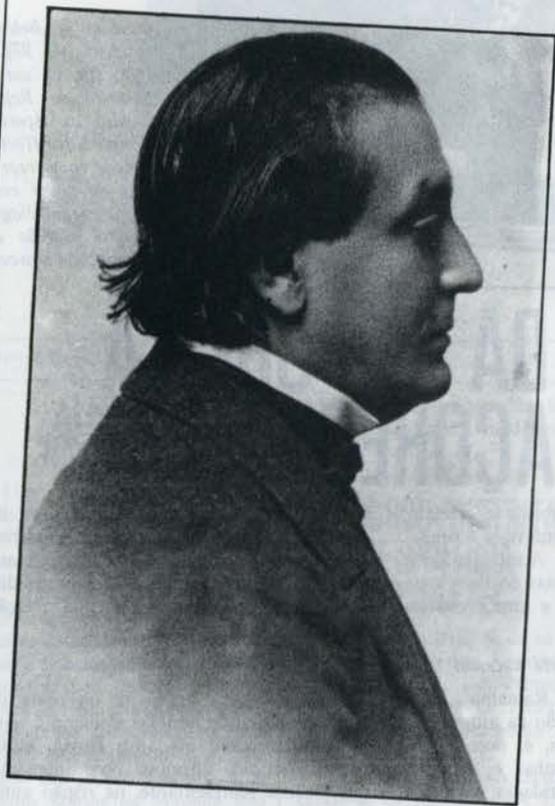
Um grupo de bairristas decidiu apoiar a obra em curso de modo a apressar a sua completa edificação. Efectivamente, esta Banda, com os seus oitenta anos de existência, pode considerar-se uma agremiação bem arreigada nas tradições culturais da região, tanto como instituição promotora de cultura, como, também, pelo seu papel de centro de apoio e incentivo a todos os que nela esperam encontrar um veículo para as suas aspirações.

## VILA FRANCA DO ERVEDAL

A povoação de Vila Franca do Ervedal, no concelho de Oliveira do Hospital, passa a denominar-se Vila Franca da Beira, segundo estipula um decreto do Ministério da Administração Interna recentemente inserto no boletim oficial.

A medida tem em conta a vontade dos habitantes e dos órgãos autárquicos, a exposição feita nesse sentido pela respectiva Câmara Municipal, e o parecer favorável do governador civil do distrito de Coimbra.

A nova Vila Franca da Beira pertence à freguesia de Ervedal da Beira e tem origem muito anterior à nacionalidade. No século XII foi doada pela mulher do rei D. Sancho I a Albergaria de Poiares.



Figueira da Foz/David de Sousa morreu há 67 anos

O semanário regionalista «Mar Alto», que se publica na Figueira da Foz, fez num dos seus últimos números a evocação de David de Sousa, intérprete musical de notável talento que faleceu a 3 de Outubro de 1918 na sua terra natal.

David de Sousa nasceu na Figueira da Foz em 1880 tendo começado a estudar música aos 9 anos de idade. Aos 13 anos era já cantor soprano da Sê Patriarcal, e em 1904 concluiu o curso do Conservatório de Lisboa, ao qual se seguiu o de Leipzig em 1908.

À sua participação neste curso se referiram os mestres de Leipzig nos seguintes termos, segundo transcrição do semanário «Mar Alto»:

«(...) Talento musical distinto e grande inteligência asseguram ao sr. (David) de Sousa os melhores resultados nos seus estudos. Tocou no exame público do Conservatório Imperial de Música a 28 de Fevereiro de 1908 as variações sinfónicas de Boellmann de forma admirável».

Em 1910 alcança enorme sucesso em Iekaterinoslaw (sul da Rússia) com a sua Rapsódia Eslova. O seu primeiro concerto na Figueira da Foz foi realizado a 29 de Setembro de 1913.



No Palácio de Belém, o Presidente da República investiu no cargo de ministro da República para os Açores, o almirante Silva Horta, que sucede como representante do poder central naquele arquipélago, ao general Galvão de Figueiredo, ministro cesante.

## NOVO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA OS AÇORES

No discurso que proferiu na tomada de posse do novo ministro da República nos Açores, almirante Silva Horta, que até aqui exercia o cargo de vice-chefe do Estado-Maior da Armada, o Presidente da República referiu-se à concretização da autonomia das ilhas dos Açores e da Madeira, sublinhando que era «uma tarefa nacional que deve empenhar igualmente as autoridades nacionais e regionais.»

### A natureza e organização do Estado democrático

O general Ramalho Eanes, no início da sua alocação, começou por dizer que «a tomada de posse do novo ministro da República na Região Autónoma dos Açores constitui motivo de reflexão sobre a natureza e organização do Estado democrático que estamos empenhados em construir», tendo em seguida, realçado a necessidade de recriar o Estado e de transformar a sua estrutura e reorganizar o seu funcionamento, salientando, a propósito, que tal tarefa era «a mais importante, a mais urgente que se deparava ao regime democrático.»

Depois, referindo-se concretamente à organização do Poder Local e Regional que o texto constitucional implica, o Presidente da República acrescentou: «Para o Estado omnipotente da Constituição de 1933, as questões regionais não existiam senão como um problema de ordem pública. Onde as particularidades próprias de algumas regiões e instituições reclamavam maior acesso ao

poder, reforçava-se a autoridade, fortalecia-se a dependência, perpetuava-se o subdesenvolvimento. O 25 de Abril significou por isso, para algumas zonas do País, uma esperança de participação e uma promessa de progresso.»

### Autonomia: uma tarefa nacional

Mais adiante, o general Ramalho Eanes, sublinhou: «A concretização da autonomia nos Açores e na Madeira, é, pois, tarefa nacional que deve empenhar e comprometer igualmente as autoridades nacionais e regionais». A este respeito, acrescentaria Ramalho Eanes que tal tarefa era nacional, «porque ela faz parte integrante do projecto democrático e pluralista que orienta a sociedade portuguesa e deverá presidir às transformações do Estado e dos seus serviços (...), porque exige um esforço de recuperação do atraso económico que não está ao alcance dos meios financeiros técnicos e humanos existentes nessas regiões (...), porque envolve transformações profundas nas relações e nos serviços existentes a nível central e regional e sem as quais a autonomia jurídica não passará de um gerador de conflitos e de um acumulador de frustrações.»

O Presidente da República, a concluir, saudou o empossado, dizendo: «É neste quadro complexo que V. Ex.<sup>a</sup> aceitou o encargo de continuar a servir o País e de dar continuidade à acção devotada do seu antecessor. Estou certo que a consciência

cada vez mais aguda da necessidade de reunir esforços e meios em torno do essencial, poderá superar muitos dos problemas que têm centrado as questões regionais na discussão abstracta e na esfera da relação política.»

### Respeito pela soberania

Logo a seguir e depois de ter proferido o compromisso de honra e assinado o auto de posse, o almirante Silva Horta, numa breve alocação, afirmou, nomeadamente, que, «como representante, na região autónoma dos Açores, da soberania nacional, da qual o Presidente da República é o supremo guardião, asseguro que o respeito por essa soberania será o guia constante da minha actuação.»

Mais tarde, na sessão oficial de boas-vindas que decorreu no Palácio dos Capitães, em Angra do Heroísmo, o novo ministro da República para os Açores manifestou a intenção de garantir a concretização de uma ampla autonomia e de manter as melhores relações com o Governo Regional.

Nessa cerimónia a que assistiram os presidentes do Governo e da Assembleia Regionais, Mota Amaral e Álvaro Monjardim, respectivamente, o vice-almirante Silva Horta acentuou que o ministro da República deve estar com os representantes do povo açoreano, exprimindo junto do Governo central os seus problemas e desejos e devendo ser, não um concorrente ao poder regional, mas sim um colaborador deste. ■

## HOMENAGEM A EDMUNDO DE BETTENCOURT

«Edmundo de Bettencourt, poeta encoberto» é o título da conferência que a poetisa açoriana Natália Correia proferiu no Funchal, a convite do Go-



Edmundo de Bettencourt

## ALPINISMO NA MADEIRA

Uma escola de alpinismo, dirigida por monitores da Escola de Innsbruck, começará a funcionar em breve na ilha da Madeira.

«A Madeira dispõe de condições excepcionais para a prática deste tipo de desporto», declarou o professor Grasse, da Escola de Innsbruck, que acrescentou ser seu objectivo dedicar-se essencialmente aos passeios de grupo, embora haja alguns pontos na Madeira que permitem a prática do alpinismo clássico.

Esta iniciativa integra-se num programa da «Tui», operador turístico alemão, que pretende deste modo fomentar os seus contingentes para este arquipélago.

## NAVIO FRIGORÍFICO

Encontra-se neste arquipélago o navio-frigorífico «Ilha das Flores», que dará apoio aos barcos de pesca, particularmente aos que se dedicam à pesca do atum.

A utilização deste navio, segundo considerou o secretário regional da Agricultura e Pescas, Gaudêncio Figueira, poderá

verno Regional da Madeira, para evocação do referido poeta de origem madeirense.

Edmundo de Bettencourt nasceu no Funchal em 1899 e faleceu em Lisboa em 1973, tendo sido um dos fundadores da revista «Presença», juntamente com Miguel Torga, José Régio, Casais Monteiro e Branquinho da Fonseca.

«abreviar a passagem da fase artesanal da pesca madeirense à fase industrial».

## CONCURSO DISTRITAL DE PINTURA DO INATEL

A tela «Recordação», da autoria de João de Freitas Anastácio, foi a obra vencedora do Primeiro Concurso Distrital de Pintura, organizado pela Delegação do Funchal do INATEL.

Nos lugares imediatos classificaram-se os trabalhos «A Procura», de Gilberto Soares, «Igreja de Santo António», de Hilário Caldeira e «O Que a Minha Vista Alcança», de Leonel da Silva.

## QUARTO CENTENÁRIO DO PORTO DE SANTA CRUZ

Tiveram lugar no Porto de Santa Cruz, as festas do quarto centenário da criação daquela freguesia. Do programa das celebrações, destacaram-se a exibição de diapositivos e filmes sobre a história local, desfile de grupos folclóricos e bandas de música e diversas cerimónias religiosas.

## UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DE FÉRIAS

Na sequência das diligências iniciadas há um ano pelo prof. Almerindo Lessa, presidente da comissão instaladora da Universidade Internacional de Férias, Macau tem sido, nos últimos tempos, ponto de encontro de cientistas e intelectuais que, em representação de vários organismos patrocinadores da mesma Universidade, vêm colaborar com o referido catedrático português na ultimização de programas para o primeiro ano de actividade daquela instituição cultural, cujos trabalhos se deverão iniciar em Outubro-Novembro de 1979.

A nova Universidade dispõe já do apoio das Universidades Livres de Lisboa, de Toulouse (França), da ONU (Japão) e de Manila e, ainda, do Centro Europeu de Ecologia Humana (Genebra), Associação Internacional para o Estudo da Condição de Vida e Saúde (Sófia), Centro Internacional de Gerontologia Social (Paris) e Organização Mundial de Saúde.

Entretanto, em reunião realizada no âmbito das suas funções, o prof. Almerindo Lessa revelou que o chanceler da Universidade de Férias será o Governador de Macau, e os vice-chanceleres, respectivamente, o presidente da Assembleia Legislativa, Carlos Pais de Assunção, e Ho Yin, deputado da mesma Assembleia e presidente da Associação Comercial de Macau.

## MACAU NA FIFA

Após a recente admissão na Federação Internacional de Futebol (FIFA), Macau procura, actualmente, projectar e definir o seu futebol tendo, para já, em vista, a sua participação nos próximos jogos asiáticos e, em 1982, no «Mundial» de Espanha.

Dai a pretensão dos responsáveis pelo futebol de Macau em contratarem um treinador, a tempo inteiro, que terá a seu cargo a reorganização do futebol em ordem às grandes competições internacionais. Nesse sentido, um jovem treinador português, João Flores, está em contacto com os dirigentes do futebol macaense, tendo já apre-

sentado um plano de trabalho a Luciano Cunha, delegado em Portugal do futebol de Macau.

## SERVIÇO NOTICIOSO

O Governo de Macau assinou com a agência ANOP um contrato, segundo o qual esta agência noticiosa passa a fornecer àquele território um serviço diário nacional a ser usado no âmbito do Governo, nomeadamente nos seus respectivos departamentos de informação.

O referido acordo foi assinado no Palácio da Praia Grande, pelo major Ramos de Campos, chefe de gabinete do governador, em nome do Governo de Macau, e pela ANOP, através do seu correspondente em Macau, César de Sá.

## A CHINA VAI AUMENTAR O FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTARES

A República Popular da China vai aumentar os campos de cultura que possui junto à fronteira com Macau, com o objectivo de melhorar o fornecimento de géneros alimentares à população daquele território, anunciou o presidente da Associação Comercial de Macau, após o seu regresso de Pequim, onde assistiu ao 5.º Congresso Nacional da República Popular da China.

Falando durante uma reunião realizada em Macau para celebrar o encerramento daquele Congresso chinês, Hó Yin revelou ainda que a Universidade de «Kei Nam» na província de Kuong Tung, vai reiniciar brevemente as suas actividades, pelo que passarão a ser aceites estudantes de Macau que ali se pretendam matricular.

## FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES

A «Sociedade Central de Cervejas» considera que Macau constitui um mercado com características que justificam a instalação de uma fábrica de cervejas e refrigerantes, segundo afirmou o director daquela empresa, João Salgado, que ali se deslocou recentemente para debater o assunto.

Num curto improviso dirigido aos jornalistas que o aguardavam no aeroporto de Lisboa, o Presidente Eanes considerou que o «objectivo fundamental» desta sua viagem de cinco dias havia sido atingido. «Pretendíamos — afirmou — aproximar-nos mais e mais rapidamente da Europa. Julgávamos e agora estamos certos de que esta aproximação mais rápida teria de passar necessariamente pelo Reino Unido. Acabada a visita, estamos convencidos de que, daí, teremos toda a ajuda, pois a Aliança mantém-se viva, diria antes, revitalizada, e o Reino Unido interessado em apoiar Portugal na sua caminhada no sentido da Europa».

Ramalho Eanes acentuaria, aliás, que tivera ocasião de sentir esse apoio, «de uma maneira marcadamente afectiva», quer da parte da rainha Isabel II, quer do Governo — e particularmente do Primeiro-ministro James Callaghan —, quer ainda por parte do povo britânico com que contactou.

«Queria dizer, também — acrescentou o general Eanes —, que esta caminhada no sentido da Europa nos parece facilitada porque também as autoridades das Comunidades, em Estrasburgo, manifestaram todo o interesse em que Portugal crie, rapidamente, condições de igualização e de integração europeias».

A terminar estas breves declarações o Presidente da República salientou a importância da convenção de segurança social luso-britânica, assinada durante a sua estada em Londres, e que, segundo afirmou, irá permitir aos portugueses que trabalham na Grã-Bretanha «condições de apoio que até agora não tinham». Ramalho Eanes anunciou ainda que a rainha de Inglaterra aceitara o convite que lhe dirigiu para visitar oficialmente o nosso país.

#### Discurso no Parlamento Europeu

Em Estrasburgo, primeira escala desta viagem oficial, o general Ramalho Eanes discursou no Parlamento Europeu, reunido em sessão solene para receber o Chefe de Estado português. Do programa da visita de Ramalho Eanes constaram ainda, designadamente, um encontro com o presidente do Parlamento Europeu, Emilio Colombo, a presença numa reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa — reunião que foi presidida pelo ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Marcelino Oreja, com quem o general Eanes teve depois um encontro informal —, uma conferência de imprensa no Palácio da Europa e um contacto com a comunidade portuguesa local.

Valerá a pena recordar, entretanto, que a sede do Parlamento Europeu é no Luxemburgo, embora este organismo — constituído por 198 deputados dos nove países da CEE — utilize por vezes as instalações do Palácio da Europa para efectuar as suas sessões.

Não sendo ainda membro da CEE, Portugal não está representado naquele Par-

## PORTUGAL E O MUNDO



PORTUGAL

PORT

# VISITA PRESIDENCIAL AO PARLAMENTO EUROPEU E AO REINO UNIDO

«Portugal tem hoje prestígio e conta com o apoio para caminhar para níveis europeus, mas a concretização desse objectivo exige um esforço maior da parte de todos e em particular daqueles que trabalham», declarou, nomeadamente, o Presidente da República, no final da viagem que efectuou à Grã-Bretanha e à sede do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.



Ramalho Eanes com o presidente do Parlamento Europeu, Emilio Colombo, em Estrasburgo, e (à direita) com a rainha Isabel II, em Londres



lamento; os grupos parlamentares portugueses fazem parte de um outro organismo europeu, de âmbito mais vasto — dado incluir deputados de todos os países representados no Conselho da Europa —, designado Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

No extenso discurso que pronunciou perante o plenário do Parlamento Europeu, durante a sessão solene realizada em sua honra, o Presidente Ramalho Eanes considerou que a próxima eleição directa daquela assembleia «representará um passo histórico na implementação do projecto de unificação europeia, que até agora se realizou, sobretudo, através de acordos entre Estados». E a este propósito o Chefe de Estado português sublinharia:

«O sufrágio directo específico integrará democraticamente os cidadãos europeus neste processo.

«Dará assim cumprimento ao objectivo fundamental do Tratado de Roma que é o de «estabelecer uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus» e, ao mesmo tempo, reforçará nos eleitores a consciência da sua ligação a uma entidade política europeia».

Mais adiante e a propósito da sua visita àquele Parlamento, o general Eanes afirmou:

«Primeiro Presidente português eleito directamente por sufrágio democrático desde há mais de meio século, a minha presença aqui testemunha a nossa opção por uma democracia pluralista, que é um dos pressupostos da integração europeia.

«Significa também a consideração em que temos esta alta assembleia.

«Mas permito-me ainda confirmar-vos a adesão da maioria parlamentar do meu país à plena integração de Portugal nas Comunidades».

## Um contributo para a aproximação dos povos europeus

Referindo-se à presença e à importância dos emigrantes portugueses que trabalham nos países da CEE, Ramalho Eanes disse:

«Portugal tem considerado que a presença nos países da Comunidade de mais de um décimo da população portuguesa constitui uma contribuição concreta para a aproximação progressiva dos povos europeus, que o preâmbulo do Tratado de Roma coloca entre os seus primeiros objectivos.

«Vemos na presença desses portugueses, e na garantia do seu direito a permanecerem nos países de acolhimento, mesmo durante este período de crise económica generalizada, uma clara reafirmação da solidez dos princípios comunitários e da evolução da filosofia social no interior das Comunidades Europeias».

Já no final da sua alocução e após ter reafirmado a «vontade política» de Portugal para a futura integração na Comunidade, o Presidente Ramalho Eanes declarou:

«Antejevo confiadamente o momento histórico em que o voto directo dos portugueses nas eleições para o Parlamento Europeu confirme a mobilização da opinião democrática portuguesa para a construção da Europa do futuro».

## Encontro com a Comunidade Portuguesa

A adesão de Portugal à CEE, a situação política vivida no País e os problemas dos emigrantes portugueses nos países da Comunidade, constituíram os principais temas da conferência de imprensa dada pelo Presidente português no Palácio da Europa. Posteriormente, Ramalho Eanes teve um encontro informal, nas instalações do Consulado de Portugal, com cerca de duzentos trabalhadores portugueses, residentes na zona de Estrasburgo, aos quais recordou as dificuldades com que o nosso país se debate, acentuando, por outro lado, que Portugal pode contar com apoios externos: «Hoje, mesmo, tive a certeza disso no Parlamento Europeu. Mas há problemas que temos de ser nós a resolver e não esperar que outros os resolvam», afirmou, a dado passo, o Presidente.

Frequentemente interrompido por aplausos, Ramalho Eanes reconheceu que o País não tem feito pelos emigrantes tudo o que devia fazer: «Sou o primeiro a reconhecer que faltam escolas e uma informação séria», disse.

A cançonetista Amália Rodrigues — que na altura estava a actuar num restaurante de Estrasburgo — participaria na parte final deste encontro do Presidente Eanes com os nossos compatriotas ali residentes.

## Recepção em Londres

Em Londres, o general Ramalho Eanes foi recebido, à chegada, pela rainha Isabel II e seu marido, o duque de Edimburgo, em cerimónia a que estiveram presentes além de diversos membros da casa real, o pri-

# VISITA PRESIDENCIAL

## AO PARLAMENTO EUROPEU E AO REINO UNIDO

meiro-ministro, James Callaghan, o ministro dos Negócios Estrangeiros, David Owen, e outros elementos do governo britânico.

Ramalho Eanes e sua esposa, acompanhados pelos seus anfitriões, dirigiram-se depois para o Palácio de Buckingham, num cortejo a que assistiram milhares de pessoas.

Após a tradicional troca de presentes e condecorações, o general Eanes e sua mulher estiveram na Abadia de Westminster, onde depuseram uma coroa de flores no túmulo do Soldado Desconhecido.

No Palácio de St. James, antiga residência real, decorreu a seguir a cerimónia de apresentação de boas-vindas ao Chefe

de Estado português por parte do presidente do Conselho da Grande Londres e do lorde «mayor» e vereadores de Westminster. Ao proferir uma saudação aos órgãos autárquicos da capital britânica, Ramalho Eanes referiu-se à necessidade de aperfeiçoar, em Portugal, as formas democráticas de poder local.

«Poderemos encontrar na prática inglesa — disse — ensinamentos que nos serão mais úteis desde que o povo português pode optar por formas democráticas de Governo e quer aperfeiçoá-las, ao nível dos órgãos de poder local, e quando ainda nos é possível conciliar a protecção da natureza e da paisagem com as exigências do progresso agrícola, os imperativos da industrialização e os impulsos do urbanismo».

Ultrapassando o carácter formal do acto, o general Ramalho Eanes assinalou, a dado passo «a sabedoria com que os londrinos encararam a necessidade de humanizar o lugar onde vivem, na continuidade de uma tradição britânica de protecção do ambiente que é anterior ao moderno debate ecológico».

### «Expressões solenes mas proféticas»

Anteriormente o Presidente português tinha já lido e feito entrega de um pergaminho ao «mayor» de Westminster, no qual destacava a aliança firmada entre o nosso país e o Reino Unido há mais de seis séculos.

Na ocasião, depois de evocar as «expressões solenes mas proféticas» do tratado de 1373, segundo as quais deveria perdurar, entre Portugal e a Inglaterra, «uma verdadeira, fiel, constante, mútua e perpétua paz e amizade, união e aliança», Ramalho Eanes considerou que com esta visita se dava seguimento ao espírito do convénio, «na medida em que os dois países conjugam esforços para a construção de uma Europa livre, democrática, unida e próspera».

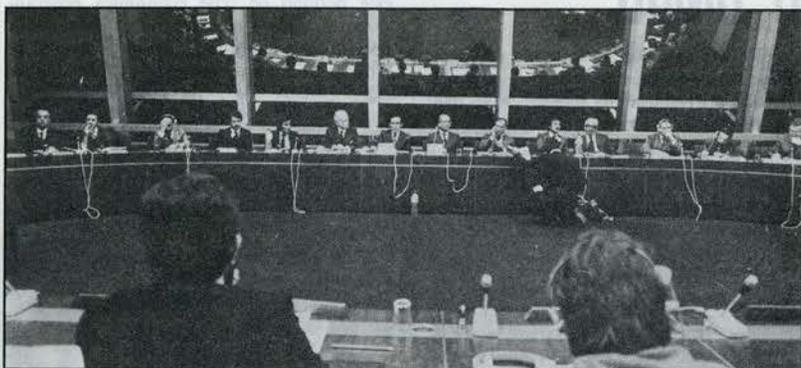
As ligações históricas entre Portugal e a Grã-Bretanha foram igualmente referidas nas alocações, proferidas pelo presidente do Conselho da Grande Londres e pelo lorde «mayor» da cidade.

Mais tarde, o Presidente da República recebeu em audiência, no Palácio de Buckingham, os chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas britânicas. Segundo indicaram informadores oficiais portugueses, citados pela Anop, durante este encontro foram analisadas e debatidas as perspectivas de cooperação militar entre os dois países.

### «Uma vitória para os ideais da democracia e da liberdade»

A Grã-Bretanha espera «a oportunidade de acolher Portugal na Comunidade Económica Europeia como membro pleno», declarou a rainha Isabel II de Inglaterra ao discursar no banquete que ofereceu em honra do Presidente Ramalho Eanes.

Isabel II preconizou também a participação de Portugal nos «esforços conjuntos para a construção de uma Europa mais estável, mais próspera e mais democrática».



Imagens da visita oficial que o general Eanes efectuou ao Palácio da Europa, em Estrasburgo



A dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes (à esquerda) segue atentamente o discurso que o seu marido proferiu na sessão solene do Parlamento Europeu

Depois de recordar que ambos os países «combateram juntos ao longo de muitos séculos», a rainha de Inglaterra acentuou que o seu país seguira de perto a evolução política de Portugal após o 25 de Abril e acrescentou: «Foi com admiração e simpatia que observámos o povo português procurando, em circunstâncias de grandes dificuldades e privações, criar o tipo de sociedade que deseja ter: uma sociedade justa, livre e humanitária. O sucesso do povo de Portugal não se restringe só ao povo de Portugal: é também uma vitória para os ideais da democracia e da liberdade».

#### «Relações ainda mais amplas e frutuosas»

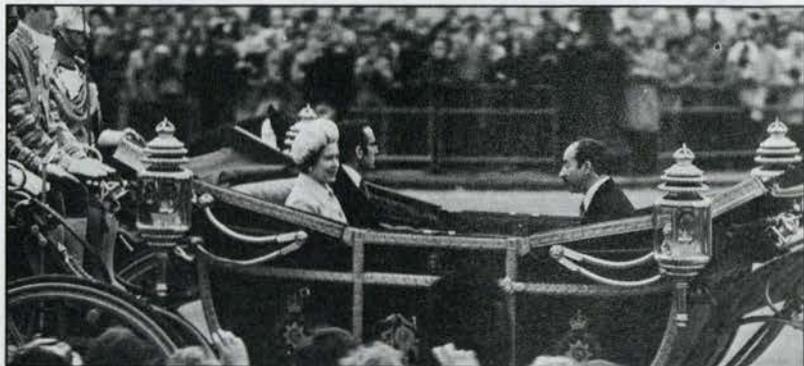
Por seu turno, o Chefe de Estado português agradecerá, na sua alocução, o «esperado e valioso apoio do Governo britânico à candidatura de Portugal às Comunidades Europeias», salientando também que «a sabedoria consubstanciada na Aliança constitui-nos na obrigação de estabelecer entre o Reino Unido e Portugal relações ainda mais amplas e frutuosas».

Por outro lado — prosseguiu Ramalho Eanes —, «a força secular da Aliança Luso-Britânica pode actualmente projectar-se de maneira inteiramente nova nas ligações que

os dois países mantêm com os outros continentes».

«Como outrora na EFTA, hoje ainda na NATO e amanhã na CEE, Portugal e o Reino Unido podem continuar juntos, no espírito da velha Aliança, defendendo a totalidade dos direitos humanos no quadro das organizações com vocação universalista, como a ONU e a UNESCO, e das acções que consubstanciem o diálogo Norte-Sul», disse, a terminar, o Presidente da República.

No segundo dia da sua estada em Londres, o general Eanes concedeu audiências separadas a representantes dos principais



O Presidente da República, acompanhado pela rainha Isabel II, e a dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, ladeada pelo duque de Edimburgo, durante o cortejo para o Palácio de Buckingham, em Londres



Ramalho Eanes discursando na sessão de boas-vindas promovida pelos órgãos autárquicos da capital britânica; à direita, o Presidente português passa revista à guarda de honra, no decurso da sua visita à Academia Real de Sandhurst



O primeiro-ministro britânico, James Callaghan, cumprimenta o Presidente Eanes, à porta do n.º 10 da Downing Street; ao lado, Ramalho Eanes falando a membros da comunidade portuguesa de Londres, durante a sessão realizada no Porchester Hall

# VISITA PRESIDENCIAL AO PARLAMENTO EUROPEU E AO REINO UNIDO

parceiros sociais da Grã-Bretanha, as confederações sindical (TUC) e patronal (CBI), tendo ainda recebido o corpo diplomático acreditado na capital britânica e visitado o Estado-Maior inglês dos anos da guerra, os célebres «Churchill War Rooms».

O Chefe de Estado português teve, por outro lado, conversações com o primeiro-ministro britânico, James Callaghan, na residência oficial deste. Na reunião — a que inicialmente estiveram presentes os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países — foi analisada, essencialmente, a problemática da adesão de Portugal à CEE, bem como alguns aspectos do apoio económico e financeiro da Grã-Bretanha ao nosso país. Recordar-se, a propósito, que o Reino Unido é o principal parceiro comercial de Portugal.

## Assinado Acordo de Segurança Social

No âmbito da visita do General Ramalho Eanes a Londres, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha e de Portugal assinaram um Acordo de Segurança Social e um protocolo adicional que irão beneficiar os cerca de trinta mil portugueses que trabalham naquele país.

Estes diplomas contemplam várias reivindicações da comunidade portuguesa, nomeadamente quanto ao estabelecimento de pensões de reforma, subsídios de doença, invalidez e maternidade, direito a benefícios a curto prazo e assistência médica em Portugal para os familiares dependentes. O novo convénio e o protocolo adicional deverão entrar em vigor nos primeiros meses de 1979.

No Guildhall, o general Eanes foi depois obsequiado com um jantar que lhe foi oferecido pelo lorde «mayor» de Londres. No discurso que então pronunciou, o Chefe de Estado português passou em revista as relações luso-britânicas, desde há 605 anos, e preconizou «uma cooperação muito mais intensa entre os dois países em todos os domínios», acrescentando estar convicto de que «a construção da Europa é mesmo o principal desafio que se coloca, hoje e no futuro, às relações entre Portugal e o Reino Unido».

Antes de partir para a cidade nova de Bracknell — no cumprimento do programa estabelecido para o último dia desta visita oficial —, o Presidente Eanes recebeu Margaret Thatcher, principal dirigente do Par-

tido Conservador britânico, actualmente na oposição.

Em Bracknell, uma das novas cidades pertencentes a um projecto oficial que engloba a criação de um conjunto de 32 novas urbanizações, o general Eanes foi informado sobre os principais problemas habitacionais existentes na Grã-Bretanha e sobre o modo como os mesmos estão a ser enfrentados e resolvidos.

Depois de uma visita a uma fábrica de material electrónico, também em Bracknell, Ramalho Eanes esteve na Academia Militar de Sandhurst — sendo recebido com todas as honras militares —, e partiu depois para Reading, onde observou uma exploração agrícola da Faculdade de Agronomia e uma estação hortícola. O Presidente inauguraria, mais tarde, uma exposição de tapeçaria portuguesa, no Palácio de Kensington.

## Melhorar a situação dos emigrantes

Teve particular relevo o encontro do Presidente Eanes com cerca de quatro centenas de emigrantes portugueses, numa sessão que decorreu no Porchester Hall. Referindo-se a um cartaz de apoio à Reforma Agrária que havia observado na rua, o Presidente sublinhou que também ele dizia «viva a reforma agrária», acrescentando a este propósito: «Entendo que na área da reforma agrária devem existir unidades colectivas, cooperativas e propriedades privadas. Posso prometer-vos que a reforma agrária vai ser realizada».

Ramalho Eanes adiantou, por outro lado, que conhecia os problemas da comunidade portuguesa na Grã-Bretanha, nomeadamente no domínio escolar, e disse que tudo seria feito para melhorar a situação, embora os meios financeiros não permitam desencaixar uma acção global tendente a resolver definitivamente todos os problemas.

A propósito do momento político vivido em Portugal, o Presidente lembrou que «as pessoas devem olhar os partidos de maneira colaborante», visto que os partidos políticos são necessários e, por isso mesmo, deverão ser apoiados. Frequentemente aplaudido, Ramalho Eanes recordou que alguns emigrantes têm ainda as suas casas ocupadas em Portugal, e afirmou: «Aquilo que os emigrantes adquiriram no País, para mim é sagrado. Obrigarei as autoridades a respeitar isso de maneira completa».

Completando o programa desta visita presidencial ao Reino Unido, o general Ramalho Eanes ofereceu, na Embaixada de Portugal, um banquete de despedida para agradecer a hospitalidade da rainha Isabel II e do duque de Edimburgo.

Durante este jantar, o Presidente Eanes destacou o acolhimento que recebeu durante a sua permanência na Grã-Bretanha e afirmou que a amizade do povo britânico para com o povo português «é tão forte quanto antiga e tão jovem quanto dinâmica», dizendo, a concluir: «Embora Portugal soubesse tudo isto quando a visita começou, a minha estada permitiu confirmar que

Portugal pode continuar a contar com o Reino Unido. Em nome do povo português, posso assegurar que o Reino Unido pode continuar a contar com Portugal».

Antes do seu regresso a Lisboa, Ramalho Eanes concedeu uma conferência de imprensa, durante a qual revelou que se irão iniciar proximamente negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a atribuição de um novo empréstimo de um bilião de dólares a Portugal, verba que se destina a permitir a recuperação do défice da nossa balança de pagamentos. Os investimentos britânicos, a questão do pagamento das indemnizações devidas a cidadãos ingleses cujos bens foram expropriados e a situação política portuguesa, foram assuntos igualmente abordados durante este encontro com os jornalistas.

## Apoio financeiro da Grã-Bretanha a Portugal

A Grã-Bretanha estabeleceu uma nova linha de crédito a favor do Estado Português, no valor de cinco milhões de libras (cerca de 455 mil contos) e tendo como objectivo possibilitar a aquisição, por parte do nosso País, de bens e serviços de origem britânica, devendo a utilização deste crédito verificar-se, em primeiro lugar, na realização de projectos que beneficiem áreas rurais, nomeadamente numa empresa-piloto de exploração leiteira, na fruticultura e culturas hortícolas e na indústria de vimes.

O acordo foi assinado, em Lisboa, pelo embaixador da Grã-Bretanha e o ministro português das Finanças e do Plano, tendo assistido ao acto o vice-governador do Banco de Portugal, o secretário de Estado e o director-geral do Tesouro e um representante do Gabinete de Cooperação Económica Externa. ■



No Palácio de Buckingham, o general Eanes e sua esposa despedem-se da rainha Isabel II e do duque de Edimburgo, no final desta visita oficial do Chefe de Estado português à Grã-Bretanha.



A cidade de Macau, segundo gravura alemã de 1629, existente na Academia das Ciências de Lisboa

#### Primeiras notícias da China

Sabe-se que foi somente após a chegada dos portugueses à Índia, que estes últimos ouviram falar dos *Chins* — gente considerada branca — dado que embarcações suas, de quando em vez, apareciam nas regiões do Sudoeste asiático. Porém, os portugueses que primeiro ouviram falar destes «estranhos» povos, não poderiam ter feito a menor ideia de quem eles eram nem de onde vinham.

Sabe-se, também, que a informação da existência desses povos foi comunicada ao rei D. Manuel I, o qual despachou uma frota em 1508, comandada por Diogo Lopes de Sequeira, com o objectivo de bater os mares e as terras, na região situada entre a ilha de Madagáscar (então chamada de S. Lourenço) e Malaca, encarregando-o da colheita de informações sobre os chineses: «Perguntareis pelos chins, e de que parte vêm, e de quão longe».

O interesse da coroa portuguesa pelos chineses deve estar por detrás do comportamento de Afonso de Albuquerque quando, em 1511, chegou a Malaca e iniciando a sua imediata conquista com a ferocidade que a história celebrizou, ele

# MACAU

Foi Jorge Álvares o primeiro navegador português que alcançou os portos da China, em 1513, lançando ferro no ancoradouro de Tun-Mun, ou Tamang, situado entre a ilha de Lin Tin e a cidade de Nam Tau.

Tradicionalmente, porém, a presença dos portugueses em Macau data de 1557, quando a frota do célebre pirata Chau Tsé Lao foi desbaratada nos mares da China, com a ajuda das armas portuguesas; o imperador do Celeste Império, reconhecido por esse serviço, confirmou, então, a licença para os portugueses se estabelecerem em Macau que ficou, por este motivo, a ser o primeiro entreposto entre o Ocidente e o Oriente.

encontra ali cinco juncos chineses, os quais trata com particular deferência e amizade, fazendo-lhes, inclusive, ofertas de presentes trazidos do reino e dando-lhes inúmeras facilidades para a sua viagem de regresso à pátria.

Dois anos depois, em 1513, Rui de Brito Patalim, primeiro capitão de Malaca, envia um juncó a China, em missão exploratória, o qual leva como feitor Jorge Álvares, um dos capitães da frota de Albuquerque. Aportado a Tamão (conhecida por ilha de Veniaga e presentemente por Lin-Tin), Jorge Álvares ergue ali um padrão e permanece no local alguns meses.

#### O «Suma Oriental»: primeira relação da China e dos Chineses

Graças às informações trazidas por Jorge Álvares o boticário e naturalista Tomé Pires elabora no seu «Suma Oriental» a primeira relação existente entre nós sobre a China e os chineses, chegando ao ponto de identificar o referido país com o então lendário Cataio e a sua capital com a Cambaluc referida pelo veneziano Marco Polo.

Em 1515, um grupo de mercadores portugueses, chefiado

# MACAU



por Rafael Perestrelo, italiano ao serviço de Portugal, foi encarregado pelo governador de Malaca, Jorge de Albuquerque, irmão de Afonso de Albuquerque, de empreender nova incursão no território, mas esta de carácter meramente comercial. Sabe-se que a missão resultou num êxito.

Registe-se que, também, nesta mesma data (1515) sai de Lisboa a primeira frota destinada a iniciar, especificamente, as primeiras relações oficiais, diplomáticas e comerciais, com a China. Comandava-a Fernão Peres de Andrade, já com o título de «Capitão-Mor da Viagem da China». A frota chega a Damão a 15 de Agosto de 1517, seguindo depois para Cantão, onde deixa a embaixada chefiada pelo naturalista Tomé Pires, com carta e presentes de D. Manuel para o «Rei da China». A parte comercial e marítima é desempenhada por Fernão Peres com bastante felicidade. No entanto a parte diplomática malogra-se por completo. Só em Janeiro de 1520, Tomé Pires é autorizado a seguir para Pequim, onde é recebido com simpatia pelo imperador Wu-Tsung. Porém, a inesperada morte deste levanta sérios conflitos e as intrigas e os mal-entendidos engendrados pelos mandarins da corte deitam tudo a perder para os portugueses. Numa irrupção de xenofobia a corte imperial ordena a retirada de todos os estrangeiros do seu solo, suspende o comércio com o exterior e fecha o porto de Cantão à navegação estrangeira.

## O período do tráfico ilegal

De 1522 a 1554 as relações diplomáticas e comerciais entre

Portugal e a China entram numa fase que se poderá entender como menos brilhante. Consequência directa das intrigas urdidas pelos mandarins, e no seguimento destas, uma frota portuguesa comandada por Martim Afonso de Melo Coutinho demanda a China e, embora encarregada de com esta lavrar um tratado de paz, é recebida com hostilidade, vindo-se obrigada a retirar com pesadas perdas.

A ruptura das relações sino-portuguesas (ou luso-chinesas, se se preferir), embora ainda deficientemente esboçadas, não afecta grandemente o recrudescimento do tráfico comercial. Na verdade, os portugueses revelaram aí, como noutras latitudes, um espírito pouco respeitador das vontades dos naturais (ainda que estas fossem discutíveis), iniciando actividades que poderemos considerar de contrabando e tráfico clandestino, através de certas ilhas e portos do litoral, nomeadamente mais ao norte, nas províncias de Fukien e Chekiang. Mas seria perfeito facciosismo e injustiça atribuir somente aos portugueses esta tendência para comércio clandestino, pois a verdade é que eles foram nisso encorajados, encontrando mesmo colaboração bastante activa, por parte dos mercadores chineses e, claro, cumplicidade por parte das autoridades locais. O mais inaudito é que no meio de tanta ilegalidade, ou exactamente por isso, os portugueses conseguiram estabelecer algumas feitorias, tais como Chincheu e Liampo ou Ningpo.

## O porto da deusa A-Ma (A-Ma-Kao)

O ano de 1554 é de capital importância para a história das relações luso-chinesas: após três anos de demoradas negociações, o capitão Leonel de Sousa, que se encontrava em Sanchuang (onde em 1552 morreu S. Francisco Xavier), à frente de uma força de dezassete navios, assina com o «hai-tau» (governador provincial) de Cantão um «assentamento» para oficializar e regulamentar as relações de paz, amizade, comércio e navegação entre Portugal e a China.

Remontam a este período (1550/55) os primeiros contactos dos portugueses com Macau, então pequena aldeia de pescadores. Os chineses chamavam-lhe Ho-Keang, isto é, a «Baía do Espelho em forma de Concha» ou Ou-Mun, «Porta da Baía do Espelho de Água» e, mais popularmente, sobretudo

entre os mercadores e marinheiros, A-Ma-Kao, isto é, «Porto da Deusa A-Ma», rainha dos céus e padroeira de mareantes, que lhe erigiram um templo à entrada da barra, tendo sido esta a última designação perfilhada pelos portugueses e que hoje perdura, com as inelutáveis corrupções de tempo e línguas, até chegar à «Macau» actual.

Tudo leva a crer que foi a partir do «assentamento» de Leonel de Sousa que fomos autorizados a estabelecer uma feitoria livre e legal em Macau, passando os portugueses a concentrar-se ali de 1555 a 1557, com o abandono de todas as outras feitorias. Os documentos mais antigos que comprovam a nossa presença em Macau datam de 1555. Fernão Mendes Pinto faz datar uma carta de «Macauo, 20 de Novembro de 1555», porém, e para quem se não contente com as descrições deste picaresco (nem sempre conformes à verdade) temos alguma correspondência do provincial dos Jesuítas, Padre Belchior Nunes Barreto, onde existe uma carta que este também escreveu «desde Machoam porto da China, 23 de Novembro de 1555».

## Concessão de Macau aos portugueses

A formal concessão de Macau aos portugueses data de 1557. Esta foi feita inicialmente pelas autoridades provinciais de Cantão, porém, logo confirmada pelo imperador Chi-Tsung e ratificada pelo seu sucessor Mo-Tsung. O motivo de tal legado, segundo uma tradição quase tão antiga como o próprio facto, consiste em, a pedido dos mandarins da região, termos libertado as águas do delta de Cantão de numerosos piratas, entre os quais se destacou o célebre Chau-Tsé-Lao.

Daqui se pode concluir que a nossa presença em Macau constituía uma garantia de protecção e paz estável em toda a costa. Por outro lado, os historiadores inclinam-se para que a reabertura da China ao comércio exterior e, consequentemente, a autorização dos portugueses terem o seu tradicional entreposto comercial, é uma sequência directa da obra de policiamento e protecção que então nos demonstrámos capazes de realizar. Assim, uma razão vem justificar e coroar a outra, tal como o fim da política económica autárquica, por parte da China a nosso favor, parece ela também, justa recompensa por méritos cabalmente reconhecidos, e não

obra de qualquer tipo de pressão em que, noutras latitudes, fomos tão destros em levar à prática.

Mas não se retenha aqui o leitor. Os chineses, com toda a sabedoria milenária, realizavam obra dupla. Com a concessão de Macau, eles conseguem, ao mesmo tempo, criar, fomentar e proteger o seu comércio externo, através de um local onde os mercadores poderiam tratar com estrangeiros sem infringir as rigorosas leis imperiais, ao mesmo tempo que evitavam que estrangeiros entrassem e permanecessem no seu território.

## De aldeia de pescadores a empório famoso

Após o seu estabelecimento em Macau, os portugueses transformaram-se em intermediários e transportadores de todo o lucrativo comércio e tráfico da China com o Japão, Manila, Sião, Malaca, Índia e Europa. Macau permaneceu como base e entreposto único de todo o comércio externo chinês, tendo os portugueses o monopólio das suas importações e exportações, pelo menos até 1685, ano em que o imperador Kang-He abriu a todos os estrangeiros o mercado de Cantão, até então reservado exclusivamente aos portugueses.

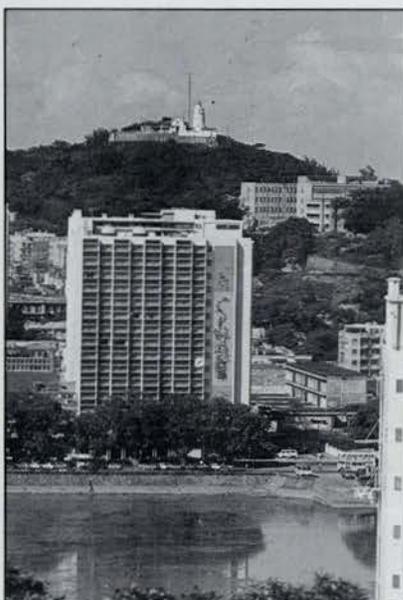
Durante esses 130 anos (1557/1685), de modesta e ignorada aldeia de pescadores, Macau transformou-se num florescente empório marítimo-comercial, na época, dos mais activos do mundo e, simultaneamente, em não menos importante centro de intercâmbio espiritual e cultural entre o Ocidente e o Oriente. Vinte anos após o nosso estabelecimento ali, ou seja, por volta de 1575, o Papa Gregório XIII, pela sua bula «Super Specula Militantis Ecclesiae», fundou a diocese de Macau, com jurisdição sobre toda a China, o Japão e a Coreia.

## Terra de acolhimento e repouso para poetas e escritores

A cidade e sua região cresceu com certa rapidez, passando em pouco tempo de escassas centenas de habitantes para alguns milhares. Além de mercadores, marinheiros, soldados e funcionários metropolitanos, acorream ali para se fixarem definitivamente, numerosas famílias orientais-portuguesas, de primeira geração, filhos de casamentos cruzados com malaios, siameses, japoneses e indianos. Acontece que em Macau todos



*Vista geral do porto interior e da avenida marginal; Macau: vista geral da cidade.*



*Juncos ancorados no porto interior da cidade, durante as festividades do Ano Novo chinês; Um moderno edifício de apartamentos e, ao fundo, a fortaleza e o farol da Guia.*



*Desfile do Cortejo do Dragão, atravessando o Largo do Leal Senado; Dança do Leão do Norte, executada durante as celebrações do Ano Novo chinês; Duas cenas de uma representação da ópera chinesa tradicional.*





Ruínas da Igreja de S. Paulo. A primeira igreja com esta designação foi destruída pelo fogo em 1601, tendo sido edificado um novo templo, no ano seguinte, por operários chineses e japoneses, sob a direcção de padres jesuítas. A fachada barroca foi acrescentada mais tarde, entre 1620 e 1627, e constitui hoje — bem como a escadaria que lhe dá acesso — tudo o que resta daquele grandioso monumento, quase completamente destruído por um outro incêndio, em 1835; Edifício do Leal Senado, no centro da cidade.

Avenida Almeida Ribeiro, junto ao Largo do Leal Senado; Edifício do Museu Camões, construído em 1770 e onde funcionou, durante vários anos, a presidência da Companhia britânica das Índias Orientais.

se sentiam tão seguros como se estivessem em Portugal. Segundo o testemunho de Fernão Mendes Pinto, deixado na obra «Peregrinação», a segurança em Macau era tão boa «como se estivesse situada na mais segura parte de Portugal».

Segundo a tradição, entre os mais antigos moradores da cidade contava-se Luis de Camões, que em Macau teria exercido o cargo de «provedor de defuntos e ausentes» e vivido com a lendária malaia ou siamesa por ele imortalizada sob o nome transliterado de Dinamene (de Tei - Nam - Mun, que significa Porta da Terra do Sol, segundo Afrânio Peixoto), cuja morte, no naufrágio do rio Mé-Kong, foi chorada no soneto «Alma Minha Gentil», na opinião de alguns estudiosos camonianos. Diz ainda a tradição que Camões teria composto parte dos cantos dos «Lusiadas» numa pitoresca gruta, hoje relicário evocativo do grande épico.

Cerca de 250 anos mais tarde, em idênticas circunstâncias, Macau acolheu o grande poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage. Vindo de Cantão, após ter rompido com a disciplina militar do posto onde estava colocado, na Índia, parece que o poeta deambulou em extrema miséria durante três meses por aquela terra chinesa, não se sabendo com que recursos conseguiu aportar a Macau, onde desembarcou pobre e miserável como Job. Sabe-se que o «ouvidor» da cidade, Lázaro da Silva Ferreira, que por aquela data governava interinamente, teve pena dele e o socorreu. Por outro lado, presente-se ter havido um movimento de simpatia e ternura, por parte dos portugueses de maior destaque, em volta do poeta que ali aportara seminu, deprimido e a cair de fome. A esta gente se deve o regresso de Bocage a Lisboa. Um pequeno extracto de um seu poema faz-nos lembrar as atribuições porque deve ter passado: «Triste povo! E mais misero, eu habito / No remoto Cantão, donde Ulisseia, / Não pode a ti voar meu débil grito! / Misérrimo de mim, que em terra alheia, / Cá onde muge o mar da vasta China, / Vagabundo braguejo a morte feia!».

Outro dos maiores nomes da nossa poesia, Camilo Pessanha, também passou e viveu nesta cidade. Bacharelado-se em Direito, partiu para Macau, aí exercendo as profissões de advogado e professor do liceu, morrendo no ano de 1926. Num

pequeno mas precioso volume, «Clepsidra», se fez a primeira e incompleta reunião da sua obra poética. Um outro volume saiu, de prosa e verso, aparecendo com o nome «China». E o Oriente em que ele viveu, essa terra que lhe deu acintes de imaginação, foi-nos por ele legado, através do grande desiderato que realizou no labor de poeta.

Venceslau de Moraes, oficial da marinha, diplomata e, também, escritor (1855-1929), estudou a paisagem, hábitos e costumes do remoto Oriente, nomeadamente o Japão, onde viveu muito tempo e onde morreu. Em algumas das suas obras existem importantes referências a Macau. Citamos algumas: «Traços do Extremo Oriente», «O Culto do Chá», «Cartas do Japão» e «Osoroshi».

Entre muitos outros nomes, não poderemos esquecer Ferreira de Castro, aquele que reatou com «A Volta ao Mundo» a tradição desse género de literatura, velho de quatro séculos. O novo peregrino do século XX, desses pequenos mundos quase desconhecidos, não esqueceu então Macau. Nessa obra, para além de páginas pungentes de humanismo, encontraremos muitos aspectos que ele fixou e que foram o fim de uma idade histórica, dado que a viagem do escritor e quase que a própria obra, terminaram quando a Europa estava de novo em guerra, de sorte que muitos dos lances «radiografados» por Ferreira de Castro, do Próximo ao Extremo Oriente, do Japão aos Estados Unidos (pode-se dizê-lo), constituem hoje importantes documentos de sociologia e história. Daí, não ser por puro êxito «fácil» que a obra «A Volta ao Mundo», atingiu a mais elevada tiragem de todas as obras editadas em português.

#### «Não há outra mais leal»

Os mercadores de Macau, reunidos numa próspera e dinâmica burguesia comercial, organizada segundo moldes decalçados das repúblicas urbanas do Mediterrâneo, instituíram em 1583 um Senado da Câmara, formado por membros por eles eleitos, com plenos poderes administrativos, económicos e judiciais, ficando a autoridade do capitão-mor da «Viagem do Japão» (capitão-general ou governador, de nomeação régia) limitada aos assuntos militares. Talvez se possa dizer, sem exagero, que a autonomia administrativa do actual território tem fundas

raízes democráticas e republicanas, ao contrário do que seria de imaginar.

Ao Senado da Câmara competia exclusivamente não só zelar pelos interesses de toda a população, mas também defender os direitos soberanos de Portugal, conforme as prerrogativas contidas na antiga concessão imperial chinesa.

Em 1586 o Porto de Amacão, ou Povoação e Porto do Nome de Deus na China, recebeu o estatuto de cidade, passando a chamar-se Cidade do Nome de Deus na China, com privilégios e honrarias idênticas às da cidade de Évora.

Mais tarde, devido à lealdade e patriotismo dos seus moradores durante a ocupação castelhana, de 1580 a 1640 — Macau constituiu um desafio às poderosas autoridades espanholas no vizinho arquipélago das Filipinas —, D. João IV concedeu a Macau o título e divisa de «Não há outra mais leal». Em 1810, da mesma forma e durante as invasões francesas, o Senado da Câmara recebeu de D. João VI, pelo patriótico comportamento da sua população, a designação de «Leal Senado», sendo o único organismo português a ostentar tal título.

#### Do século XIX aos nossos dias

Após restauração da independência de Portugal, em 1640, Macau atravessou duas fases decisivas. Na primeira, que durou 160 anos (1685-1845), a cidade foi o único ponto aberto à navegação internacional em toda a China, servindo não só de centro de operações comerciais e de residência de todos os estrangeiros, como também de sede das missões diplomáticas e consulares dos países acreditados junto da corte de Pequim. Macau, que durante 130 anos desempenhara papel relevante nas relações comerciais da China com o estrangeiro, como atrás descrevemos sucintamente, passou a ser, nos 160 anos seguintes uma base para todas as comunicações e actividades com os orientais por parte dos ocidentais, enquanto os representantes destes países aguardavam que lhes fosse facultada a entrada no território chinês, propriamente dito.

A outra fase inicia-se, após este brilho cosmopolita de Macau, com a chamada «Guerra do Ópio» (1839-44), cujas principais consequências determinaram a entrada dos estrangeiros



e a instalação de missões diplomáticas e consulares em território chinês, ou seja, a abertura dos «portos do tratado», ao tráfego internacional (Cantão, Amoi, Fuchau, Ningpo, Xangai) e o estabelecimento britânico em Hong-Kong. Esta fase, plena de distúrbios por parte de diversas potências imperialistas, caracterizou um dos períodos mais trágicos da história da China.

A partir de então, quando a China perdeu a sua vida isolada e autárquica, passando a ser, no extremo oposto ao desejável, pasto de incontidos desejos imperialistas de inúmeras potências ocidentais, Macau foi-se gradualmente adaptando às novas circunstâncias, transformando-se numa cidade pacata, de vida simples e tranquila, ao mesmo tempo que os territórios vizinhos entravam num período de convulsões, insegurança e guerras de rapina que culminaram, após a queda do milenário regime imperial, na implantação da República, em 1912 e, finalmente, no estabelecimento de uma democracia popular, em 1949.

Foi assim que Macau entrou na fase actual da sua vida.

Desta última fase deve-se salientar que a característica mais importante das relações luso-chinesas nestes 400 anos da história de Macau são não só a paz e amizade, mas também a coexistência e convivência que sempre tem existido entre Portugal e a China, através de Macau, o que levou o falecido presidente Mao-Tsé-Tung a afirmar, numa das suas obras, ser «Portugal o único país da Europa que permaneceu na China sem nunca lhe ter feito guerra».

## População

Segundo o último recenseamento da população, realizado em 1970, o território contava 248 636 habitantes, dos quais 241 413 estavam fixados na cidade — incluindo 14 533 vivendo permanentemente nas embarcações imobilizadas nas águas do território — e 7223 habitavam nas ilhas da Taipa e Coloane.

A quase totalidade da população, segundo o referido recenseamento, é constituída por chineses (240 008), seguindo-se os portugueses com 7456 habitantes.

No entanto, de acordo com recentes estimativas, a população do território já atingia em fins de 1977, cerca de 266 510 habitantes.

## Turismo

A par do comércio externo, o turismo ocupa um lugar preponderante na economia de Macau. Em 1977, registou-se um movimento de 2 788 139 pessoas entradas no território, na sua maioria provenientes de Hong-Kong. Desse total, 539 881 são considerados turistas estrangeiros. Destes, os visitantes de nacionalidade japonesa constituíram o número mais elevado, atingindo cerca de 45,5 por cento do total, seguidos dos visitantes do Sudeste Asiático (18,1 por cento). Os visitantes chineses de Hong-Kong ultrapassam dois milhões anualmente.

Em 1977, existiam 1926 quartos de hotéis com um índice de ocupação estimado em 44,43 por cento. Vários novos hotéis, ligados a cadeias internacionais, e um enorme complexo turístico, serão construídos nos próximos anos.

Os maiores pólos de atracção turística são os edifícios e conjuntos arquitectónicos de características mediterrânicas, a presença da cultura portuguesa, em contraste com a chinesa, a riqueza do passado histórico, o jogo nas suas diversas formas (casinos, pelota basca, corridas de galgos, etc.) e ainda as tradicionais corridas de automóveis e de motocicletas nas quais participam todos os anos condutores de renoma internacional.

## Pesca: uma actividade tradicional

Dada a exiguidade do território, o sector primário é pouco expressivo no cômputo da economia de Macau, sendo praticamente inexistente a agricultura e a silvicultura. Daqui resulta que o território importa a quase totalidade dos produtos alimentares que consome, nomeadamente da vizinha República Popular da China e, através de Hong-Kong, alimentos provenientes de diversas origens, entre as quais se destacam os Estados Unidos e a Austrália.

A pesca constitui, desde longa data, uma actividade tradicional que, antes da chegada dos portugueses tinha já grande importância, fazendo de Macau um centro piscatório. Em 1977 a exportação do pescado (peixe diverso e mariscos) atingiu 3514 toneladas, no valor de 190 000 contos.

## Indústria

O parque industrial tem vindo a modificar-se substancialmente, obrigando ao retrocesso das tradicionais fábricas de panchões e de fósforos, que tanto caracterizaram o panorama de Macau durante vários decénios. Hoje apenas existem algumas fábricas de fogo de artifício e panchões.

A indústria macaense, no último decénio, virou-se para o sector têxtil que, neste momento, ocupa lugar cimeiro nas exportações. Este sector

cento em 1977) com relevo para a França e a República Federal Alemã, os quais absorveram naquele ano 38 por cento do total das exportações para aquele mercado; outro cliente importante são os Estados Unidos da América, que no ano passado compraram a Macau 16 por cento da sua exportação. No primeiro semestre de 1978, todavia, a CEE apenas adquiriu 50 por cento dos produtos exportados, enquanto que os EUA subiram para 23 por cento do total.

Em fins de 1975, Macau aderiu ao Acordo Multifibras, tendo a partir de então participado nas assembleias gerais do Comité dos Têxteis que se realizam anualmente em Genebra. Ao abrigo daquele convénio, Macau tem celebrado outros acordos de têxteis com diversos países, entre os quais se salientam os da CEE, EUA e o grupo da Escandinávia.

## Governo e administração

De harmonia com a Constituição Política da República Portuguesa e o Estatuto Orgânico de Macau, este território sob administração portuguesa constitui uma pessoa colectiva de direito público interno e, com ressalva dos princípios estabelecidos nas leis constitucionais da República e naquele Estatuto, goza de autonomia administrativa, económica, financeira e legislativa.

São órgãos de governo próprio do Território o Governador e a Assembleia Legislativa, funcionando ainda junto do primeiro o Conselho Consultivo. A função legislativa é exercida pelo Governador e pela Assembleia Legislativa, e a executiva pelo Governador, coadjuvado por Secretários-Adjuntos.

O Governador é o representante dos órgãos de soberania da República e tem, na hierarquia da função pública, categoria correspondente à de Ministro do Governo da República. É nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sendo a nomeação precedida de consulta à população local.

A Assembleia Legislativa é composta por dezasseis Deputados, dos quais seis são eleitos por sufrágio directo e universal, seis por sufrágio indirecto e os restantes cinco designados pelo Governador, para servirem por um mandato de três anos. A Assembleia elege o seu Presidente, de entre os seus membros, por sufrágio secreto.

O Conselho Consultivo, formado por vogais eleitos, natos e nomeados, funciona permanentemente junto do Governador como órgão consultivo deste.

O Governador preside também ao Conselho superior de Segurança ao qual compete estabelecer e coordenar directrizes no âmbito da segurança do território.

Os serviços públicos de Macau são organismos privativos do território, podendo constituir entidades autónomas, dotados ou não de personalidade jurídica. Existem dois Municípios, o de Macau e o das Ilhas, tendo a Câmara Municipal de Macau, desde 1809, a designação de Leal Senado.

Quanto à administração da justiça, ela regula-se pela legislação emanada dos órgãos de soberania da República, estando a Comarca de Macau dependente do distrito judicial de Lisboa e sendo os serviços do Ministério Público assegurados por um procurador da República, que superintende na Delegação da Procuradoria, na Polícia Judiciária e nos Serviços de Registos e do Notariado. ■

# MACAU



é composto por 300 fábricas de vestuário e de malhas de lã, de pequena e média dimensão e 150 fábricas de outros artigos têxteis, incluindo fição, cardação e tecelagem.

Há ainda a destacar, fora deste sector, as fábricas de pirogravação de loiça, brinquedos, calçado, binóculos e máquinas fotográficas e de curtumes.

## Comércio externo

As exportações de Macau encaimam-se principalmente para os países da CEE (cerca de 60 por

Para o mercado português as exportações de Macau têm vindo a decrescer nos últimos três anos, devido ao regime de contigitação e à situação cambial existente no nosso país, notando-se que as vendas de Macau a Portugal, em 1977, representaram cerca de 4 por cento do total das suas exportações, quando em 1974 eram de cerca de 6 por cento.

A balança comercial do território que era deficitária antes de 1976, acusou um saldo positivo de 169 milhões de patacas (1690 mil contos) naquele ano, enquanto que em 1977 o saldo positivo era de 161 milhões de patacas (1610 mil contos).



## ELEIÇÃO DE PORTUGAL PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Desta forma o Conselho de Segurança da ONU será formado, no biénio 1979/80, pelos seguintes países: Estados Unidos, França, Reino Unido, República Popular da China e União Soviética (membros permanentes, com direito a veto), Bangladesh, Bolívia, Gabão, Jamaica, Koweit, Nigéria, Noruega, Portugal, Checoslováquia e Zâmbia.

Nos primeiros quatro escrutínios para o lugar do grupo da Europa Ocidental a que concorriam o nosso País e Malta, Portugal foi inicialmente apoiado por 84 votos, desceu para 77, depois subiu para 81 e, finalmente, para 93. No quinto escrutínio foi obtida a maioria com 99 votos, superior em três votos à necessária — que corresponde a dois terços, ou seja 96 votos — para a eleição.

Solicitado pelo matutino «Diário de Notícias» a comentar esta eleição, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Correia Gago, sublinhou dois aspectos: «Em primeiro lugar, a preparação e a defesa da candidatura de Portugal foram das poucas tarefas em que o III Governo Constitucional actuou com plena capacidade política. É-me, por isso, muito grato, que as tenha podido levar a bom termo. O segundo aspecto é o significado da eleição, que, a meu ver, traduz o reconhecimento do mais importante órgão do mais importante foro internacional de que Portugal tem possibilidades de dar um contributo útil e específico para a manutenção da paz e segurança mundiais, através de uma política externa coerente e com um recorte próprio».

Contactado pelo mesmo jornal a propósito deste assunto, João Lima, do PS, afirmou que a eleição significou «a consagração internacional de Portugal, um pequeno país outrora isolado e hoje com um papel da maior importância que lhe é entregue dentro da organização que representa, porventura, a vontade colectiva das sociedades organizadas».

Também Ribeiro e Castro, porta-voz do CDS, em declarações ao «DN», considerou a eleição como um facto «bastante positivo» que, como é sabido, decorre «da candidatura que, nomeadamente, o dirigente do meu partido, dr. Sá Machado, tanto apoiou e patrocinou, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros».

Recorde-se, ainda, que, em recente entrevista ao jornal citado, Rui Machete, do PSD,

**Portugal foi eleito membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), para um mandato de dois anos, que se inicia a 1 de Janeiro de 1979.**

**A Assembleia das Nações Unidas elegeu o nosso País ao quinto escrutínio por 99 votos. Malta, que disputava com Portugal o mesmo lugar, obteve neste último sufrágio apenas 45 votos.**

afirmara que a candidatura do nosso país ao Conselho de Segurança constituía «uma consagração de uma viragem da política externa portuguesa».

Na mesma ocasião, Alda Nogueira, do PCP, declarou que as vantagens ou desvantagens da eleição «dependiam da política externa que vier a ser seguida».

### Portugal e a ONU

Portugal foi admitido na Organização das Nações Unidas em 14 de Dezembro de 1955, mas só após o derrube do fascismo, em Abril de 1974, se intensificou a cooperação entre o nosso País e a organização.

Circunstâncias de ordem política, nomeadamente a vigência de uma ditadura em Lisboa e a manutenção das guerras coloniais, provocaram, antes daquela data, um profundo contencioso entre ambas as partes.

Actualmente Portugal dispõe do apoio e da administração dos Estados membros da ONU, agora traduzidos nesta eleição para o Conselho de Segurança e que já anteriormente haviam permitido a eleição do nosso País para o Conselho Económico e Social da organização e, em data mais recente, para a Comissão dos Direitos do Homem, tal como foi noticiado oportunamente.

### Funções e Orgânica do Conselho de Segurança

A principal responsabilidade do Conselho de Segurança — órgão das Nações Unidas a que já nos referimos desenvolvidamente em número anterior — é a de manter a paz e a segurança internacionais, podendo investigar qualquer situação passível de se transformar em conflito armado. Qualquer país membro da ONU pode levar ao conhecimento do Conselho essas situações, até mesmo um dos Estados envolvidos na contenda, desde que aceitem «a priori» as obrigações decorrentes de uma solução pacífica, decidida pela Assembleia Geral ou pelo secretário-geral.

Em questões que não sejam processuais, as decisões do Conselho de Segurança exigem nove votos afirmativos, incluindo obrigatoriamente os votos da totalidade dos membros permanentes. Em questões processuais, um voto favorável de qualquer grupo de nove membros é suficiente.

A presidência do Conselho é exercida por cada um dos seus membros, em rotação mensal, segundo a ordem alfabética em inglês. As línguas oficiais deste órgão da ONU são o inglês, francês, russo, chinês e espanhol.

O Conselho de Segurança possui três comissões principais: a comissão de peritos, para questões técnicas e processuais, a comissão para admissão de novos membros e a comissão militar, composta por chefes de Estado-Maior dos membros permanentes ou dos seus representantes e destinada a apreciar assuntos militares. O Conselho de Segurança é considerado como órgão executivo da ONU tendo poderes para decretar a intervenção militar de forças das Nações Unidas (os «capacetes azuis») nas zonas de conflito, ou sanções económicas contra os países que não cumpram as suas decisões.

### 33.º aniversário da ONU

«Teremos de ultrapassar os estritos objectivos nacionalistas na procura de objectivos mundiais e para isso será indispensável contar com a vontade política de todos os Governos membros, se pretendemos realizar progressos significativos para alcançar as metas da paz, justiça social e melhores condições de vida, com maior liberdade para a população do mundo», afirmou, nomeadamente, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, ao discursar, em Nova Iorque, durante uma sessão especial comemorativa do 33.º aniversário da fundação das Nações Unidas.

Nesta alocução, pronunciada na Assembleia Geral da ONU, Kurt Waldheim recordou que «ao longo dos anos decorridos desde 1945 produziram-se no mundo alterações que os fundadores das Nações Unidas dificilmente poderiam ter previsto», e referiu ainda que, neste momento, «milhares de pessoas em todo o mundo participaram nas actividades das Nações Unidas, com vista à promoção do desenvolvimento económico e social e a prestar socorro e ajuda humanitária aos refugiados e às pessoas afectadas por situações de emergência».

A ONU, que foi fundada por 51 nações, conta hoje com representantes diplomáticos de 150 países membros. Os princípios e objectivos das Nações Unidas estão expressos na Carta da organização: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações de amizade entre as nações; obter a cooperação internacional na resolução dos problemas económicos, sociais, culturais e humanitários internacionais e, finalmente, promover o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos os homens.

A ONU propõe-se, também ser um centro da harmonização das acções de todos os países na pressecução destes fins comuns.

A ONU é uma organização de nações soberanas e não um governo mundial. Como tal, um dos principais problemas que enfrenta é o de fazer respeitar a legislação interna que aprova e diz respeito a situações em Estados soberanos.

#### A Assembleia Geral

As Nações Unidas têm cinco órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança — atrás referido —, o Conselho Económico e Social, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado.

O principal órgão deliberativo é a Assembleia Geral. Nela estão representados todos os Estados membros, dispondo de um voto cada um. As decisões sobre assuntos importantes carecem de uma maioria simples. As decisões sobre assuntos importantes carecem de uma maioria de dois terços para que haja aprovação.

A Assembleia reúne anualmente, de meados de Setembro a meados de Dezembro, podendo também efectuar sessões especiais



Aspecto de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU (foto de arquivo)

ou de emergência. Quando não está em sessão plenária, a Assembleia divide-se em comissões especializadas que continuam a trabalhar em assuntos específicos. A Assembleia só pode discutir os problemas e votar recomendações, não tendo poderes para obrigar qualquer Governo a agir segundo aquilo que recomendou.

#### O Conselho Económico e Social

Actuando sob a autoridade da Assembleia Geral, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas coordena o trabalho económico e social da ONU e das suas instituições e agências especializadas.

Com 54 membros, este Conselho faz recomendações e centraliza as actividades destinadas a melhorar o comércio mundial, a encorajar o crescimento económico dos países subdesenvolvidos, a melhorar o estatuto da mulher, a acabar com as discriminações contra as minorias, etc.

Por seu turno, o Tribunal Internacional de Justiça consiste num corpo de 15 juízes eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, tendo a sua sede em Haia, na Holanda. A solução pacífica dos conflitos, em conformidade com os princípios da justiça e da lei internacionais — segundo o que está previsto na Carta da ONU —, é o propósito deste Tribunal.

Quanto ao Secretariado, ele trabalha para os demais órgãos das Nações Unidas e administra os programas e as políticas por eles delineadas. Presidido pelo secretário-geral da ONU, o Secretariado tem ainda como principal tarefa chamar a atenção do Conselho de Segurança sobre qualquer assunto que, na sua opinião, ameace a paz e segurança internacionais. É o Secre-

tariado que administra o dia-a-dia das Nações Unidas.

#### As agências e instituições especializadas

Das numerosas agências e comissões especializadas da Assembleia Geral ou do Conselho Económico e Social das Nações Unidas destacam-se: a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) e o Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados (ACONUR).

#### Colóquio em Lisboa

O 33.º aniversário da ONU foi assinalado em Lisboa com um colóquio realizado na Fundação Gulbenkian por iniciativa da Associação Portuguesa de Estudantes e Juventude para as Nações Unidas (APEJNU) e que contou com o apoio do Centro de Informação da ONU no nosso País.

O debate foi moderado pelo prof. André Gonçalves Pereira, da Faculdade de Direito de Lisboa, e centrou-se em três temas previamente propostos: a apreciação da actividade da ONU desde a data da sua fundação; a análise da questão do desarmamento; e a apreciação das relações entre Portugal e aquela organização internacional,



O "Palácio de Vidro", sede da ONU, em Nova Iorque

tendo particularmente em atenção a possibilidade — depois confirmada — da eleição do nosso País para o Conselho de Segurança.

A convite da APEJNU, intervieram neste colóquio o prof. Adriano Moreira, na sua qualidade de especialistas em Relações Internacionais; Raul Trejos, director do Centro de Informação da ONU em Portugal; Eduardo Paz Ferreira, da Associação de Relações Internacionais; Rui Machete, assistente de Ciências Políticas na Faculdade de Direito de Lisboa; e Guilherme Cunha, representante do Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados.

#### Forças Armadas portuguesas podem colaborar com a ONU

As Forças Armadas portuguesas encontram-se actualmente à disposição da Organização das Nações Unidas (ONU) para atenderem «pedidos coerentes e exequíveis de auxílio militar em qualquer parte do Mundo», segundo apurou a ANOP junto de uma fonte militar autorizada.

Esta notícia surge na sequência de uma afirmação nesse sentido proferida pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, durante o acto de posse do novo chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão.

Como membro de pleno direito «Portugal está em sintonia com a ONU», disse ainda o mesmo informador militar qualificado, acrescentando que «se a ONU nos pedir forças, nós temos tropas treinadas para qualquer tipo de acção».

Também o ministro da Defesa Nacional se referiu a este assunto, afirmando aos jornalistas que o contingente português que se poderá vir a integrar nas forças dos «capacetes azuis» das Nações Unidas será, em princípio, formado por Fuzileiros, Comandos e Pára-quedistas. O ministro salientaria, a tal propósito, que esse contingente foi constituído, «naturalmente, a pedido da ONU» e não por iniciativa portuguesa.

Entretanto, e ainda no âmbito da «internacionalização» das Forças Armadas portuguesas, prosseguem as conversações para

a integração de tropas especiais de Portugal na Força Móvel Aliada da NATO, a qual está directamente dependente do comandante supremo da Aliança Atlântica, general Alexander Haig. Para as autoridades militares do nosso País, a inserção de tropas nacionais naquela força da NATO proporcionaria um duplo aspecto positivo: por um lado, as condições de treino dos soldados seriam substancialmente melhoradas e, por outro, o equipamento a fornecer a Portugal seria dos tecnologicamente mais avançados.

#### Participação do PNUD no combate à poluição do rio Tejo

Foi assinado no Ministério da Habitação e Obras Públicas, em Lisboa, um novo acordo de cooperação entre o Governo português e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O novo convénio estabelece a participação daquele órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU no estudo ecológico do rio Tejo, que irá permitir avaliar o grau de degradação das águas e adoptar medidas para resolver ou minimizar a poluição.

A contribuição económica do PNUD para este projecto é de 250 mil dólares e destina-se, fundamentalmente, à aquisição de equipamento, contratação de consultores estrangeiros e formação de técnicos portugueses.

A execução do projecto está programada para três anos e a UNESCO será o organismo responsável pelo PNUD.

Na cerimónia de assinatura do protocolo, o PNUD foi representado pelo director-delegado para a Europa, Jean Petitpierre, o qual deverá ainda debater com as autoridades portuguesas o apoio a conceder a outros projectos nacionais, no âmbito do programa de cooperação existente entre Portugal e aquele órgão das Nações Unidas, programa a que já fizemos referência em número anterior.

É de salientar que o estuário do Tejo é apontado como um dos casos mais graves, em Portugal, de destruição dos recursos naturais. As águas deste rio recebem os esgotos não tratados de uma população de cerca de dois milhões de habitantes, residentes nas áreas de Lisboa e Barreiro-Montijo, e ainda os afluentes poluídos da cintura industrial da cidade. Num estudo já elaborado em 1976 previa-se que as infraestruturas turísticas desta zona — incluindo as praias da Costa do Estoril — seriam fortemente afectadas pelo aumento da poluição das águas do estuário do Tejo.

O programa de trabalho agora adoptado, e para o qual o PNUD irá contribuir, tem como objectivos concretos o estudo da qualidade das águas, a caracterização dos esgotos urbanos e afluentes poluídos pela indústria, e a elaboração de recomendações sobre medidas a tomar para proteger o Tejo. ■

# INTERVENÇÃO DE PORTUGAL NA CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO

A delegação portuguesa à 20.ª Conferência Geral da UNESCO, que se realizou em Paris, foi chefiada pelo secretário de Estado da Cultura, Teresa Santa Clara Gomes, que, durante o debate sobre o programa daquele organismo internacional para o próximo biénio, apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Contribuição da UNESCO para a nova ordem internacional».

Tendo criticado a forma predominantemente economicista e tecnicista como certos sectores das Nações Unidas encaram as relações entre os povos do Hemisfério Norte e do Hemisfério Sul, Teresa Santa Clara Gomes desafiou a UNESCO no sentido de esta se empenhar numa humanização global dessas relações, no respeito pela identidade cultural de cada povo e tendo em conta as finalidades para que se orienta o processo de desenvolvimento.

Alguns dos domínios concretos apontados como contributo da UNESCO — organismo das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura — a favor de uma nova ordem internacional foram a alfabetização, considerada como instrumento para uma análise crítica do mundo, o papel da ciência e da tecnologia como resposta às necessidades específicas do desenvolvimento de cada povo, a dimensão cultural do próprio crescimento económico e os meios de comunicação como veículo indispensável a uma troca de informação sobre os acontecimentos vividos e interpretados pelas diferentes culturas e sociedades.

A intervenção portuguesa teve acolhimento entusiástico por parte das 141 delegações presentes à Conferência, tendo sido vivamente felicitada a chefe da delegação do nosso País.

## Conferência dos Ministros Europeus da Cultura

Decorreu em Atenas a 2.ª Conferência dos Ministros Europeus Responsáveis pela Cultura, na qual participou uma delegação portuguesa, presidida pelo secretário de Estado da Cultura, Teresa Santa Clara Gomes.

Na sua intervenção, aquele membro do Governo português referiu-se ao insucesso da maior parte das políticas económicas, à escala mundial e no interior dos diversos países, no que respeita a uma distribuição equitativa das riquezas produzidas, nomeadamente os bens culturais.

«Se aceitarmos que os objectivos culturais orientam a escolha de ciências e de tecnologia mais adaptadas a cada sociedade — declarou Teresa Santa Clara Gomes — os recursos potenciais dos diferentes povos seriam necessariamente melhor utilizados, tanto do ponto de vista cultural, como do ponto de vista estritamente económico». «O que quer dizer — prosseguiu — que os objectivos culturais teriam um papel primordial na escolha dos modelos de produção que conduziriam o conjunto da vida nacional».

«É através da identidade cultural de cada povo que poderemos encetar a livre circulação de ideias e das informações, incitando à confrontação das diferentes realidades culturais nacionais entre elas e do conjunto destas realidades com os novos elementos da ciência e da tecnologia», afirmou ainda Teresa Santa Clara Gomes.

## «O contexto cultural europeu e o lugar de Portugal»

Por seu lado, um outro membro da delegação portuguesa a esta Conferência, António Alçada Baptista — escritor e presidente da comissão organizadora do Instituto do Livro —, discursou sobre «O Contexto Cultural Europeu e o Lugar de Portugal».

Relembrando o predomínio das influências francesas na cultura do nosso País, aquele escritor considerou que existem na cultura nacional «fenómenos que podem constituir, no contexto europeu, um elemento novo, extraordinariamente dinamizador». Mais adiante, depois de manifestar a sua convicção de que os problemas hoje postos pelas sociedades desenvolvidas dizem respeito à crise dos valores que, nos últimos anos, dominaram a civilização europeia, António Alçada Baptista afirmou: «No fundo, sente-se que eles deixaram de ser

valores absolutos, deixaram de ser componentes de um modelo universal a impor a todos os «bárbaros» que quisessem ter acesso à cultura e à civilização. Por ironia,



Teresa Santa Clara Gomes, secretário de Estado da Cultura do III Governo Constitucional

é exactamente com os valores vividos nas sociedades tropicais que a confrontação se está a verificar».

«Por razões históricas e geográficas evidentes, Portugal contém existencialmente o encontro destas duas linhas de valor. É o nosso clima e a nossa posição geográfica, por um lado, mas foram cinco séculos de história quotidiana em que ambas as civilizações, com os seus valores altamente contraditórios, se entranharam no nosso tecido social e nos impediram, culturalmente, de fazer uma escolha nítida», disse ainda Alçada Baptista, que acrescentou, a terminar: «Se a resolução das tensões culturais existentes nas sociedades desenvolvidas passar por um diálogo e por um aprofundamento destas duas linhas de valores, o contributo cultural do nosso País, no contexto europeu, pode ter um papel indispensável e dinamizador».



## CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO

Realizou-se em Lisboa a 11.ª Conferência Regional da F.A.O. para a Europa, na qual participaram delegados de 26 países membros da organização. A Conferência — que foi presidida pelo ministro português da Agricultura e Pescas — contou com a cooperação da Comissão Económica das Nações Unidas, a convite do Governo do nosso País, e teve como temas principais os problemas mais prementes nos sectores agrícola, florestal e piscatório do Velho Continente, sendo de salientar, entre os resultados dos trabalhos o apelo para que os países mais desenvolvidos aumentem a difusão dos conhecimentos, as transferências de tecnologia e a cooperação científica com outras regiões, e utilizem adequada e racionalmente as suas zonas florestais e de pesca.

Durante os trabalhos, os participantes decidiram apoiar o programa que a F.A.O. — organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura — está a elaborar para auxiliar os países em vias de desenvolvimento que alargaram recentemente as suas zonas de pesca para o limite das 200 milhas marítimas, tendo em vista uma melhor utilização dos respectivos recursos biológicos. Ainda neste âmbito, foram debatidas as incidências do novo regime oceânico no abastecimento regular de pescado e na gestão dos recursos piscatórios dos países europeus.

### A importância da produção florestal

No que respeita às tendências e perspectivas de produção e consumo de madeira, foi salientada a situação deficitária da Europa no sector florestal, tendo sido solicitado à F.A.O. que elabore um conjunto de directrizes políticas para ajudar os países europeus a formularem as respectivas políticas nacionais para aquele sector em função das suas necessidades.

A preparação da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, a realizar no próximo ano, em Roma, levou ao debate de algumas das questões mais prementes neste domínio, através, sobretudo, da análise que alguns delegados apresentaram sobre a situação nos seus países. Os principais objectivos daquela Conferência serão contribuir para erradicar a pobreza das zonas rurais, aumentar a produção e promover a participação das populações no desenvolvimento, tendo, no entanto, sido reconhecido que, nessas zonas, as reformas económicas, sociais, culturais e técnicas devem ter origem nas decisões soberanas de cada país.

A Conferência recomendou, no seu relatório final, a realização de reuniões periódicas do grupo de trabalho criado pela FAO para estudar os recursos hidráulicos, e o prosseguimento, por parte daquela organi-

zação mundial, da análise sobre a actividade da mulher nas zonas rurais e a sua contribuição para o desenvolvimento rural.

Por último, foi sugerido que na próxima Conferência Regional para a Europa — que decorrerá em Atenas, em 1980 — se discutam as políticas de emprego, as políticas de investigação agrícola, a comercialização dos produtos agrícolas e a utilização de energia na agricultura.

Na sessão de encerramento falou o eng.º Vaz Portugal, ministro da Agricultura e Pescas, que presidira às diversas sessões da reunião, o qual fez uma síntese das principais conclusões desta Conferência e agradeceu à FAO e a todos os delegados presentes a sua colaboração nos trabalhos.

### Director-geral da FAO em Lisboa

Deslocou-se a Lisboa o director-geral da FAO, Edouard Saouma, que participou na



Edouard Saouma, director-geral da FAO, e Vaz Portugal, ministro da Agricultura e Pescas, durante os trabalhos da Conferência, em Lisboa

sessão de abertura da 11.ª Conferência Regional da organização. Durante a sua estada no nosso País, Edouard Saouma foi recebido pelo Presidente Ramalho Eanes e teve encontros com o Primeiro-ministro, o ministro da Agricultura e Pescas, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e o presidente da Comissão Nacional da FAO.

Nos seus contactos com as autoridades portuguesas, Edouard Saouma debateu, entre outros assuntos, a possibilidade de alargar a outras actividades o programa de cooperação e apoio que a FAO delineou para Portugal.

### Simpósio da FAO sobre problemas alimentares

Decorreu na capital portuguesa o Simpósio Internacional sobre Economia Familiar, organizado pelo Governo do nosso País, no âmbito da Comissão Europeia de Agricultura da FAO.

Neste encontro — realizado nas instalações da Fundação Gulbenkian — participaram representantes da França, Itália, Suíça, Marrocos, Polónia, Espanha, Israel,

Chipre, Grécia, Jugoslávia, Finlândia, Irlanda, Alemanha Federal e Áustria. A delegação portuguesa foi constituída por técnicos da Direcção-Geral de Extensão Rural, do Programa Cooperativo de Educação Nutricional (PROCEN), da Comissão Nacional da FAO e ainda dos Ministérios da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais, tendo o titular da pasta da Agricultura e Pescas discursando no início dos trabalhos.

A realização deste Simpósio em Portugal, liga-se à atribuição, a partir de 1974, de uma maior importância aos problemas relacionados com a situação alimentar — desde a produção ao consumo — e a educação nutricional no nosso País, tendo como objectivo melhorar o estado de saúde e a qualidade de vida da população portuguesa. Em Novembro do mesmo ano, a Conferência Mundial de Alimentação, organizada sob a égide das Nações Unidas, aprovou uma série de resoluções com vista a assegurar a eliminação da fome e da má nutrição em todo o Mundo, no período de um decénio. Entre essas resoluções figurava uma recomendação aos Governos de todos os países representados na ONU, para executarem políticas e programas de educação e investigação nutricional.

#### Criação do programa de educação nutricional

Portugal, através da Comissão Nacional da FAO, respondeu a essa solicitação promovendo a criação, em Janeiro de 1975, de um Programa Cooperativo de Educação Nutricional (PROCEN), em cuja execução participam técnicos de vários ministérios e departamentos oficiais. Posteriormente, foi criado um grupo de trabalho com o objectivo de lançar uma Campanha de Educação Alimentar (CEA) dirigida a toda a população portuguesa, no intuito de divulgar a prática de uma alimentação o mais correcta possível com os recursos disponíveis.

Este Simpósio realizado em Lisboa teve como principais finalidades o esclarecimento do papel das «extensionistas» (divulgadoras) em economia familiar na planificação e realização dos programas de desenvolvimento e de melhoria da nutrição das populações, assim como da sua acção no domínio da promoção da produção alimentar e da prevenção das perdas de alimentos entre os locais de produção e os de consumo e, por último, o estudo do processo de transferência de conhecimentos e de técnicas dos países mais evoluídos para os menos desenvolvidos.

«O ensino da nutrição», disse, a propósito, Lígia de Azevedo — principal responsável pela organização deste Simpósio e representante do PRICEN —, numa das comunicações que apresentou, «pode contribuir para uma redução das importações de alimentos, mas essa redução só será considerável se aumentar a produção interna, especialmente no que se refere a cereais, carne, leite e ovos» ■

# PORTUGAL E O CONSELHO DA EUROPA

**A reunião da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que recentemente decorreu em Estrasburgo, teve a participação de uma delegação portuguesa composta por cinco deputados à Assembleia da República, e dedicou os seus trabalhos à actualização da «Carta Social Europeia».**

**A representação portuguesa era constituída pelos deputados Dieter Dellinger (PS), Cunha Leal e Sêrvulo Correia (PSD), Lucas Pires (CDS) e Carlos Carvalhas (PCP).**

O debate sobre problemas da emigração motivou intervenções de alguns destes deputados. Cunha Leal, depois de referir os laços sócio-culturais que devem ligar os jovens emigrantes ao país de origem, defendeu uma ampla informação, para os emigrantes, dos seus direitos, prerrogativas e deveres, assim como os de sua família.

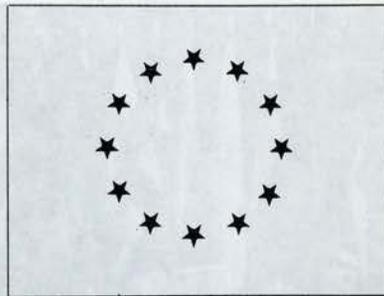
Lucas Pires apresentou algumas sugestões para a inserção social dos emigrantes nos países de acolhimento. Para o deputado centrista, essa inserção passa pela definição, por parte de todos os países, de uma política de emigração que «garanta confiança e persistência», e consideração de toda a emigração como «emigração interna europeia».

Carlos Carvalhas afirmou por seu turno que os emigrantes são considerados pelos países da Europa como «cidadãos de segunda classe», entendendo que tal actuação é ilegal e injusta. Aquele deputado sublinhou ainda que os emigrantes são as primeiras vítimas do desemprego e da inflação, e pediu que o reagrupamento familiar e o direito à estadia, bem como o acesso à habitação social e outras regalias fossem acelerados e facilitados.

#### A Carta Social Europeia

Em nome de Portugal e do seu partido, Sêrvulo Correia defendeu a ratificação da «Carta Social Europeia», importante documento sobre direitos económicos e sociais.

Na perspectiva daquele deputado social-democrata «o sistema jurídico português corresponde, hoje, aos requisitos mínimos de ratificação» daquele documento. «Para um país como Portugal — sublinhou Sêrvulo Correia — a ratificação teria vantagens e, sobretudo, tornaria mais difícil o retrocesso da legislação interna das matérias regulamentadas na Carta, ocorrência possível devido às dificuldades de ordem eco-



nómica aliadas à instabilidade da nossa vida política».

Assinada em 1965, a Carta Social Europeia vai ser agora actualizada e submetida de novo à ratificação por todos os países membros do Conselho da Europa. Entre os novos direitos que irão ser incluídos na carta, destacam-se o direito dos trabalhadores de participarem nas decisões respeitantes às empresas onde trabalham, e o direito de participarem na regulamentação das condições de trabalho.

#### Advogada a protecção dos filhos dos emigrantes

Segundo o noticiou o semanário «Tempo», o Parlamento Europeu aprovou ainda, por unanimidade, um projecto de recomendação apresentado pela Comissão da População e dos Refugiados, onde o seu relator — o deputado socialista belga Claude Dejardin — analisa o fenómeno relativamente recente da segunda geração de emigrantes, isto é, dos filhos dos emigrantes nascidos ou entrados muito jovens no país de acolhimento. Neste relatório, Claude Dejardin tece ainda importantes considerações sobre o estatuto jurídico dos emigrantes, as possibilidades da sua completa integração, a escolaridade obrigatória e, finalmente, os problemas relativos ao cumprimento das obrigações militares.

#### Portugal adere a convenções europeias sobre testamentos e cartas de condução

O embaixador de Portugal junto do Conselho da Europa, José Cutileiro, assinou na sede daquele organismo, em Estrasburgo, a Convenção Europeia sobre o Sistema de Inscrição e Testamentos. Esta Convenção permite que qualquer interessado em fazer um testamento possa inscrevê-lo não só no seu país de origem mas também em todos os outros Estados signatários. A Convenção vigora já em cinco países da Europa: Bélgica, Chipre, França, Turquia e Holanda.

O embaixador português assinou também a Convenção sobre os efeitos Internacionais de Perda de Carta de Condução. Estipula esta Convenção que o Estado que apreende a carta de condução a um automobilista deve avisar não só o país emissor da carta como o de residência do condutor. Os países avisados poderão tomar as medidas legais que aplicariam se a infracção nele tivesse ocorrido ■



Embaixador Charles Delgado Freire

marcando deste modo o início dos contactos que se prolongaram ao longo da História, se bem que, em dada fase, tenha ocorrido um período de obscuridade, uma espécie de eclipse, durante a luta de libertação dos países africanos de expressão portuguesa».

«Nunca desesperámos, porém — prosseguiu — e acreditámos sempre no génio do povo português para superar essa conjuntura. Foi exactamente nesse contexto que o presidente Leopold Senghor deu a sua contribuição discreta, muito discreta, para fazer evoluir a África portuguesa no sentido das suas legítimas aspirações de nações independentes. Durante esse período — os meios políticos portugueses sabem-no e os observadores estrangeiros também — o presidente Senghor desempenhou um papel muito positivo». A actuação do chefe de Estado senegalês contribuiria, aliás, para que tivesse lugar em Dacar o histórico encontro entre o então ministro português dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e o secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, o qual marcaria a abertura do caminho para a descolonização.

O entrevistado lembrou em seguida que, com a abertura da Embaixada do Senegal em Lisboa, em Setembro de 1976, se inaugurou uma cooperação positiva no domínio político, começando-se a explorar todas as possibilidades que se abriam para intensificar tal cooperação. «Isto quer dizer — acrescentou aquele diplomata — que tentámos utilizar todos os meios que estavam ao nosso alcance para que a cooperação fosse o mais operacional possível».

Abordando, depois, aspectos específicos da cooperação económica, Charles Delgado Freire acentuaria que, apesar de «já terem sido trocadas quatro missões de operadores, o nível de cooperação é muito baixo, pelo que está a tentar-se incrementar a situação». Nesse sentido se insere a deslocação de uma missão comercial portuguesa à Feira Internacional de Dacar, que se realizou recentemente, e uma possível visita ao Senegal de uma delegação de elementos ligados ao sector imobiliário português, para análise das possibilidades de actuação na zona.

Referindo-se especificamente ao domínio comercial, o embaixador Delgado Freire

afirmou que «as indústrias portuguesas têm vantagens que necessitam de aproveitar, na medida em que, por um lado, são extremamente competitivas e, por outro, têm uma tecnologia adaptada ao nosso país e continente, devido à experiência adquirida no passado, na medida em que, não obstante o que se passou, Portugal pode reencontrar o seu lugar em África».

#### Presidente da Fundação Gulbenkian visitou o Senegal e a Guiné-Bissau

«Fui para estudar e estabelecer um determinado programa, e considero que foram atingidos os objectivos que visionara», afirmou o presidente do conselho de administração da Fundação Calouste Gulbenkian, Azeredo Perdigão, no regresso de uma viagem ao Senegal e à Guiné-Bissau, a convite, respectivamente, dos presidentes Leopold Senghor e Luís Cabral.

Nas declarações que prestou aos jornalistas, ao regressar a Lisboa, Azeredo Perdigão recordou que esta sua viagem a África se relaciona com outras que tem feito com certa frequência, no sentido de procurar estreitar as relações culturais entre a Fundação a que preside e os países de quase todos os continentes.

Nesta sua deslocação, em que teve oportunidade de proceder a uma ampla troca de impressões ao mais alto nível, tanto no Senegal como na Guiné-Bissau, Azeredo Perdigão deu conta do interesse manifestado pelo nosso País, quer por parte do presidente Leopold Senghor, que considerou um homem «de espírito humanista e de grande nível cultural», quer por parte do presidente da Guiné-Bissau, país com o qual Portugal — segundo sublinhou — «deve conservar e desenvolver as melhores relações de amizade».

A Fundação Gulbenkian, acrescentou, contribuirá para tal objectivo na medida das suas possibilidades.

O dr. Azeredo Perdigão, que viajou acompanhado de sua mulher, disse ainda que o povo da Guiné-Bissau «deseja e necessita da nossa colaboração», afirmando, a concluir: «Pelo nosso lado não a regatearemos, pois criar um país novo como o que estão a fazer, não é fácil». ■

## RELAÇÕES LUSO-SENEGALESAS

As relações entre o Senegal e Portugal constituíram o principal tema de uma entrevista que o embaixador daquele país africano em Lisboa, Charles Delgado Freire, concedeu à agência Anop, durante a deslocação que recentemente efectuou a Macau, onde participou em reuniões relacionadas com a próxima abertura da universidade de férias daquele território sob administração portuguesa.

Ao evocar as origens das relações luso-senegalesas o diplomata sublinhou que elas «remontam a longa data, pois foram os navegadores portugueses os primeiros a aportar à costa senegalesa no século XV,

Amor é também segurança!  
Ao conduzir leve  
sempre o seu filho  
no banco de trás!



circular e viver.



# COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PORTUGAL E A GUINÉ- BISSAU

*Um acordo de cooperação técnica no domínio militar deverá ser assinado durante a visita oficial que o Presidente Ramalho Eanes efectuará à Guiné-Bissau nos princípios de 1979, noticiou a Anop.*

*O novo acordo entre os dois países, cujo projecto se encontra já concluído, representa, segundo os observadores, uma evolução considerável no campo das relações bilaterais. O projecto de acordo prevê o fornecimento de material e a prestação de serviços, incluindo a formação de pessoal militar, e admite, também, a criação de missões militares junto das respectivas embaixadas com o objectivo de coordenar os programas de cooperação neste domínio.*

Ainda no âmbito da cooperação luso-guineense, foi anunciado em Lisboa que o grupo português dos supermercados «Pão de Açúcar» vai passar a prestar assistência técnica às duas principais empresas do sector comercial da Guiné-Bissau — os «Armazéns do Povo» e a «Socomin».

A assistência solicitada ao grupo «Pão de Açúcar» será inicialmente dirigida à formação e treino do pessoal daquelas duas empresas guineenses, embora também seja encarada a hipótese de ela vir a ser alargada a outros campos em que mutuamente se julgue que a experiência do grupo português possa revelar-se útil.

Segundo o eng.º Abreu Faro, administrador do «Pão de Açúcar», que esteve recentemente em Bissau para analisar as possibilidades de se dar início ao referido programa de assistência, foi também estudada a hipótese de o seu grupo conceder apoio comercial à Guiné-Bissau através da colocação no mercado português de determinados produtos guineenses, nomeadamente frutas tropicais.

## Técnicos da Setenave em Bissau

Uma equipa de técnicos da Setenave deslocou-se à Guiné-Bissau para recolher dados que permitam a apresentação de um projecto definitivo tendente à reactivação dos estaleiros navais da capital guineense.

A deslocação destes técnicos portugueses à Guiné-Bissau relaciona-se com a concretização de um protocolo, assinado em Agosto passado, entre os estaleiros da Setenave e o Comissariado de Estado da Energia, Indústria e Recursos Naturais daquele país africano.

Prevê-se que, além da reestruturação e reequipamento dos estaleiros, venha a fazer parte do trabalho dos técnicos da Setenave a formação de pessoal especializado, o apoio ao lançamento da actividade de reparação naval — que, provavelmente, se iniciará no decorrer do segundo semestre de 1979 — e a cooperação futura na gestão dos estaleiros, o que poderá ser objecto, durante o próximo ano, da constituição de uma sociedade mista luso-guineense.

A reactivação dos estaleiros de Bissau representará um forte contributo para a melhoria da situação económica da Guiné-Bissau, devido, sobretudo, à possibilidade de obtenção de receitas em divisas estrangeiras, já que a assistência a prestar poderá incluir, além das frotas fluviais e pesqueira do país, os navios de pesca e outros, até 250 toneladas, que pertencem a diversos Estados e desenvolvem actividades nas águas territoriais guineenses. Os estaleiros navais de Bissau tinham deixado, praticamente, de funcionar logo após o fim da guerra colonial. Durante este período, os mesmos eram utilizados quase exclusivamente para apoio à Armada portuguesa e os seus técnicos pertenciam a este ramo das nossas Forças Armadas.

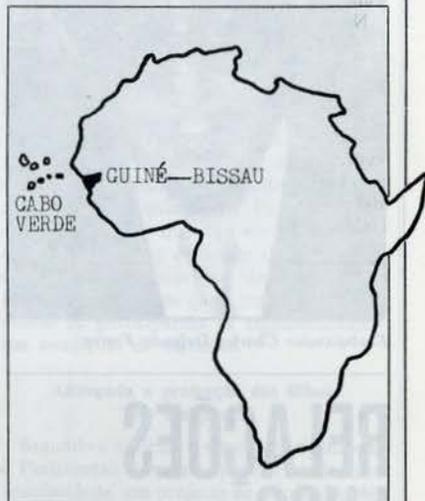
## Seleção de professores para a Escola de Direito da Guiné-Bissau

Os conselhos Científicos das Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra serão os responsáveis pela escolha de professores portugueses que, como cooperantes, irão leccionar na Escola Média de Direito que a República da Guiné-Bissau projecta criar.

Esta foi uma das conclusões dos encontros havidos, em Bissau, entre uma delegação portuguesa que ali se deslocou e uma delegação guineense. Tais encontros tiveram por objectivo o debate de questões relacionadas com a criação da referida escola e as possibilidades de cooperação bilateral no domínio da Justiça e, em particular, do ensino do Direito.

A criação da referida escola permitirá responder à necessidade de formação de quadros a nível intermédio na República da Guiné-Bissau, nomeadamente nos sectores da magistratura, advocacia, notariado, administração pública e gestão de empresas.

No decurso das reuniões citadas foi manifestada a opinião de que, neste projecto, o ensino das disciplinas essenciais a uma formação jurídica deverá reflectir a realidade africana, em geral, e da Guiné-Bissau, em particular, devendo ser realçado o estudo do Direito e das instituições africanas, bem como o Direito positivo e consuetudinário guineense.



Embora ainda não tenha sido tomada uma decisão definitiva quanto à estruturação do curso, é intenção do Governo da Guiné-Bissau não só garantir o acesso ao estudo das ciências jurídicas a estudantes que concluíam o ensino secundário, mas também proporcionar aos funcionários do Estado uma oportunidade de aumentarem os seus conhecimentos e valorizarem a sua experiência profissional.

A delegação portuguesa que se deslocou a Bissau era chefiada pelo director-adjunto do Gabinete Coordenador para a Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e integrava um representante do Ministério da Educação e Cultura e membros dos Conselhos Directivos das Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra.

Recorda-se que, no domínio da Justiça, a Guiné-Bissau, para além da cooperação com Portugal, tem contactado outros países africanos de expressão portuguesa com o objectivo de procurar soluções para alguns problemas que são comuns a todos eles. Nesse sentido, decorreu recentemente em Luanda uma reunião dos ministros da Justiça dos Governos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

## Aristides Pereira em Lisboa:

**«Os amigos devem ver-se todas as vezes que for possível»**

«Nós consideramos esta escala absolutamente normal dentro das relações entre

os nossos dois países e entre nós, pessoalmente, visto que os amigos devem ver-se todas as vezes que for possível», afirmou o presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, momentos antes de seguir para o seu país, após uma escala de cerca de quatro horas em Lisboa, durante a qual teve conversações com o Presidente Ramalho Eanes para análise das relações luso-cabo-verdianas.

Na capital portuguesa, Aristides Pereira — que regressava de uma visita oficial à Jugoslávia — foi recebido pelo general Eanes, pelo presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro e outras entidades oficiais, além do Primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, igualmente em escala por Lisboa, vindo de Nova Iorque, onde discursou na Assembleia Geral das Nações Unidas.

— disse ainda o presidente da República de Cabo Verde — para saudar o povo português por quem sempre temos os sentimentos proclamados durante a luta e que agora temos possibilidades de concretizar através de actos concretos e que também se definem pela maneira como se desenvolvem as relações entre os nossos dois países e governos. Portanto, nesta saudação ao povo português queria justamente interpretar os sentimentos do povo cabo-verdiano e garantir que da nossa parte tudo faremos para que essas relações frutuozas, que entre nós se mantêm, se possam desenvolver e reforçar cada vez mais».

A finalizar, Aristides Pereira agradeceu ao Presidente Eanes e à sua esposa, bem como a todas as entidades oficiais com quem contactou, «o acolhimento fraternal e simpático que lhe dispensaram».

tugal o director dos Correios e telecomunicações de Cabo Verde, Jorge Monteiro dos Santos, que no nosso País visitou diversas instalações dos CTT e dos TLP e efectuou contactos com responsáveis de vários departamentos daquelas empresas públicas, tendo como objectivo obter informações específicas sobre a estrutura e organização empresarial das mesmas, em particular quanto a aspectos ligados à contabilidade, equipamento, estatística e formação de pessoal.

#### Açúcar refinado para Cabo Verde

Portugal acaba de recuperar o mercado cabo-verdiano do açúcar refinado. As refinarias de Açúcar Reunidas (RAR), com instalações na cidade do Porto, acabam de assinar com a Empresa Pública de Abastecimentos de Cabo Verde (EMPA) um contrato de fornecimento de oito mil toneladas/ano daquele produto — no valor de cem mil contos —, quantidade que irá satisfazer toda a procura do mercado interno de Cabo Verde.

No concurso para o fornecimento de açúcar para o próximo ano, duas propostas das RAR mereceram particular aceitação: o estabelecimento de um fluxo de comercialização independente da constante oscilação dos preços internacionais do produto e a proposta de montagem, na cidade da Praia, de uma unidade de empacotamento, com assistência técnica das RAR e com técnicos preparados profissionalmente em Portugal.

Após a recuperação deste mercado, perdido havia um ano e meio a favor de países da Comunidade Económica Europeia, as RAR desenvolvem actualmente uma série de contactos comerciais com vista à recuperação de outros mercados também perdidos nos novos países africanos de língua portuguesa. ■



Os presidentes Ramalho Eanes e Aristides Pereira, acompanhados pelas respectivas esposas e o embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Corsino Fortes

Depois de os dois chefes de Estado terem conferenciado a sós, no forte de S. Julião da Barra — onde o presidente cabo-verdiano foi obsequiado com um almoço oferecido por Ramalho Eanes —, houve igualmente uma reunião entre o Primeiro-ministro de Cabo Verde e o seu homólogo português.

No aeroporto da Portela, momentos antes de regressar ao seu país, Aristides Pereira proferiu uma declaração em que salientou que esta breve escala em Lisboa se justificava quer por Portugal ser «um país amigo e um país que consideramos aliado nesta fase da nossa luta pela reconstrução nacional», quer «porque o Presidente Ramalho Eanes é um amigo nosso».

«Quería aproveitar esta oportunidade

#### Cooperação no sector das telecomunicações

Cabo Verde e Portugal estão já ligados directamente por «telex», através de cinco linhas que técnicos da companhia portuguesa «Rádio Marconi» instalaram na cidade da Praia, ao abrigo do programa de cooperação entre os dois países.

A República de Cabo Verde dispõe de um comutador «telex» com capacidade para 50 assinantes, que permite às diversas entidades governamentais e instituições nacionais, bem como ao público em geral, estabelecerem comunicações directas com todo o mundo.

Ainda no âmbito do programa de cooperação luso-cabo-verdiano, deslocou-se a Por-



Aristides Pereira e Ramalho Eanes em Lisboa: um abraço que simboliza as excelentes relações entre Cabo Verde e Portugal

## VEJA COMO É FÁCIL RECEBER MENSALMENTE A REVISTA



### EDIÇÃO-EUROPA \*

**ENVIE O SEU PEDIDO PARA: REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»**  
Serviço de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal  
6, Passage Dombasle-75015-Paris-FRANÇA

EM LETRA BEM LEGÍVEL, INDIQUE:

NOME  
IDADE  
PROFISSÃO  
MORADA  
LOCALIDADE  
PAÍS

**JUNTE A IMPORTÂNCIA DA ASSINATURA EM CHEQUE OU VALE DO CORREIO, PASSADOS EM NOME DE EMBAIXADA DE PORTUGAL-REVISTA «25 DE ABRIL»**

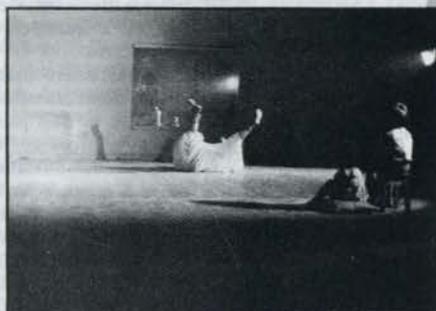
### PREÇO DAS ASSINATURAS

(12 NUMEROS / VIA AEREA )

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.B.
Holanda	20 Fis.
Inglaterra	5 £
Suiça	20 F.S.
Outros países [excluindo Portugal e Espanha] o correspondente em moeda local a	400\$00

\* A EDIÇÃO-EUROPA DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS» É IMPRESSA EM PARIS (FRANÇA) E EDITADA PELA EMBAIXADA DE PORTUGAL

# «TÊTÊ» ACTUOU NO FESTIVAL DE CIRCO DE BERLIM



Quatro imagens de uma actuação de "Têê"

«Têê», a única mulher-palhaço portuguesa, foi convidada a participar no 28.º Festival Internacional de Teatro, realizado em Berlim e que este ano teve como tema o circo. Centenas de pessoas que enchem o Circo Gruss, o maior da Alemanha Federal, aplaudiram a exibição da «clown» portuguesa que apresentou, com êxito, um número intitulado «Donas de Casa».

Comentando o número que apresentou no Festival — uma pantomima com cerca de 12 minutos —, «Têê», que no circo trabalha como palhaço «Faz-Tudo», afirmou que dedicara o mesmo «a todas as mulheres portuguesas, principalmente às mulheres que trabalham no circo».

Ainda na Alemanha Federal, «Têê» realizou uma série de espectáculos para trabalhadores portugueses ali residentes, actuando em Berlim, Francoforte e localidades circunvizinhas.

Depois de referir que as suas actuações — «um trabalho muito modesto», conforme

fez questão de salientar — foram bastante apreciadas pelos nossos compatriotas radicados na RFA, «Têê» manifestou a esperança de que esta sua iniciativa seja o primeiro passo para futuros trabalhos ligados à emigração. «Espero que a Secretaria de Estado da Cultura comece a dedicar maior actividade a esse sector, uma vez que está agora a criar um departamento de apoio aos artistas de circo e a promover a arte do circo. Eu própria estou ligada a isso, pois fiz um projecto que foi aceite e estou interessada em desenvolvê-lo cada vez mais».

«Têê» começou a trabalhar no circo há sete anos, em França, tendo actuado em diversos circos portugueses e em espectáculos para crianças. Recentemente, foi nomeada, por despacho do secretário de Estado da Cultura, para a Comissão Instaladora do futuro Centro Nacional de Circo.



## ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE AGÊNCIAS NOTICIOSAS DE PORTUGAL E DA CHINA

A Agência Noticiosa Portuguesa (Anop) e a Agência Noticiosa Nova China (Hsinhua) estabeleceram um acordo de cooperação e intercâmbio noticioso. Assinado pelo presidente do conselho de gerência da Anop, João Tito de Moraes, por um dos vogais, Corregedor da Fonseca, e pelo director da delegação da Hsinhua em Lisboa, Shen Ting Yi, o acordo prevê o intercâmbio de notícias e de fotografias entre as duas agências e a assistência aos correspondentes ou enviados da Anop à China, ou da Hsinhua a Portugal.

No acto de assinatura deste acordo, foi salientada a importância da cooperação entre as duas agências noticiosas e a sua incidência positiva no processo de estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China.

A questão das relações diplomáticas entre os dois países constituiu, aliás, o tema dominante das declarações prestadas à Anop pelo vice-ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Yu Zhan, o qual, depois de referir o incremento verificado na cooperação entre Portugal e a República Popular da China, acentuou que desde que ambos os países «continuam a fazer esforços, as relações diplomáticas entre eles não demorarão muito tempo». «Não existem obstáculos insuperáveis — prosseguiu Yu Zhan — na medida em que as duas partes têm a mesma vontade na sua concretização», até porque, segundo recordou, «a amizade e os contactos entre a China e Portugal datam da história remota, tendo-se, no entanto, intensificado e aumentado ao nível popular e de intercâmbios, depois da queda da ditadura de Salazar».

Recorda-se que Portugal e a China têm mantido contactos frequentes desde há dois anos, quando os respectivos embaixadores em Paris se encontraram pela primeira vez. A visita de uma delegação portuguesa à

China, a abertura em Lisboa, em Março passado, de uma delegação da Agência Nova China, e a digressão recentemente efectuada pela equipa de futebol do Sporting àquele país do Oriente, são consideradas como etapas muito importantes no processo de aproximação entre os dois Estados.

## POLÍTICA DE AMBIENTE

O Presidente do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Fernando Pessoa, que participou na V Assembleia da Federação Europeia de Parques, em Belgrado (Jugoslávia), declarou à Anop ter manifestado naquela reunião o interesse na próxima realização, em Portugal, de um seminário sobre questões técnicas de política de ambiente, com a colaboração de especialistas daquela organização.

Portugal é membro da Federação desde que esta foi criada, há cinco anos, e poderá vir a beneficiar da sua intervenção técnica, tanto através da divulgação de informação sobre a matéria, como de recomendações ao Governo no sector da política de ambiente.

A Federação Europeia de Parques deverá tornar-se membro efectivo do Conselho da Europa.

## SINDICATOS EUROPEUS APOIAM ADMISSÃO DE PORTUGAL NA CEE

A Confederação dos Sindicatos Europeus (CSE) anunciou, em Bruxelas, o seu «apoio incondicional» à adesão de Portugal, Espanha e Grécia à Comunidade Económica (CEE), segundo noticiou a Anop.

A confederação, que agrupa sindicatos dos nove países membros da CEE, recorda, no mesmo comunicado, que se opôs à entrada dos referidos países na Comunidade Europeia quando os mesmos se encontravam sob regimes ditatoriais.

Justificando a sua actual posição, a CSE afirma a sua convicção de que a adesão destes países europeus reforçará os respectivos processos de democratização.

## CONVERSACÕES LUSO-POLACAS



Paulo Ennes, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

As trocas comerciais e as relações de cooperação entre Portugal e a Polónia vão ser alargadas, segundo declarou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes, ao regressar de Varsóvia, onde manteve conversações com as autoridades polacas para debate de assuntos relacionados com a cooperação bilateral e questões de âmbito internacional.

No final das reuniões foi sublinhada, nomeadamente, a necessidade de os dois países prosseguirem esforços conjuntos com vista ao desanuviamento político e à cooperação na Europa e no resto do mundo. A segurança e o desarmamento na Europa constituíram, aliás, os principais temas destas conversações, já que, conforme afirmou Paulo Ennes à Anop, são problemas «que interessam à Polónia, país que tem estado sempre no centro dos conflitos europeus, ao contrário do que acontece com Portugal».

Em Varsóvia, aquele membro do Governo português teve encontros com o vice-ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Josef Czyrek — que chefiou a delegação polaca nestas conversações — e avistou-se com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros da Polónia, conferenciando ainda com o vice-ministro do Comércio Externo, com quem debateu as possibilidades de incremento das trocas comerciais e da cooperação industrial. Neste domínio, Paulo Ennes mostrou-se optimista quanto à possibilidade de a Polónia vir a adquirir um elevado contingente de concentrado de tomate

ao nosso País. O secretário de Estado referiria, por outro lado, «a grande simpatia e interesse que os governantes polacos mostram pelo que se passa em Portugal».

De passagem por Paris, no seu regresso a Lisboa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração teve uma série de reuniões de trabalho na Embaixada de Portugal sobre assuntos relacionados com os trabalhadores portugueses residentes em França.

## CONGRESSO SOBRE OS DIREITOS DO HOMEM



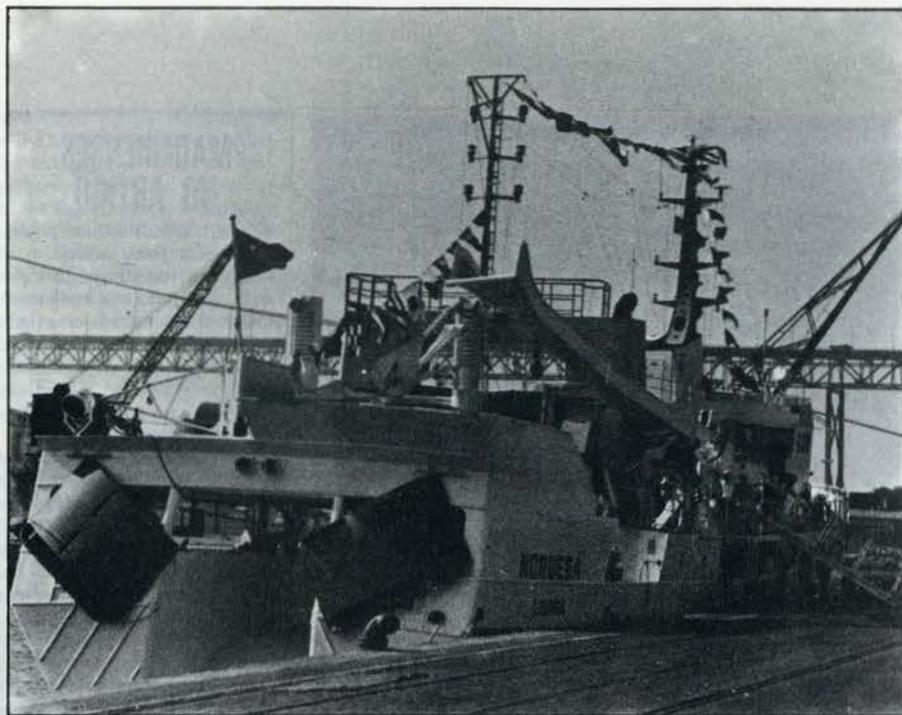
Vitorino Magalhães Godinho

O entendimento diverso dos Direitos do Homem, conforme os regimes políticos, sociedades e culturas, e, ainda, a interpretação dos mesmos como conquistas humanas, foram os temas básicos da exposição do prof. Vitorino Magalhães Godinho no «Congresso sobre os Direitos do Homem» que decorreu em Viena de Áustria.

Ao longo da sua intervenção, aquele professor universitário — que no referido Congresso representou o Ministério português dos Negócios Estrangeiros — afirmou a necessidade de ligar os Direitos do Homem à criação de novos valores e a uma nova concepção «do Homem e dos homens», que responda à actual «crise de civilização».

A existência de vários sistemas de direitos humanos, desde o político-social da República Francesa aos direitos sócio-culturais do nosso tempo, são «uma necessidade» e «uma perspectiva histórica», segundo afirmou.

Na sua comunicação, o representante do MNE referir-se-ia ainda à «urgência de se iniciar



O Governo norueguês ofereceu a Portugal, ao abrigo do acordo de cooperação entre os dois países, um moderno navio oceanográfico equipado com a mais avançada tecnologia, cujo valor está estimado em 400 mil contos.

A cerimónia oficial da entrega do navio, em Lisboa, assistiram o embaixador e o ministro das Pescas da Noruega, respectivamente Leid Edwardsen e Elvind Bosse, e o ministro da Agricultura e Pescas, Vaz Portugal. O ministro norueguês, depois de salientar que o facto representava o «ponto decisivo» na cooperação desenvolvida, a partir de 1974, entre a Noruega e Portugal, referiu que essa cooperação entre os dois povos tem contribuído para reforçar as relações de amizade, «mas também suscitado em nós a fé no futuro deste País, sobretudo na sua capacidade de cooperação e organização». Como exemplo citou a «maneira impressionante» como a tripulação portuguesa a bordo do navio tinha conseguido familiarizar-se com os sistemas tecnologicamente avançados de que este dispõe.

O ministro da Agricultura e Pescas, Vaz Portugal, disse, por seu turno, que com este navio — baptizado «Noruega» — «podemos agora explorar uma vasta área marítima necessária à extração de recursos indispensáveis à economia e à alimentação dos portugueses».

A ultramoderna unidade foi imediatamente colocada ao serviço do Instituto Nacional de Investigação das Pescas (organismo do MAP) que tem a seu cargo, entre outras actividades, o estudo das diferentes espécies piscícolas em termos da sua biologia e do ambiente onde vivem e da distribuição e dinamização das suas populações, visando sobretudo conhecer qual o máximo de capturas possíveis de maneira a não afectar o ritmo reprodutivo das espécies.

a divulgação dos Direitos do Homem» e à importância «didáctica e pedagógica» da mesma. Vitorino Magalhães Godinho historiou também a luta pelos Direitos do Homem, tendo afirmado, a dado passo, que tais Direitos constituiriam uma «limitação dos poderes do Estado e da força arbitrária», sendo hoje condições para a formação da personalidade humana.

## PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DE FÁBRICA MARROQUINA

Começaram já a regressar ao

País alguns dos cerca de seiscentos trabalhadores portugueses que, em Marrocos, próximo de Oujda, contribuíram para a construção de uma fábrica de cimento, a primeira daquela região.

A obra, que esteve a cargo de uma empresa de Lisboa, iniciou-se há dois anos, estando presentemente em fase de acabamentos.

Segundo afirmou um alto funcionário do Ministério da Indústria de Marrocos, o trabalho dos portugueses foi considerado impecável e exemplar e o seu labor, demonstrou, por outro lado, uma capacidade técnica de inegável valor. A demonstração desta capacidade — acrescentou — poderá vir a reflectir-se na adjudicação a empresas portu-

guesas de futuros trabalhos em Marrocos.

## NOVAS CARREIRAS AÉREAS ENTRE PORTUGAL E MADRID

Os Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e a companhia de aviação comercial espanhola Ibéria estabeleceram um acordo sobre o aumento do número de carreiras aéreas entre Portugal e Espanha, passando de 14 voos semanais para 20, a partir de Abril do próximo ano.

Durante a reunião, realizada em Lisboa, entre representantes das duas companhias, ficou também assente que a TAP poderá

operar, a partir do referido mês, entre Lisboa e Barcelona, com uma frequência trisemanal. Os dias em que, possivelmente, se efectuarão os voos, serão às quartas e sextas-feiras e aos domingos. Estão já em curso as diligências necessárias para a autorização destes voos, através da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil.

A TAP anunciou, entretanto, a abertura de um novo escritório na cidade espanhola de Vigo. Segundo uma nota informativa divulgada pela transportadora aérea nacional, este novo escritório depende funcionalmente da delegação da TAP em Madrid e visa servir melhor a população da Galiza, particularmente no que se refere às ligações com as comunidades de emigrantes oriundos daquela zona e residentes em diversos países, designadamente da América Latina.

## EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HORTÍCOLAS ALGARVIOS PARA A FINLÂNDIA

Segundo Pertti Pohjaniemi, representante consular da Finlândia em Portugal, deverá concretizar-se proximamente um acordo aéreo luso-finlandês que permitirá a exportação de produtos hortícolas algarvios para aquele país nórdico. Estas declarações foram proferidas em Portimão, durante um encontro de jornalistas com um grupo de comerciantes e importadores finlandeses que visitou o Algarve.

Os visitantes finlandeses, chefiados por Alpo Neuvonen e Unto Merinen, representavam a maior cadeia privada de vendas de produtos alimentares, de tipo conserveiro, a qual dispõe de dezasseis escritórios regionais, trinta e oito armazéns de venda por grosso e três mil postos de venda a retalho, entre os quais se contam os maiores supermercados do seu país.

De acordo com Leena Valtanen, gerente de vendas, a sua organização — que vende cerca de quarenta por cento dos produtos alimentares que os finlandeses consomem — é extraordinariamente exigente na qualidade do que comercializa e que só vende depois de rigorosa análise laboratorial.

## MADEIRENSES NO ARTÍCO

O «Jornal da Madeira» publicou uma curiosa notícia que passamos a transcrever parcialmente, tanto pelo seu ineditismo como pelo facto de testemunhar a capacidade de adaptação dos portugueses em terras de climas hostis:

«Hoje, é raro o país do globo onde não existam famílias de madeirenses. Mas a informação que acaba de nos prestar o leitor, senhor José G. Valente, afigura-se suficientemente curiosa, merecendo-nos referência nestas colunas, até como forma de mensagem a um dos muitos filhos desta Terra, que se tornaram verdadeiros «cidadãos do Mundo», levados pelo espírito de aventura, outros pela necessidade de construir um futuro mais risonho para os seus.

É o caso do madeirense Manuel Luís Andrade, natural da freguesia do Faial, concelho de Santana, que trabalha numa pousada, em Resolute Bay, na Ilha de Cornwallis, Canadá, paralelo 75, em pleno Oceano Glacial Ártico.

Será, efectivamente, este nosso contrerrâneo o madeirense que trabalha mais a norte da esfera terrestre? De qualquer modo, mesmo sem podermos assegurar o «título», não há dúvida que um madeirense em zona tão setentrional constitui curiosidade (...).

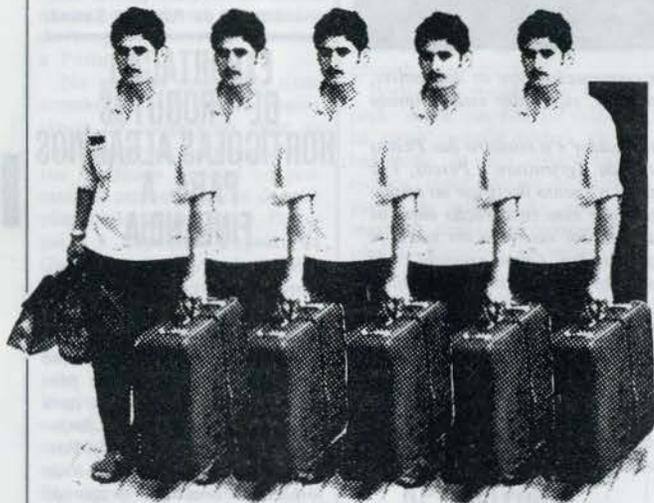
## «TAÇA DO EMIGRANTE»

Cumprindo o que fora programado, as duas equipas finalistas da «Taça do Emigrante» de futebol disputaram no estádio José Alvalade (Lisboa) a final do torneio que reuniu, nesta experiência desportiva inédita, cerca de cinquenta turmas desportivas de diversas associações culturais e recreativas de trabalhadores portugueses, residentes em França, Luxemburgo e Bélgica.

O encontro constituiu demonstração de vitalidade de ambas as equipas, o «Sporting Clube dos Portugueses de Roubaix» e a «União Portuguesa Desportiva e Social de Orleans».

A partida, apreciada por alguns milhares de espectadores,

## COMUNIDADES PORTUGUESAS



teve como equipa vencedora a «U. D. S. de Orleans» a quem foi entregue a «Taça do Emigrante», oferta do «Sporting Clube de Portugal», enquanto a equipa vencida recebeu um troféu oferecido pelos Transportes Aéreos Portugueses (TAP). Acrescente-se que esteve também em disputa uma «Taça Desportivismo», oferecida pelo jornal «O Salto», organizador dinâmico desta iniciativa de envigadadura.

Para atingirem a final, o Roubaix eliminara os Lusitanos de Saint-Maur (2-1), enquanto a equipa de Orleans derrotou o Saint-Ouen (4-2 na marcação de grandes penalidades, depois de 1-1 ao fim do tempo regulamentar).

Perante o êxito alcançado nesta iniciativa sem paralelo, e se forem conseguidos os apoios necessários, julga-se possível que a futura «Taça do Mundo do Emigrante Português» alcance os objectivos a que a Comissão Organizadora se propõe como meta de trabalho, havendo já cerca de 500 equipas interessadas neste grande torneio. Assim, as agremiações desportivas das comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo, eventualmente interessadas neste torneio, devem escrever para: Comissão Organizadora da «Taça do Mundo do Emigrante Português», Sporting Clube de Portugal, Estádio José Alvalade, Lisboa.

## ÁFRICA DO SUL

### «PORTO FÚTEBOL CLUBE DE TROYEVILLE»

O «Porto Futebol Clube» de Troyeville é uma das mais antigas colectividades fundadas pela comunidade portuguesa residente na região de Joanesburgo, pelo que a compra de um terreno, recentemente decidida pela sua direcção, para construção de nova sede e estádio de futebol, foi recebida com bastante agrado pela massa associativa.

O terreno tem uma área de 143 metros de frente, por 290 de fundo, o que permitirá amplo aproveitamento para as futuras instalações.

Ernesto Machado, presidente da colectividade, declarou, a propósito, ao periódico «O Século de Joanesburgo»: «(...) Era isto



O Presidente da República, general Ramalho Eanes, visitou recentemente o «atelier» do escultor Martins Correia, que terminou um busto do navegador João Rodrigues Cabrilho, destinado à cidade de San Diego (EUA). A obra, um busto de bronze policromado, foi encomendada pela comunidade portuguesa residente naquela cidade californiana. O escultor, que mostrou ao Presidente da República todo o trabalho exposto no seu «atelier», ofereceu a Ramalho Eanes uma estatueta em bronze policromado e referente ao tema provençal «a moço de amor cantada».

que há muito fazia falta ao Troyeville. O clube cresceu, e terá que pensar no futuro. (...) Pensamos construir aqui as nossas futuras instalações. Para já, contudo, o campo de futebol terá toda a prioridade, até porque estamos a dispendir cerca de R 3000, por ano, em aluguer de campos, onde as nossas equipas de futebol treinam e jogam».

## ARGENTINA

### CENTENÁRIO DA «SOCIEDADE PORTUGUESA DIAS HISTÓRICOS»

Os festejos desta agremiação contaram com a adesão entusiasta da comunidade luso-argentina, tendo culminado numa cerimónia de vivo patriotismo onde se recordaram os cem anos de vida daquela Sociedade. Entre os convidados estiveram presentes diversas individualidades argentinas e o embaixador de Portugal em Buenos Aires, dr. Lencastre da Veiga, segundo informou o Boletim da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Socorros Mútuos.

Por outro lado, o embaixador de Portugal anunciou que o Governo português decidira outorgar o título de Comendador da «Ordem de Benemerência»

ao Sr. José Dias, presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Socorros Mútuos, com sede em Buenos Aires.

## AUSTRÁLIA

### PROGRAMA DE RÁDIO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O semanário «O Português na Austrália» informou recentemente que a comunidade portuguesa radicada no sul deste país terá a partir de agora o seu programa de rádio em língua portuguesa, todas as quintas-feiras, das 8 às 8,30 horas (TMG), sintonizando a estação 5 UV a 530 kilociclos.

Por outro lado, todos os interessados em apoiar este programa, podem contactar com o seguinte endereço: Rádio Lusitânia / Ethnic Broadcasting Corporation / 24 Parker St., MILE END. S. A. 5031. / tel. 2726886.

## CANADÁ

### ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

À semelhança do que acontece noutros países onde é grande a comunidade de residentes por-

tugueses, também neste país, na província do Quebec, se iniciou este ano lectivo um projecto-piloto de educação para jovens portugueses ali radicados, conforme já havíamos noticiado em número anterior.

Segundo o jornal «Voz de Portugal», de Montreal, este curso «oferece a possibilidade de se poder aprender português nas escolas estatais, para os que se inscreverem pela primeira vez».

À língua portuguesa, enquadrada no quadro de matérias facultativas, são destinados 150 minutos semanais, num programa-piloto elaborado por professores portugueses radicados no Quebec há já alguns anos.

## EUA

### «A GENTE DOS AÇORES»

Acaba de ser publicado o livro «A Gente dos Açores» da autoria de Caetano Valadão Serpa. A obra, que abarca temas como «Identificação, Emigração e Religiosidade dos séculos XVI ao XX», constituiu a tese de doutoramento do seu autor em 1976, sendo agora apresentada ao público sob forma menos técnica, embora mantendo toda a problemática de um trabalho histórico-sociológico devidamente documentado. O livro contém bastantes dados estatísticos sobre a emigração dos Açores para os Estados Unidos. O seu autor, que nasceu na ilha das Flores, em 1936, é professor de Literatura, Língua e Civilização portuguesas no Liceu Municipal de Cambridge.

### LIVRO EDITADO PELO «CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES E BRASILEIROS»

Por seu turno, um jovem professor universitário português nos Estados Unidos, Onésimo Teotónio Almeida, volta novamente a editar um trabalho (em 1975 já havia publicado um estudo sobre a comunidade açoriana, «Da Vida Quotidiana na LUSALÂNDIA»). Desta feita trata-se, porém, de um «quase teatro» ambulante para agrupamentos cénicos das comunidades,

tendo como título «Ah! Mômim dum Corisco!...».

A obra é composta por curtos «sketches», escritos no curioso linguajar dos luso-americanos de



origem açoriana, contendo aqui e além canções do folclore ilhéu, nomeadamente de S. Miguel, Terceira, Pico e Faial.

Este livro, publicado pelas Edições Gávea-Brown — do Centro de Estudos Luso-Brasileiros da Brown University (Providence, EUA) — insere-se nos objectivos desta editora, ou seja, «veicular, no campo da literatura e das artes, a experiência imigrante portuguesa nos Estados Unidos».

## MERCADO PORTUGUÊS PARA A ÁREA DE BOSTON

Segundo noticiou o jornal «Portuguese Times», a comissão de desenvolvimento urbano da cidade de Cambridge, estado do Massachusetts, concedeu a um grupo de comerciantes de origem portuguesa, residentes nesta área, autorização para a construção de um supermercado de «carácter étnico», segundo designação daquele periódico.

O centro comercial, cujo nome será «O Mercado», pretende apresentar os produtos para venda pública de acordo com os típicos mercados-feiras que se realizam em Portugal, e integrará estabelecimentos diversos, incluindo restaurante e café típicos, num edifício que abrangerá espaço considerável. O projecto é do arquitecto António P. de Castro, também autor do projecto da nova Igreja de Santo António. Curiosidade relevante:

nas diversas instalações de «O Mercado» haverá escritórios para profissionais luso-americanos, desde o médico ao advogado e ao contabilista. Este centro comercial, iniciativa inédita de centralização de diversas actividades eminentemente características de uma comunidade empreendedora, virá a beneficiar uma área densamente habitada por muitos milhares de portugueses.

## REUNIÃO DE PADRES PORTUGUESES NA CALIFÓRNIA

Na reitoria da Igreja das Cinco Chagas em San José, efectuou-se uma reunião dos sacerdotes portugueses que trabalham na Califórnia, segundo noticiou o Boletim de Informação da «Obra Católica Portuguesa de Migrações».

Na reunião, que foi orientada por D. Aurélio Granada, Bispo Coadjutor dos Açores e membro da Comissão Episcopal das Migrações, participaram o Bispo de Macau, D. Arquimínio Rodrigues da Costa, de passagem pela Califórnia, e dezassete padres portugueses.

Os participantes abordaram questões relacionadas com a pastoral sobre os emigrantes e métodos de entrelaçada a encetar pelos padres portugueses. Entre outras conclusões desta reunião, apontamos as seguintes: reconhecimento da necessidade de um forte e inquebrantável espírito de equipa entre todos e a necessidade de que estes encontros tenham uma certa regularidade; reconhecimento da necessidade de os padres portugueses poderem contar com diversos apoios, sobretudo no esforço a fazer para se atender pastoralmente aos portugueses, de harmonia com a sua mentalidade, tradições e modos de ser, sem com isso deslizar para a segregação:

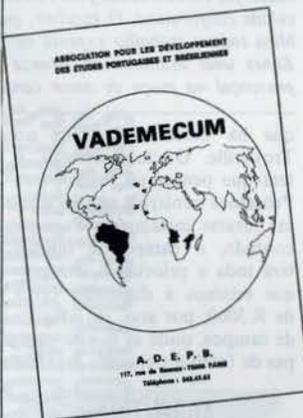
### FRANÇA

## «ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS PORTUGUESES E BRASILEIROS»

A Associação Para o Desenvolvimento dos Estudos Portu-

gueses e Brasileiros (ADEPB) publicou um útil prontuário (formato de bolso) em língua francesa, destinado a todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento do ensino da língua portuguesa em França. Deste prontuário exaustivo constam textos oficiais, programas, listas de cursos, textos do acordo cultural franco-português e franco-brasileiro, bibliografia, lista de filmes e diapositivos sobre diversos temas relacionados com a cultura dos países de língua portuguesa, assim como outros filmes distribuídos regularmente pelas embaixadas de Portugal e Brasil, rede nacional dos postos de acolhimento para os trabalhadores imigrados, etc.

Este prontuário («Vademecum», no seu título original)



com 190 páginas, não é vendido, sendo destinado a envios gratuitos aos interessados que o solicitem à ADEPB e enviem um envelope semi-comercial (formato 17 x 25 cm), com a franquia de 2,75 FF ou 4,80 FF (para o estrangeiro).

Recorda-se que o endereço da citada Associação é o seguinte: 117, rue de Rennes — 75006, Paris / França (Tel. 548.45.63).

### SUIÇA

## ASSOCIAÇÃO DE EMIGRANTES

Na cidade de La Chaux-de-Fonds, cantão de Neuchâtel, está em formação mais uma associação de trabalhadores portugueses ali residentes. A direcção instaladora, presidida pelo Sr. Carlos de Jesus, desenhador-grafista da indústria relojoeira,

já registou a inscrição de mais de 60 famílias portuguesas.

A sede da associação está em fase de instalação, o que não obsteu ao funcionamento da sua secção escolar, presentemente frequentada por mais de 30 crianças.

Outras secções encontram-se também em funcionamento, tais como uma secção de apoio social aos trabalhadores e associados com questões de ordem diversa a resolver, secção desportiva e ainda uma secção cultural.

### VENEZUELA

## ANIVERSÁRIO DA CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-VENEZUELANA



Industriais venezuelanos e portugueses comemoraram o quinto aniversário da Câmara do Comércio e Turismo Luso-Venezuelano, num dos hotéis de Caracas.

Segundo disse Fernando Figueiredo, delegado em Portugal daquela Câmara, em declarações à ANOP, foram convidados de honra Carlos Andrés Pérez, presidente da República da Venezuela, e os governadores de Caracas e Miranda.

Foram distinguidos com o galardão do quinto aniversário, o embaixador e o cônsul da Venezuela em Portugal e o director em Lisboa da Viasa, companhia venezuelana de aviação.

A Câmara de Comércio e Turismo é responsável por brilhantes e bem sucedidas iniciativas no campo do intercâmbio comercial e turístico entre o nosso País e a Venezuela, publicando regularmente um Boletim Informativo onde as suas actividades são referidas, assim como indicações de utilidade prática para aqueles a quem se destina.

## BILHETES DE IDENTIDADE E CERTIFICADOS DE REGISTO CRIMINAL

### Instruções para a sua renovação a requerimento por portugueses residentes no estrangeiro

Em consequência das recentes alterações emolumentares relativas aos custos de renovação do bilhete de identidade e à obtenção de certificado do registo criminal, transcrevemos o teor de duas notas sobre o assunto, publicadas pelo Centro de Identificação Civil e Criminal.

#### Bilhetes de Identidade

«Os portugueses residentes no estrangeiro que pretendam renovar o seu bilhete de identidade devem preencher os impressos próprios e entregá-los no Consulado de Portugal, juntamente com o bilhete anterior e um vale postal internacional ou documento de pagamento equivalente, à ordem do Director do Centro de Identificação Civil e Criminal, pagável em Lisboa, no montante de 150\$00.

Esta importância inclui todas as despesas relativas a cobrança de taxa, portes aéreos e remessa directa ao interessado pelo que não deverá ser acrescido de qualquer outra quantia.

Os impressos, que devem ser preenchidos correcta e completamente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, podem ser adquiridos nos Consulados de Portugal ou pedidos directamente ao **Centro de Identificação Civil e Criminal**, Rua Gomes Freire, 174 — Lisboa 1, mediante o envio de 80\$00 (montante que não inclui o custo do impresso plastificado em que é passado o bilhete de identidade, que deve ser pago no Consulado de Portugal e que importa em 10\$00 para pagamento dos impressos e das despesas de remessa por via aérea.

*Na falta de bilhete anterior ou se for a primeira vez que o interessado pede o bilhete de identidade é necessário juntar certidão de nascimento para bilhete de identidade passada há menos de três meses.*

Se o interessado o preferir, o Serviço de Relações Públicas do Centro de Identificação Civil e Criminal pode-se encarregar da obtenção desta certidão, mediante a indicação do nome completo, filiação, data de nascimento, naturalidade, Conservatória em que foi registado e o envio de 150\$00 ou equivalente para as despesas necessárias à obtenção do documento.»

#### Certificados do Registo Criminal

«Para obter o certificado do registo criminal basta preencher o impresso próprio — modelo 101-DSI —, reconhecer a assinatura em notário ou no Consulado de Portugal e remeter o impresso à Direcção dos Serviços de Identificação — Rua Gomes Freire, 174 — Lisboa 1 — acompanhado de vale postal internacional ou documento de pagamento equivalente, pagável em Lisboa, no montante de 170\$00.

Esta importância inclui todas as despesas relativas a cobrança de taxa, portes aéreos e remessa ao interessado pelo que não deverá ser acrescida de qualquer outra quantia.

O certificado será remetido por via aérea para o endereço que constar do impresso modelo 101.

Este impresso deve ser preenchido correcta e completamente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

O impresso modelo 101-DSI pode ser adquirido nos Consulados de Portugal ou pedido directamente à Direcção dos Serviços de Identificação, para o endereço acima, mediante o envio de 80\$00 para pagamento do impresso e das despesas de remessa por via aérea.»

## ALTERAÇÕES AO CÓDIGO CIVIL

Entraram em vigor as alterações ao Código Civil introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro. Dado que muitas destas alterações poderão interessar aos emigrantes portugueses residentes no estrangeiro, indicam-se, seguidamente, alguns aspectos mais relevantes das modificações vigentes a partir de 1 de Abril de 1978.

#### Maioridade

A maioridade foi antecipada dos 21 para os 18 anos, o que significa que, a partir de 1 de Abril de 1978, todo o indivíduo com 18 anos é maior, deixando os pais de serem seus representantes legais. Esta medida é uma lógica consequência da atribuição constitucional do direito de votar e de ser eleito aos 18 anos. Na verdade, não faria sentido que um indivíduo de 18 anos pudesse ser eleito deputado, votando na Assembleia da República as leis que regem o País, e tivesse de ser representado pelos pais ou tutores na prática de certos actos.

A emancipação por concessão ou por decisão judicial foi eliminada. Mantém-se, todavia, a emancipação pelo casamento.

Importa referir que, não obstante os filhos atingirem a maioridade aos 18 anos, os pais continuam obrigados a prover ao sustento e educação dos filhos, quando estes não tenham completado a sua formação profissional aos 18 anos, se for razoável exigí-la, e pelo tempo necessário para que aquela formação se complete.

#### Idade mínima para o casamento

Os indivíduos de ambos os sexos passam a poder contrair casamento a partir da mesma idade: 16 anos. Assim, não há alteração para os homens, enquanto as mulheres passaram dos 14 para os 16 anos.

Dado que só aos 18 anos é que se atinge a maioridade, entre os 16 e os 18 anos exige-se a autorização dos pais ou tutores para o casamento, a qual poderá ser suprida judicialmente.

#### Relações entre marido e mulher

As relações entre marido e mulher passaram a basear-se na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, traduzindo o ajustamento aos princípios consagrados nos

TOME  
NOTA

TOME  
NOTA

artigos 13.º e 36.º da Constituição Portuguesa de 1976.

Assim, pertence a ambos os cônjuges a direcção da família, cuja orientação deve ser acordada em comum, tendo em conta o bem da família e os interesses de um e outro. Do mesmo modo, os cônjuges devem escolher de comum acordo a residência da família, atendendo, nomeadamente, às exigências da sua vida profissional e aos interesses dos filhos.

Enquanto, até agora, a mulher adoptava o apelido do marido, a actual lei permite a cada um dos cônjuges conservar os seus próprios apelidos ou adoptar os apelidos do outro, a mulher o do marido, este o da mulher.

Quanto às despesas da família, admite-se que o dever de contribuir para as mesmas seja cumprido por qualquer dos cônjuges pela afectação dos seus recursos àqueles encargos e pelo trabalho dispendido no lar ou na manutenção e educação dos filhos. O que quer dizer que a lei consagra o chamado «serviço doméstico» como uma verdadeira contribuição para as despesas da família.

Na lei anterior, o marido poderia, em certas condições, fazer cessar a actividade profissional da mulher, desde que para tal não tivesse dado consentimento. A partir de agora, cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão ou actividade sem o consentimento do outro.

Anteriormente, a administração dos bens do casal, incluindo os da própria mulher, pertencia ao marido, como chefe de família. Actualmente, a regra geral remete a cada um a administração dos seus próprios bens, sejam os de uso pessoal, os provenientes do trabalho, ou os que venha a herdar. Quanto aos restantes actos de administração, se se trata de uma acção normal, intervém cada um dos cônjuges indiscriminadamente; se se trata de uma acção mais complexa, intervirão os dois.

A estabilidade da casa familiar encontra-se agora mais protegida. Com efeito, a alienação, oneração, arrendamento ou quaisquer outras disposições sobre a casa de morada da família carece sempre do consentimento de ambos os cônjuges.

Outro aspecto importante respeita ao contrato de arrendamento. O arrendamento faz-se, em regra, em nome do homem, que podia, até agora, fazer cessar o contrato de arrendamento da casa habitada pelo casal, o que tinha como consequência o despejo da mulher e dos filhos. Face à nova legislação, só com o consentimento do outro, marido ou mulher podem denunciar o contrato de arrendamento, subarrendar ou emprestar a morada da família.

Também no capítulo da assistência se verificaram alterações na lei. O dever de assistência nos termos da lei, compreende a obrigação de prestar alimentos e de contribuir para os encargos familiares. Este dever mantém-se durante a separação de facto se esta não for imputável a qualquer dos cônjuges e, caso ela venha a ser imputada a um deles, o dever de assistência pertence ao cônjuge culpado. Porém, em casos excepcionais, o tribunal pode vir a fixar esse dever ao cônjuge inocente ou menos culpado

se o outro se encontrar em situação de necessidade. O cumprimento deste dever faz-se, naturalmente, em função da duração do casamento e da colaboração que o outro cônjuge tenha prestado à economia do casal. Aqui torna-se relevante a valorização do trabalho doméstico, que passa a contar para a economia do agregado familiar e, recebera, em caso de divórcio ou separação, a devida compensação.

#### Relações entre pais e filhos

A nova legislação reconhece a existência de direitos e deveres tanto dos pais para os filhos, como dos filhos para os pais.

Assim, enquanto a lei anterior tinha como princípio o de que «os filhos devem honrar e respeitar seus pais», passa-se a afirmar que «pais e filhos devem-se mutuamente respeito, auxílio e assistência.»

Por outro lado, é consagrado o direito dos filhos se pronunciarem nos assuntos que lhe dizem respeito. Com efeito, se os filhos menores continuam, naturalmente, a dever obediência aos pais, também estes, «de acordo com a maturidade dos filhos, devem ter em conta a sua opinião nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida».

#### Filhos nascidos fora do casamento

Uma alteração de fundo: desaparece a distinção entre filhos «legítimos» e «ilegítimos». O filho de um dos cônjuges e de outra pessoa passa a ter os mesmos direitos dos filhos desse cônjuge, designadamente, no aspecto da herança.

A presunção de paternidade também foi alterada. Assim, a mãe casada pode declarar, no acto do registo de nascimento de um filho, que o mesmo não é do marido, declaração à qual se segue um processo simples que permite afastar a presunção de paternidade.

As acções de impugnação de paternidade presumida ou de investigação de paternidade passam a admitir prova livre, isto é, por qualquer meio se pode provar, respectivamente, que o marido da mãe não é pai do indivíduo em causa ou que o réu é o pai do investigante.

#### Direito do cônjuge sobrevivente à herança do cônjuge falecido

É este, igualmente, um dos aspectos mais relevantes do novo sistema legal. Até aqui, falecendo um dos cônjuges, o outro cônjuge não tinha direito à herança, desde que houvesse descendentes ou ascendentes do falecido.

A partir de agora, o cônjuge passará a herdeiro legítimo — isto é, que não pode ser afastado por testamento relativamente a certa parte da herança — bem como a suceder em concurso com os descendentes ou os ascendentes, e a receber toda a herança na ausência destes.

Em particular, havendo filhos, a herança será dividida em tantas partes quantas os filhos mais o cônjuge, sendo atribuída uma parte a cada um, não recebendo, em todo o caso, o cônjuge sobrevivente menos de um quarto da herança.

O cônjuge sobrevivente passa, ainda, a ter o direito de habitação da casa de família comum ou própria do defunto, bem como,

nos mesmos termos, o direito de uso do recheio da mesma.

As notas acima referidas têm apenas a finalidade de chamar a atenção para as alterações introduzidas no Código, mencionando-se apenas alguns aspectos dessas alterações. Não houve a pretensão de referir todas as alterações, dada a sua extensão. Os serviços desta Secretaria de Estado continuam entretanto à disposição dos emigrantes portugueses que se lhes dirijam, quer pessoalmente, quer por escrito, a expor problemas concretos que se lhes apresentem.

## A CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES INFORMA

**Concessão de Assistência Médica a pessoas de nacionalidade cabo-verdianas, seguradas do seguro social holandês bem como aos respectivos familiares que residem ou passam a residir ou se deslocam temporariamente ao nosso país**

Em consequência da independência de Cabo Verde, realizaram-se oportunamente conversações entre uma delegação do organismo de ligação holandês «Ziekenfondsraad» e uma delegação daquele novo país africano, com a finalidade de tomar algumas medidas práticas, de natureza provisória, que permitam a continuação da concessão de assistência médica aos segurados do seguro social holandês, residentes ou deslocados temporariamente em Cabo Verde.

De acordo com as deliberações tomadas, informa-se o seguinte:

1. No respeitante à concessão de assistência médica aos segurados do seguro social holandês e respectivos familiares, que residam ou se deslocem temporariamente a Cabo Verde, foi decidido aplicar ainda, provisoriamente, as disposições da Convenção luso-holandesa, até à celebração de uma Convenção entre a Holanda e Cabo Verde.

2. O organismo de ligação do lado cabo-verdiano, passa a ser a Caixa Sindical de Previdência dos Empregados do Comércio e Ofícios Correlativos, com sede em: Caixa Postal, 34 — Praia — Cabo Verde. Esta Caixa Central deixa portanto de ter qualquer interferência na concessão de assistência médica a segurados do seguro social holandês e respectivos familiares, residentes ou deslocados temporariamente em Cabo Verde. Nesta matéria e desde já as relações passam a ser directas entre a Holanda e Cabo Verde.

3. No tocante às pessoas de nacionalidade caboverdiana, seguradas do seguro social holandês e respectivos familiares, que já residiam ou passam a residir ou se deslocam temporariamente a Portugal,

continuam a ter direito à concessão de assistência médica através dos Serviços Médico-Sociais portugueses.

4. No entanto, para que tal direito lhes possa ser reconhecido, é indispensável que sejam portadores dos respectivos formulários, passados pelos competentes organismos holandeses.

5. Nesta conformidade, a partir desta data não poderá ser concedida assistência médica com base nas credenciais a que se refere a nossa folha de «Informações» número 02/74, de 30/03/74. As referidas credenciais bem como as «Normas de Procedimento» que regulavam a sua emissão e haviam sido comunicadas pela mesma folha de «Informações» deixam pois de estar em vigor. Aquelas credenciais, recorda-se, destinavam-se, exclusivamente, aos familiares residentes em Cabo Verde, que se deslocavam a Portugal por motivo de doença, de estudo, de férias ou outro justificado.

6. Este novo procedimento não prejudica, como é óbvio, a concessão de assistência médica às pessoas de nacionalidade caboverdiana, residentes em Cabo Verde e que se desloquem temporariamente ao nosso País, mesmo no caso de segurados no seguro social holandês e respectivos familiares, ao abrigo do Acordo de Cooperação Médico-Social entre a Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família e a Caixa Sindical de Previdência dos Empregados do Comércio e Ofícios Correlativos. Nos termos do referido Acordo (n.º 2 da cláusula 7.ª), para a concessão de assistência médica deve igualmente ser passada uma credencial, que, no entanto, é de conteúdo diferente da credencial referida no número anterior.

7. Embora seja já do conhecimento desses Serviços, não parece descabido indicar os formulários que os interessados devem apresentar e que, consoante a situação, são os seguintes:

- Segurado activo deslocado temporariamente em Portugal — PH. 5a ou PH. 5c;
- Segurado activo autorizado a deslocar-se a Portugal, após a verificação da doença na Holanda — PH. 11a;
- Família residente em Portugal — PH. 12a;
- Segurado pensionista — PH. 14a.

## SISTEMA DE POUPANÇA-CRÉDITO

A participação no sistema de poupança-crédito para emigrantes e equiparados, instituído pelo Decreto-Lei n.º 540/76, de 9 de Julho, foi inicialmente confinada às instituições de crédito do Estado ou nacionalizadas, e mais tarde tornada extensiva à Caixa Económica de Lisboa, anexa ao Montepio Geral.

Na previsão de que outras caixas económicas do continente e das ilhas adjacentes venham efectivamente a mostrar-se interessadas em participar no sistema de poupança-crédito, o Despacho Normativo n.º 223/77, de 28 de Outubro, veio fixar as condições mínimas que deverão ser preenchidas para o efeito.

Assim, nos termos do referido Despacho Normativo, poderão solicitar a sua participação no sistema de poupança-crédito as caixas económicas que tenham capital e reservas não inferiores a 5000 contos e um saldo global não inferior a 150 000 contos de depósitos à ordem, com pré-aviso e a prazo.

Os emigrantes portugueses poderão efectuar as suas transferências de dinheiro para Portugal através destas caixas económicas, uma vez que, embora as mesmas não estejam autorizadas a exercer o comércio de câmbios, as importâncias remetidas pelos emigrantes para crédito das suas contas de depósito, no quadro de sistema de poupança-crédito, serão convertidas em escudos, logo após a sua recepção, num banco comercial ou em qualquer outra instituição autorizada a exercer o comércio de câmbios.

Por esta forma se facilitou a transferência de valores para Portugal, através de um maior número de instituições que poderão abrir contas de depósito especiais de poupança-crédito a favor de emigrantes portugueses residentes no estrangeiro.

## CERTIFICADOS DE AFORRO

Certificados de aforro são títulos de dívida pública nominativos e amortizáveis destinados a conceder uma aplicação remuneradora às pequenas poupanças.

A partir de 1 de Novembro de 1977 aplica-se uma nova tabela de amortização dos certificados de aforro, aplicável em caso de reembolso ou de concessão em renda vitalícia.

Há no entanto que distinguir entre os certificados já existentes em 31 de Outubro de 1977 e os emitidos a partir de 1 de Novembro de 1977.

Assim:

Os certificados já existentes em 31 de Outubro de 1977 serão amortizados de acordo com as tabelas I e II, aplicadas de modo conjugado.

TABELA I

Tempo decorrido após a data de emissão	Valor do certificado em 31/10/77
3 meses ... ..	71\$90
6 meses ... ..	73\$80
9 meses ... ..	75\$70
1 ano ... ..	77\$70
1 ano e 3 meses ... ..	79\$80
1 ano e 6 meses ... ..	82\$00
1 ano e 9 meses ... ..	84\$20
2 anos ... ..	86\$40
2 anos e 3 meses ... ..	88\$80
2 anos e 6 meses ... ..	91\$30
2 anos e 9 meses ... ..	93\$80
3 anos ... ..	96\$30
3 anos e 3 meses ... ..	98\$80
3 anos e 6 meses ... ..	101\$40
3 anos e 9 meses ... ..	105\$00
4 anos ... ..	107\$60
4 anos e 3 meses ... ..	110\$80
4 anos e 6 meses ... ..	114\$00
4 anos e 9 meses ... ..	117\$20
5 anos ... ..	120\$50

TABELA II

Tempo decorrido a partir de 1 de Novembro de 1977	Número a multiplicar pelo valor do certificado em 31 de Outubro
3 meses ... ..	1,037 143
6 meses ... ..	1,074 286
9 meses ... ..	1,111 429
1 ano ... ..	1,150 000
1 ano e 3 meses ... ..	1,192 857
1 ano e 6 meses ... ..	1,237 143
1 ano e 9 meses ... ..	1,281 429
2 anos ... ..	1,325 714
2 anos e 3 meses ... ..	1,377 143
2 anos e 6 meses ... ..	1,428 571
2 anos e 9 meses ... ..	1,480 000
3 anos ... ..	1,531 429
3 anos e 3 meses ... ..	1,591 429
3 anos e 6 meses ... ..	1,651 429
3 anos e 9 meses ... ..	1,711 429
4 anos ... ..	1,772 857
4 anos e 3 meses ... ..	1,842 857
4 anos e 6 meses ... ..	1,914 286
4 anos e 9 meses ... ..	1,985 714
5 anos ... ..	2,057 143

Para o cálculo do valor de amortização em 31 de Outubro de 1977, o tempo decorrido após a data de emissão arredondar-se-á para o trimestre imediatamente a seguir.

Suponhamos que uma pessoa comprou um certificado em 12 de Março de 1976. Arredondando para o trimestre que acaba em 30 de Abril de 1976, esse certificado em 31 de Outubro de 1977 valia 82\$00. Quanto vale esse certificado em 31 de Janeiro de 1978? Como passaram 3 meses depois de 31 de Outubro de 1977, multiplicam-se os 82\$00 pelo factor correspondente a três meses na tabela II, ou seja 1,037 143, o que dará por arredondamento cerca de 85\$20.

Quanto aos certificados emitidos a partir de 1 de Novembro de 1977 serão amortizados de acordo com a tabela III.

TABELA III

Tempo decorrido após a data de emissão	Valor de amortização de cada unidade de 70\$00
3 meses ... ..	72\$60
6 meses ... ..	75\$20
9 meses ... ..	77\$80
1 ano ... ..	80\$50
1 ano e 3 meses ... ..	83\$50
1 ano e 6 meses ... ..	86\$60
1 ano e 9 meses ... ..	89\$70
2 anos ... ..	92\$80
2 anos e 3 meses ... ..	96\$40
2 anos e 6 meses ... ..	100\$00
2 anos e 9 meses ... ..	103\$60
3 anos ... ..	107\$20
3 anos e 3 meses ... ..	111\$40
3 anos e 6 meses ... ..	115\$60
3 anos e 9 meses ... ..	119\$80
4 anos ... ..	124\$10
4 anos e 3 meses ... ..	129\$00
4 anos e 6 meses ... ..	134\$00
4 anos e 9 meses ... ..	139\$00
5 anos ... ..	144\$00



# **PROGRAMA DE RÁDIO**

## **DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO**

# **PARA EMIGRANTES**

**FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO -PORTUGAL-78-  
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:**

**EUROPA -4.ªS FEIRAS -19.15 h /19.30 h (TMG)  
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz**

**VENEZUELA-5.ªS FEIRAS -0.45 h /1.00 h (TMG)  
freq.: 11875 KHz**

**E. U. A. -4.ªS FEIRAS -4.15 h /5.00 h (TMG)  
freq.: 5025 KHz**

**A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR  
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.**

«Sendo possuidor de duas armas de caça a chumbo, e pensando voltar definitivamente ao meu país e levá-las comigo tendo já os documentos legais, gostava de saber qual a lei em vigor que me abrange sobre o imposto alfandegário, na minha situação de emigrante. Ao mesmo tempo gostava de saber se a lei actual me permite ir caçar a Portugal com a arma que possuo na Suécia, saindo eu com a mesma, terminado o período de caça, e neste caso quanto tempo é permitido ter a arma em Portugal.

Agradecia que me informassem também se a lei portuguesa me permite comprar um carro pequeno de carga em Portugal, de caixa aberta (cerca de 2/3 mil quilos, a gasóleo) e com o mesmo sair do País, vir à Suécia buscar os meus móveis e outros haveres para definitivamente voltar a Portugal. Continuam os carros a gasóleo de caixa aberta a estarem isentos de impostos de gasóleo?

Tenho dois carros de praça em Estocolmo. Gostaria de saber se quando eu voltar a Portugal definitivamente terei direito a obter um lugar na praça para poder continuar a trabalhar na minha profissão de taxista.

G. S. R. (Suécia)»

Enviamos-lhe quatro notas informativas sobre as normas reguladoras da importação de armas de caça, da importação de automóveis, sobre a isenção de direitos para bens de uso doméstico e sobre o imposto de compensação.

Quanto à aquisição em Portugal de um veículo de caixa aberta a fim de fazer o transporte dos seus haveres da Suécia até à sua residência em território nacional, informamos que na legislação vigente não foi possível localizar qualquer impedimento. No entanto, aconselhamo-lo a informar-se dos condicionamentos legais nos países por onde transitar tanto na viagem até à Suécia, como no regresso a Portugal.

No referente à obtenção de licenças para táxi, deverá contactar a Câmara Municipal do Concelho para onde as pretende e solicitar as informações sobre a viabilidade de aquisição das mesmas.

Informamos ainda que, no caso de lhe serem concedidas as licenças para táxi, poderá beneficiar do disposto no Decreto-Lei n.º 46/76 sendo-lhe exigido a título de Imposto sobre

a Venda de Veículos Automóveis o equivalente a 15%. Neste caso, não lhe poderão ser aplicadas as reduções previstas no Decreto-Lei n.º 172/77 de que enviamos cópia.

«Encontro-me imigrado na Suíça, mas já estive na Alemanha em 1973. Queria saber o que devo fazer em relação ao reembolso dos descontos que fiz nesse país.

J. J. P. (Suíça)»

O reembolso das contribuições pagas para o seguro alemão de pensões só pode ser concedido, desde que satisfaça uma das condições a seguir indicadas:

a) ter decorrido um período de dois anos sem contribuições para a segurança social alemã, na data da apresentação do requerimento;

b) se até 19/10/1972 tiver pelo menos 60 meses de descontos na Alemanha, o reembolso das contribuições pode ser pedido antes de dois anos após o último desconto para a segurança social alemã.

Esclarece-se, no entanto, que se o senhor for reembolsado das contribuições, perde todos os direitos relativamente à segurança social alemã. Assim, mais tarde, não poderá habilitar-se a uma pensão alemã.

Para esclarecimentos mais pormenorizados deverá dirigir-se à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes — Rua da Junqueira, 112, Lisboa-3, entidade a quem competem todos os assuntos de Segurança Social.

«Encontro-me imigrado em França há cerca de quinze anos. Em Agosto de 1976 comprei duas partes de casa no valor de mil contos. A empresa vendedora compromete-se a entregar-me os apartamentos prontos em Novembro desse mesmo ano, o que só veio a suceder em Outubro do ano seguinte. Entretanto, e por intermédio de um familiar, vim a saber que a empresa alugou os referidos apartamentos sem meu conhecimento, em Maio de 77. Escrevi então uma carta ao director da empresa manifestando-lhe o meu desgosto, e dizendo-lhe que uma vez que os contratos de arrendamento não estavam assinados por mim não tinham qualquer valor. Nem resposta

obtive, mas sei que ele disse às inquilinas para não pagarem mais até nova ordem. Em Outubro de 77 fez-se a escritura, contra a minha vontade, pois tinha comprado os apartamentos livres e não ocupados. Pois disseram-me que se eu não fizesse a escritura perdia o dinheiro que já tinha dado (500 contos). E assim tive que fazer, seguindo-se que limpavam as mãos de tudo, ficando eu com todas as responsabilidades. A empresa construtora há dois anos que me promete fazer os acabamentos e quanto às inquilinas, uma saiu e ficou a dever três meses, e a outra até à presente data, e desde Abril de 77, só pagou também três meses.

F. J. C. (França)»

Relativamente ao problema do arrendamento dos apartamentos, se o senhor não pretendia destiná-los a habitação própria, a empresa tinha poderes para os arrendar, porém poderia ter-lhe dado conhecimento do facto, embora não fosse obrigada a pedir o seu consentimento; na realidade o senhor prestou os 500 000\$00 como sinal, celebrando assim um contrato-promessa de compra e venda com a referida empresa e só passou a ser o verdadeiro proprietário a partir da data da escritura definitiva.

Quanto à inquilina que até à data só pagou três meses, nos termos da legislação presente em vigor (art. 1093.º, n.º 1, alínea a) o senhorio pode intentar em Tribunal uma acção de resolução do contrato de arrendamento (a fim de obter o despejo da casa) se o arrendatário não pagar a renda no tempo e lugar próprios nem fizer depósito liberatório.

De notar que o direito à resolução do contrato por falta de pagamento de renda, cadaça, se o inquilino, até à contestação da acção pagar ou depositar as rendas em atraso e 50% do que for devido a título de indemnização.

Finalmente, refere-nos que «ainda terá que pagar uma multa». Afigura-se-nos que só terá problemas se o senhor não comunicou em tempo à Câmara Municipal respectiva a identificação da casa, com o número de divisões e a renda pretendida ou exigida por lei, acompanhada da exibição do contrato de arrendamento, mas isso não implica a perda do direito à isenção de sisa.

OS LEITORES  
ESCREVEM

OS LEITORES  
ESCREVEM

## CIRCUITO DE CINEMA DE SENEZ



Uma imagem do filme "Malteses, Burgueses e às vezes..."

# «MALTESES, BURGUESES E ÀS VEZES...»



Artur Semedo

O filme que apresentamos neste número, e do qual acaba de ser adquirida uma cópia para o «circuito de cinema», foi produzido e realizado por Artur Semedo em 1973.

Artur Semedo tem um estilo cinematográfico muito pessoal para ridicularizar as pessoas e as instituições sem cair na demagogia fácil. É através desse estilo que, partindo de situações que até podem ser reais, critica a sociedade (neste caso a socie-

dade burguesa colonial), mais através da imagem e do subentendido do que propriamente do diálogo que lhe serve de suporte. Diálogo este que, aliás, lembra com frequência o do teatro de revista, com as suas características «deixas» tanto do agrado deste realizador e do público em geral, o qual poderá sentir-se, por esse meio, compensado de algumas deficiências que a realização do filme apresenta e que foram reconhecidas pelo próprio autor.

TEMPO:

1 hora e 45 minutos

Intérpretes principais:

Artur Semedo, Yola, Pedro Pinheiro, Henrique Viana, Alda Rodrigues, Nicolau Breyner, etc.

Biografia do Realizador

Artur Semedo nasceu no Alentejo (Arronches) em 2 de Novembro de 1925. Frequentou o Conservatório Nacional onde, em 1949, concluiu o curso de teatro.

Estreou-se como actor de cinema em 1950, num filme luso-brasileiro realizado por Leitão de Barros, «Vendaval Maravilhoso». Participou, ainda como actor, em «Saltimbancos» (1951), «Nazaré» (1952), «As Duas Causas» (1952), «O Cérrro dos Enforcados» (1954), «O Dinheiro dos Pobres» (1956), «Vidas sem Rumo» (1956) e «Lotação Esgotada» (1972), entre outros. Como realizador assinou, nomeadamente, «O Dinheiro dos Pobres» (1953) e «O Rei das Berlangas» (1976/77).

Ficha Técnica e Artística:

PRODUÇÃO:

Artur Semedo (1972/73)

REALIZAÇÃO:

Artur Semedo

ARGUMENTO:

Artur Semedo

FOTOGRAFIA:

João Silva e João Moreira

PROCESSO:

Cor (35 mm)

MÚSICA:

Pedro Osório

SOM:

Óptico

**PARA QUE O CIRCUITO DE CINEMA POSSA BENEFICIAR TODOS OS NÚCLEOS DE PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO É NECESSÁRIO QUE OS FILMES CIRCULEM RAPIDAMENTE.**

*Colabore connosco  
devolvendo os filmes  
logo após a sua utilização*

## AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para:

**Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas»**

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa-Portugal.**

2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a:

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.**

3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

### PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha ... ..	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra) ... ..	400\$00

**As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.**

### MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Para o efeito, envio a importância de .....\$..... (.....)

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

PAÍS .....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**SECRETARIA DE ESTADO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
E DA EMIGRAÇÃO**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso  
Largo do Rilvas  
Lisboa-Portugal**



# NOVO RECENSEAMENTO ELEITORAL



**SE TEM 18 ANOS OU MAIS**  
e não está abrangido pelas incapacidades  
previstas na lei



**DEVE RECENSEAR-SE**  
(mesmo que se tenha inscrito no  
recenseamento anterior)  
Para tal deve dirigir-se à comissão  
recenseadora da zona onde reside  
habitualmente



**AS COMISSÕES RECENSEADORAS  
FUNCIONAM:**

*em Macau:*

nas Câmaras Municipais

*no estrangeiro:*

nos postos consulares ou embaixadas

**NÃO SE ESQUEÇA QUE É NECESSÁRIO  
LEVAR O BILHETE DE IDENTIDADE OU  
PASSAPORTE**